

Relatório de Sustentabilidade 2016



Destaques

INDICADOR	2012	2013	2014	2015	2016
OPERAÇÕES					
RESERVAS PROVADAS DE ÓLEO, LGN, CONDENSADO E GÁS NATURAL (BILHÕES DE BARRIS DE ÓLEO EQUIVALENTE - BOE)	16,4	16,6	16,6	13,3	12,5
PRODUÇÃO TOTAL DE ÓLEO, LGN, CONDENSADO E GÁS NATURAL SEM LIQUEFEITO (MIL BARRIS DE ÓLEO EQUIVALENTE POR DIA - BOED)	2.598	2.540	2.669	2.787	2.790
PRODUÇÃO DE ÓLEO, LGN E CONDENSADO (MIL BARRIS/DIA - BPD)	2.126	2.060	2.150	2.227	2.224
PRODUÇÃO DE GÁS NATURAL SEM LIQUEFEITO (MILHÕES DE M³/DIA)	76,1	77,4	83,7	89,8	90,8
VOLUME DE VENDAS NO MERCADO INTERNO (MIL BPD)	2.725	2.883	3.003	2.789	2.509
VOLUME DE VENDAS NO MERCADO EXTERNO (MIL BPD)	1.060	909	964	1.056	972
MEIO AMBIENTE					
VAZAMENTOS DE ÓLEO E DERIVADOS (M³)	387,3	187,5	69,5	71,6	51,9
CONSUMO DE ENERGIA (TERAJOULE - TJ)	936.199	1.050.949	1.155.220	1.115.185	899.487
EMISSIONES DE GASES DE EFEITO ESTUFA (MILHÕES DE TONELADAS DE CO ₂ EQUIVALENTE)*	68,0	74,2	81,4	78,1	66,5
EMISSIONES DIRETAS DE DIÓXIDO DE CARBONO - CO ₂ (MILHÕES DE TONELADAS)*	61,7	67,8	75,1	73,0	61,9
EMISSIONES DIRETAS DE METANO - CH ₄ (MIL TONELADAS)*	171,2	159	154	150	144
EMISSIONES DIRETAS DE ÓXIDO NITROSO - N ₂ O (TONELADAS)*	1.945	2.085	2.294	2.332	1.825
EMISSIONES ATMOSFÉRICAS - NO _x (MIL TONELADAS)*	251,32	252,17	298,51	267,12	234,84
EMISSIONES ATMOSFÉRICAS - SO _x (MIL TONELADAS)*	116,34	128,37	126,08	120,04	130,66
MATERIAL PARTICULADO (MIL TONELADAS)*	18,19	17,47	21,61	19,18	15,265
RETIRADA DE ÁGUA DOCE (MILHÕES DE M³)	193,4	193,6	206,5	213,3	191,6
DESCARTES DE EFLUENTES HÍDRICOS (MILHÕES DE M³)	217,9	230,6	254,8	277,1	281,8
SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL					
FATALIDADES (INCLUI EMPREGADOS PRÓPRIOS E DE EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS)	13	4	10	16	3
TAXA DE FREQUÊNCIA DE ACIDENTADOS COM AFASTAMENTO (TFCA)	0,83	0,75	0,72	0,76	0,59
TAXA DE ACIDENTADOS REGISTRÁVEIS (TAR)	-	-	-	2,15	1,63
CONTRIBUIÇÕES PARA A SOCIEDADE					
INVESTIMENTOS EM PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS - R\$ MILHÕES**	-	-	405	271	120
INVESTIMENTOS EM PROJETOS SOCIAIS - R\$ MILHÕES**	201	391	-	-	-
INVESTIMENTOS EM PROJETOS AMBIENTAIS - R\$ MILHÕES**	101	104	-	-	-
INVESTIMENTOS EM PROJETOS CULTURAIS - R\$ MILHÕES	189	203	194	139	71
INVESTIMENTOS EM PROJETOS ESPORTIVOS - R\$ MILHÕES	61	81	94	86	50
INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS					
RECEITA DE VENDAS - R\$ MILHÕES	281.379	304.890	337.260	321.638	282.589
LUCRO BRUTO - R\$ MILHÕES	70.907	69.895	80.437	98.576	89.978
LUCRO OPERACIONAL - R\$ MILHÕES	32.397	34.364	(21.322)	(12.391)	17.111
EBITDA AJUSTADO - R\$ MILHÕES	53.472	59.132	59.883	76.752	88.693
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) - ACIONISTAS PETROBRAS - R\$ MILHÕES	21.182	23.570	(21.587)	(34.836)	(14.824)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO) POR AÇÃO - R\$	1,62	1,81	(1,65)	(2,67)	(1,14)
MARGEM BRUTA	25%	23%	24%	31%	32%
MARGEM OPERACIONAL	12%	11%	-4%	-4%	6%
MARGEM LÍQUIDA	8%	8%	-6%	-11%	-5%
FLUXO DE CAIXA LIVRE - R\$ MILHÕES	-	-	(19.554)	15.889	41.572
DÍVIDA LÍQUIDA - R\$ MILHÕES	147.817	221.563	282.089	392.136	314.120
DÍVIDA LÍQUIDA / EBITDA - R\$ MILHÕES	2,76	3,75	4,71	5,11	3,54
INVESTIMENTOS - R\$ MILHÕES	84.137	104.416	87.140	76.315	55.348

* As possíveis alterações em informações numéricas históricas referentes a publicações anteriores do Relatório de Sustentabilidade se devem a melhorias no sistema de gestão de emissões atmosféricas ou às recomendações decorrentes do processo de verificação por terceira parte.

** Até 2014, possuíamos programas separados para a área ambiental e social. A partir de 2015, os projetos sociais e ambientais passaram a integrar o nosso Programa Petrobras Socioambiental.

Sobre o Relatório

Este relatório traz os destaques da nossa atuação em 2016, com foco nas dimensões econômica, social e ambiental. Tem como objetivo apresentar aos nossos públicos de interesse, com transparência e conectividade, como nossa organização gera valor ao longo do tempo.

Continuamos a adotar as diretrizes para relato de sustentabilidade da Global Reporting Initiative (GRI) em sua quarta geração (conhecidas como G4). Além disso apresentamos a correlação das atividades da empresa com os Princípios do Pacto Global e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Avançamos na implantação de conceitos e elementos preconizados nas diretrizes apresentadas pelo Conselho Internacional para o Relato Integrado (IIRC) e incorporamos melhorias neste relatório.

Mantivemos para este relatório o escopo de informações referentes às nossas atividades no Brasil e fora dele, incluindo dados referentes à Petrobras *holding*, às subsidiárias e às nossas empresas em outros países.

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC) foi responsável pelo serviço de asseguuração limitada sobre as informações de sustentabilidade do relatório.

Sumário

4	Mensagem do Presidente
5	Materialidade
6	Contexto Externo e Visão Geral da Organização
13	Modelo de Negócios
16	Governança
22	Conformidade
28	Estratégia de Negócios e Sistema de Gestão
37	Resultados
38	Segurança e Saúde
43	Gestão de Pessoas
50	Gestão Ambiental
64	Resumo Financeiro
66	Desempenho Operacional
71	Perspectivas e Desafios
72	Pesquisa e Desenvolvimento
74	Gestão de Fornecedores
79	Relacionamento com Públicos de Interesse
88	Relatório de Asseguuração Limitada dos Auditores Independentes
90	Indicadores GRI
108	Glossário
110	Administração e Expediente

Mensagem do Presidente

A Petrobras está virando a página da maior crise de sua história. No Plano de Negócios e Gestão anunciado em 2016, a empresa definiu sua visão: ser uma empresa integrada de energia com foco em óleo e gás que evolui com a sociedade, gera alto valor e tem capacidade técnica única. No plano, reforçamos o compromisso com a segurança e com a redução da dívida da empresa, nossas métricas centrais. A partir delas, desdobra-se todo o sistema de gestão da companhia. Já no início de 2017, os resultados positivos indicam que estamos na direção correta, mas o passivo financeiro da companhia serve como lembrança permanente de que ainda temos muito trabalho pela frente.

Alcançaremos nossos resultados entregando o que prometemos e fazendo-o de acordo com nossos valores, entre os quais está o “respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente”. Este Relatório de Sustentabilidade demonstra como integramos as questões sociais, ambientais e econômicas no dia a dia do nosso negócio e apresenta o aprimoramento da nossa gestão, controles internos e governança, além de identificar como as estratégias da companhia resultam em geração de valor para os diversos públicos de interesse da Petrobras.

Apresentamos também a nova Política de Responsabilidade Social. A Petrobras compromete-se em fornecer a energia que move a sociedade a realizar seu potencial, respeitando

os direitos humanos e o meio ambiente. Para nós, isso significa se relacionar de forma responsável com as comunidades nos locais onde atuamos e superar desafios de sustentabilidade relacionados ao nosso negócio, nos preparando, sobretudo por meio de inovação tecnológica, para a alteração da composição da matriz energética do futuro.

Em 2016 investimos R\$ 1,8 bilhão em pesquisa e desenvolvimento (P&D), sendo R\$ 548,5 milhões em parcerias com 111 universidades e institutos de pesquisa no Brasil e no exterior, viabilizando a troca de conhecimento e de tecnologia. Investimos R\$ 241 milhões em projetos socioambientais, culturais e esportivos, em parceria com organizações da sociedade civil, colaborando com a conservação do meio ambiente e melhoria nas condições de vida nos locais onde atuamos.

Reafirmamos o compromisso com o Pacto Global das Nações Unidas, que nos estimula a avançar em iniciativas voltadas ao respeito e apoio aos direitos humanos, a práticas de trabalho justas, à preservação do meio ambiente e ao combate à corrupção.

Nosso compromisso é com a recuperação da Petrobras, por meio de uma gestão transparente e que entrega

resultados para a sociedade. Sabemos que a melhora dos indicadores de segurança e de alavancagem financeira só será sustentável no tempo se forem integradas as dimensões econômica, social e ambiental de nossa atuação.

Pedro Parente

Presidente da Petrobras



Materialidade

Preparamos nosso Relatório de Sustentabilidade para que os nossos públicos de interesse o reconheçam como um importante instrumento de informação, avaliação e decisão. Assim, direcionamos o conteúdo para o que apresenta ou pode apresentar impactos econômicos, sociais ou ambientais significativos em nossas atividades ou por elas desencadeados e o que pode afetar nossa capacidade de criação de valor, como marcos regulatórios e atividades da cadeia de fornecedores.

Definição e Temas Materiais

Revisamos o conjunto de temas avaliados no ciclo anterior de elaboração do relatório, incluindo questões-chave que apresentamos, em setembro de 2016, em nossos Plano Estratégico (PE) e Plano de Negócios e Gestão 2017-2021 (PNG 2017-2021), além de expectativas de públicos de interesse apuradas quando da apresentação aos investidores, em pesquisas de opinião pública, na análise de resultados de avaliações e índices de mercado, em debates internos com especialistas, em comitês de governança e em entrevistas com a alta administração.

Esses temas foram, então, avaliados por integrantes da alta administração (conselheiros de administração, presidente, diretores executivos e gerentes executivos), por um conjunto de gerentes da companhia e por analistas de mercado, mediante a aplicação de questionário sobre o impacto real ou potencial de cada tema nos nossos negócios e sua relevância para investidores e demais públicos de interesse. O produto desses dois eixos gerou uma classificação dos temas analisados.

Os temas classificados como de alta materialidade estão apresentados a seguir, a partir dos temas Segurança e Desalavancagem, destacados por serem metas prioritárias do nosso PNG 2017-2021.

Após identificados, esses temas materiais direcionaram a estrutura editorial do Relatório de Sustentabilidade e foram

abordados ao longo do documento, sempre que possível, associados a indicadores de desempenho correlatos. A tabela de Indicadores GRI identifica as páginas em que cada tema é abordado ou remete, em alguns casos, a outros documentos em que é possível, ao leitor, obter informações adicionais.



Contexto Externo e Visão Geral da Organização





Contexto Externo

A economia mundial registrou dificuldades para a retomada de um crescimento consistente em 2016. Durante o ano, diversos eventos contribuíram para que o nível de incerteza no mercado internacional permanecesse elevado, os fluxos de capitais, significativamente voláteis e o preço das *commodities*, deprimido.

A eleição norte-americana, a vitória da proposta favorável a que o Reino Unido saísse da União Europeia no plebiscito ocorrido em junho, o baixo crescimento das economias, o desemprego, as fragilidades sociais, bem como o fluxo migratório dos países do Oriente Médio, principalmente para a Europa, têm incentivado movimentos defensivos e contrários à maior integração mundial, colocando em risco o processo de globalização e impactando o processo de recuperação econômica.

Com relação às economias desenvolvidas, o ano foi marcado pela desaceleração da economia dos Estados Unidos (EUA). Já a Europa continuou tendo dificuldades para promover o crescimento da renda e do emprego. Em geral, os países

emergentes da Ásia mantiveram uma expansão bastante superior à dos demais, enquanto as economias sul-americanas registraram redução no nível de atividade em 2016.

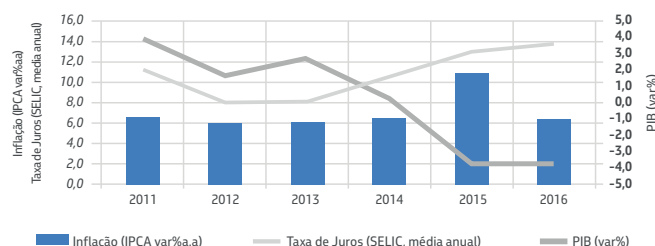
No caso específico do Brasil, a queda de 3,6% do nível de atividade, registrada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pode ser creditada à retração da demanda doméstica, em particular do consumo, e à retração do investimento privado (endividamento das empresas e capacidade ociosa).

Pelo segundo ano consecutivo, a queda no nível de atividade econômica afetou negativamente o mercado doméstico de derivados. Em 2016, registrou-se uma queda de 4% no consumo agregado desses produtos. À exceção do óleo combustível que recuou 31,3% e cuja demanda depende não apenas do nível de atividade econômica, mas também da competição com outros energéticos, a maior queda foi registrada no mercado de aviação, tendo o querosene de aviação (QAV) recuado 8,1%. Este resultado reflete o fraco

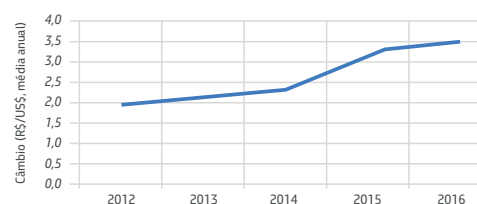
desempenho do setor aéreo, que registrou a primeira queda no número de passageiros transportados desde 2003. Caíram, também, a demanda por nafta e coque verde de petróleo, ambos fortemente influenciados pelo desempenho da indústria no ano de 2016. A demanda doméstica por diesel, derivado que representa cerca de 40% de todo o mercado doméstico de derivados de petróleo e cujo consumo está amplamente vinculado ao transporte de cargas, recuou 4,9%.

Na direção oposta, verificou-se uma elevação de 4,1% na demanda por gasolina, refletindo melhores condições competitivas desse produto em comparação com seu principal substituto. Também a demanda por gás liquefeito de petróleo (GLP), derivado de amplo uso doméstico, apresentou uma variação positiva, ainda que modesta (0,8%), seguindo, muito de perto, as expectativas de crescimento populacional para o período. Outros derivados como asfalto e propeno apresentaram, ainda, desempenhos positivos. Entretanto, como foi visto, estes resultados positivos foram insuficientes para compensar as fortes quedas observadas no que diz respeito aos derivados de maior peso na demanda.

Variáveis Macroeconômicas - Brasil



Taxa de Câmbio



A inflação acumulada em 2016, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), registrou variação de 6,29%. O Banco Central do Brasil manteve a taxa básica de juros no patamar de 14,25% a.a. ao longo de quase todo o ano, com reduções em outubro e novembro, fechando o ano em 13,75% a.a.

Em relação à taxa de câmbio, o real iniciou o ano com forte desvalorização, durante os meses de janeiro e fevereiro. A partir



daí, porém, a trajetória inverteu-se, devido a fatores tanto externos, quanto internos, mantendo-se o real, entretanto, desvalorizado em níveis históricos.

Considerando esse cenário para a economia brasileira, as principais agências de classificação de risco revisaram suas avaliações sobre o país ao longo de todo o ano de 2016. A Standard&Poor's (S&P) e a Moody's alteraram o *rating* de crédito brasileiro, em fevereiro, de BB+ para BB e de Baa3 para Ba2, respectivamente, enquanto a agência Fitch alterou, em maio, a classificação do país de BB+ para BB. Assim sendo, ao fim de 2016, o Brasil não era classificado como grau de investimento por nenhuma dessas agências de classificação de risco.

Acompanhando a alteração da nota soberana, e por conta de questões específicas, nossos *ratings* corporativos também sofreram rebaixamento, apresentando posteriormente, recuperação ao longo do ano, refletindo um menor risco de liquidez e melhorias nos nossos fundamentos.

> *Vea mais detalhes no capítulo [Resumo Financeiro](#)*

Por fim, a percepção do mercado expressa pelo Boletim Focus do Banco Central é a de que a economia brasileira recupere o crescimento do seu nível de atividade de forma gradual. As projeções de inflação sinalizam que a trajetória de variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) irá convergir para o centro da meta, possibilitando uma redução dos juros e contribuindo para a retomada do crescimento.

Marcos Regulatórios

Em 2016, o ambiente de negócios do setor de petróleo e gás natural no Brasil foi atualizado devido a mudanças relevantes

nos aspectos regulatórios, com destaque para a aprovação, pelo Congresso Nacional, de novas regras para as áreas do pré-sal. Ademais, ao longo do ano, foram promovidas ações que visaram a flexibilizar as regras definidas para a política de conteúdo local, assim como adaptações regulatórias para adequar o mercado do gás natural a um modelo mais concorrencial.

A Lei 12.351/2010, em sua redação original, estabelecia a Petrobras como operadora única das áreas sob regime de partilha da produção. Em 29 de novembro de 2016, a Lei 13.365/2016 excluiu a obrigatoriedade da companhia em atuar como operadora única em tais áreas, tendo sido garantido à Petrobras o direito de preferência para adquirir, no mínimo, 30% de participação nos consórcios e a possibilidade de operá-los.

Em 2 de maio de 2017, entrou em vigor o Decreto 9.041/2017, que regulamenta a Lei nº 12.351/2010, para dispor sobre o direito de preferência da Petrobras de atuar como operadora nos consórcios formados para exploração e produção de blocos a serem contratados sob o regime de partilha de produção.

Com esta regulamentação ficamos desobrigados de participar desses blocos, mantendo, no entanto, o direito de preferência de atuar como operadores nos blocos de interesse estratégico para a companhia.

Em relação ao mercado do gás natural, o Ministério de Minas e Energia (MME), em meados de 2016, lançou a iniciativa “Gás para Crescer”, estabelecendo as bases para um mercado competitivo mediante a adoção das boas práticas internacionais, de modo a construir um ambiente favorável a novos investimentos. O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou resolução que estabelece as diretrizes para o desenho deste novo mercado e criou o Comitê Técnico para o Desenvolvimento da Indústria do

Gás Natural (CT-GN), que deverá apresentar proposta de medidas a serem encaminhadas ao Congresso Nacional.

Já em relação ao mercado de derivados de petróleo, o MME lançou duas iniciativas: “RenovaBio” e “Combustível Brasil”. O primeiro, lançado em 2016, tem foco no estabelecimento de uma política nacional integrada para a indústria de biocombustíveis. Já o Combustível Brasil, lançado no primeiro trimestre de 2017, tem como foco atrair novos *players* para o refino de combustíveis no Brasil, com ações voltadas a ampliação da capacidade de produção e a melhoria da infraestrutura logística de abastecimento. Temos enviado contribuições ao MME acerca das ações propostas, bem como avaliado oportunidades em nosso programa de desinvestimentos e impactos em nosso posicionamento no mercado.

Política de Conteúdo Local

No âmbito da política de conteúdo local, foi instituído o “Programa de Estímulo à Competividade da Cadeia Produtiva ao Desenvolvimento e Aprimoramento de Fornecedores do Setor Petróleo e Gás” (Pedefor), do qual participam diversos ministérios (Casa Civil; Fazenda; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Minas e Energia; e Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações), além da Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP), do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Com o objetivo de identificar as principais fragilidades das regras vigentes, ocorreram alguns encontros técnicos envolvendo as referidas instituições ao longo de 2016. Um dos principais objetivos foi elaborar uma proposta, encaminhada ao CNPE, em 28 de março de 2017, com novas diretrizes para o

funcionamento da política de conteúdo local a serem adotadas nas novas rodadas de licitação esperadas para 2017.

Mercado de Petróleo e Derivados

A significativa expansão da produção não convencional americana, a partir de 2011, foi considerada a principal causa para a formação do excedente de petróleo que justificou a trajetória de queda nos preços iniciada em 2014. Até o início de 2016, a decisão da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opec) de não tentar influenciar os preços do petróleo com uma estratégia de corte de produção contribuiu para a manutenção da trajetória de queda.

Os primeiros meses de 2016, foram particularmente críticos, uma vez que o valor do *Brent* atingiu o menor patamar desde 2003, ainda em janeiro, impactando negativamente a média do primeiro trimestre. Apesar da elevação nos preços nos trimestres subsequentes, a queda de preços, na comparação anual, justificou-se pela lentidão no processo de reequilíbrio do mercado, ainda em curso.

Apesar do ritmo mais lento do crescimento nos países desenvolvidos, a expansão das economias emergentes foi suficiente para resultar em uma taxa de crescimento de 1,8% da demanda mundial em 2016 (incremento de 1,7 milhão de bpd), acima da média histórica, que é próxima a 1,5% a.a (incremento médio de 1,1 milhão de bpd). É importante ressaltar que o efeito positivo da queda dos preços, em relação à 2015, contribuiu com o resultado observado.

Pelo lado da oferta de petróleo, o volume registrado, em 2016, foi ligeiramente superior ao de 2015, com um crescimento da produção dos países pertencentes à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opec), apesar do declínio da produção dos países não pertencentes a essa organização. Fora da Opec, a produção de petróleo americana inicia um movimento de queda em resposta aos baixos preços do petróleo.

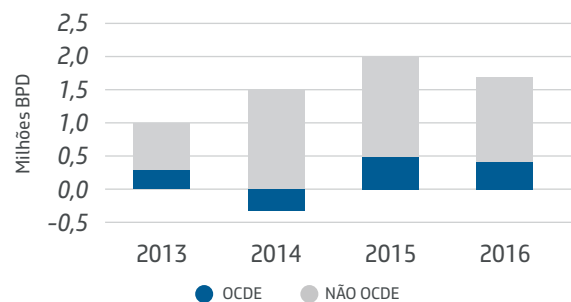
Em novembro de 2016, após discussões que estavam em andamento desde o início do ano, os países membros da Opec e um grupo de 11 países produtores de fora da Opec, incluindo

a Rússia, concordaram em reduzir o volume de produção com o objetivo de acelerar o reequilíbrio do mercado o que gerou um impacto positivo sobre os preços do petróleo em dezembro, cuja média de 54,07 US\$/bbl foi 16% superior à de novembro. No entanto, este efeito não foi suficiente para reverter a queda dos preços em relação ao ano anterior.

Nesse contexto, de baixo preço de petróleo, as companhias petrolíferas reduziram investimentos de longo prazo em tecnologias de exploração e produção e priorizaram ganhos de eficiência e avanços incrementais em tecnologias já existentes, contando, para tal fim, com a utilização crescente de tecnologias digitais.

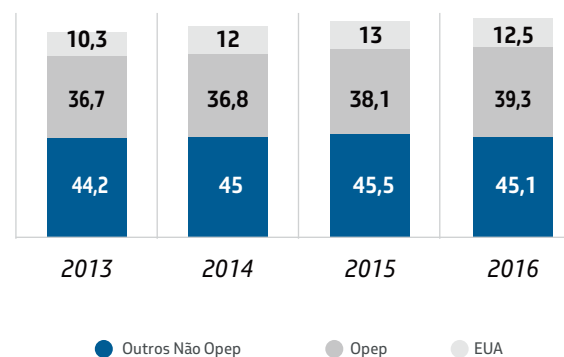
Seguindo a mesma tendência, trabalhamos na adequação do nosso Plano Estratégico à trajetória esperada de preços do petróleo no mercado internacional, por meio da readequação do nosso portfólio, dos cuidados na gestão e da aplicação dos capitais e do controle de custos. Mais detalhes no capítulo de Estratégia de Negócios e Sistema de Gestão.

Acréscimo na Demanda Mundial de Derivados de Petróleo



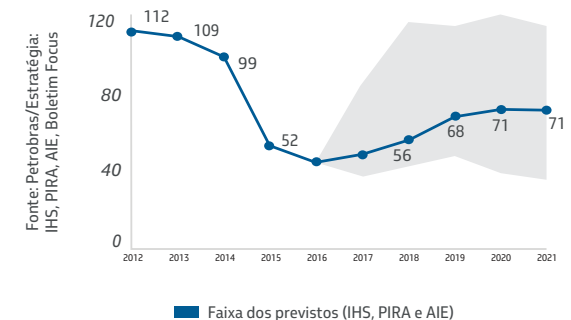
Fonte: Agência Internacional de Energia (AIE) - Oil Market Report

Oferta Mundial de Petróleo



Preços do Brent

(US\$/bbl - ano - base - 2016)



Nota: projeções relativas ao Plano de Negócios 2017-2021.

Visão Geral da Organização

Somos uma sociedade anônima de capital aberto. Conduzimos as nossas atividades com base nos seguintes valores:

**Respeito à vida,
às pessoas
e ao meio ambiente**

**Ética e
transparência**

**Orientação
ao mercado**

**Superação
e confiança**

Resultados

**NOSSOS
VALORES**

Na nossa visão, estabelecemos que **somos uma empresa integrada de energia com foco em óleo e gás que evolui com a sociedade, gera alto valor e tem capacidade técnica única.**

Investimos na capacitação dos nossos 68.829 empregados e alocamos, em 2016, R\$ 1,8 bilhão para pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

Produzimos, em média, 2,79 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boed) de petróleo e gás natural. O foco de nossa atuação em Exploração e Produção de petróleo é o Brasil. Nosso portfólio é concentrado na região Sudeste, sendo a maior parte das reservas de petróleo situadas em campos marítimos, em águas profundas e ultraprofundas, localizadas nas bacias de Campos, de Santos e do Espírito Santo.

No exterior, atuamos nesse segmento na Argentina, na Bolívia, na Colômbia, nos Estados Unidos, no México e na Nigéria.

Somos líderes mundiais na exploração e na produção em águas profundas e ultraprofundas, reconhecidos pelo pioneirismo na introdução de novas tecnologias. Operamos, em 2016, 36% da produção global nesses reservatórios. Somos, também, a maior operadora mundial de FPSOs (unidades flutuantes de produção, estocagem e transferência de petróleo). Finalizamos o ano de 2016 com 35 desses navios-plataforma em operação.

De acordo com os critérios da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e da Society of Petroleum Engineers (SPE), o volume de nossas reservas provadas, em 2016, atingiu cerca de 12,51 bilhões de

barris de óleo equivalente (boe), dos quais 84,3% referem-se a óleo e condensado, sendo 98% no Brasil.

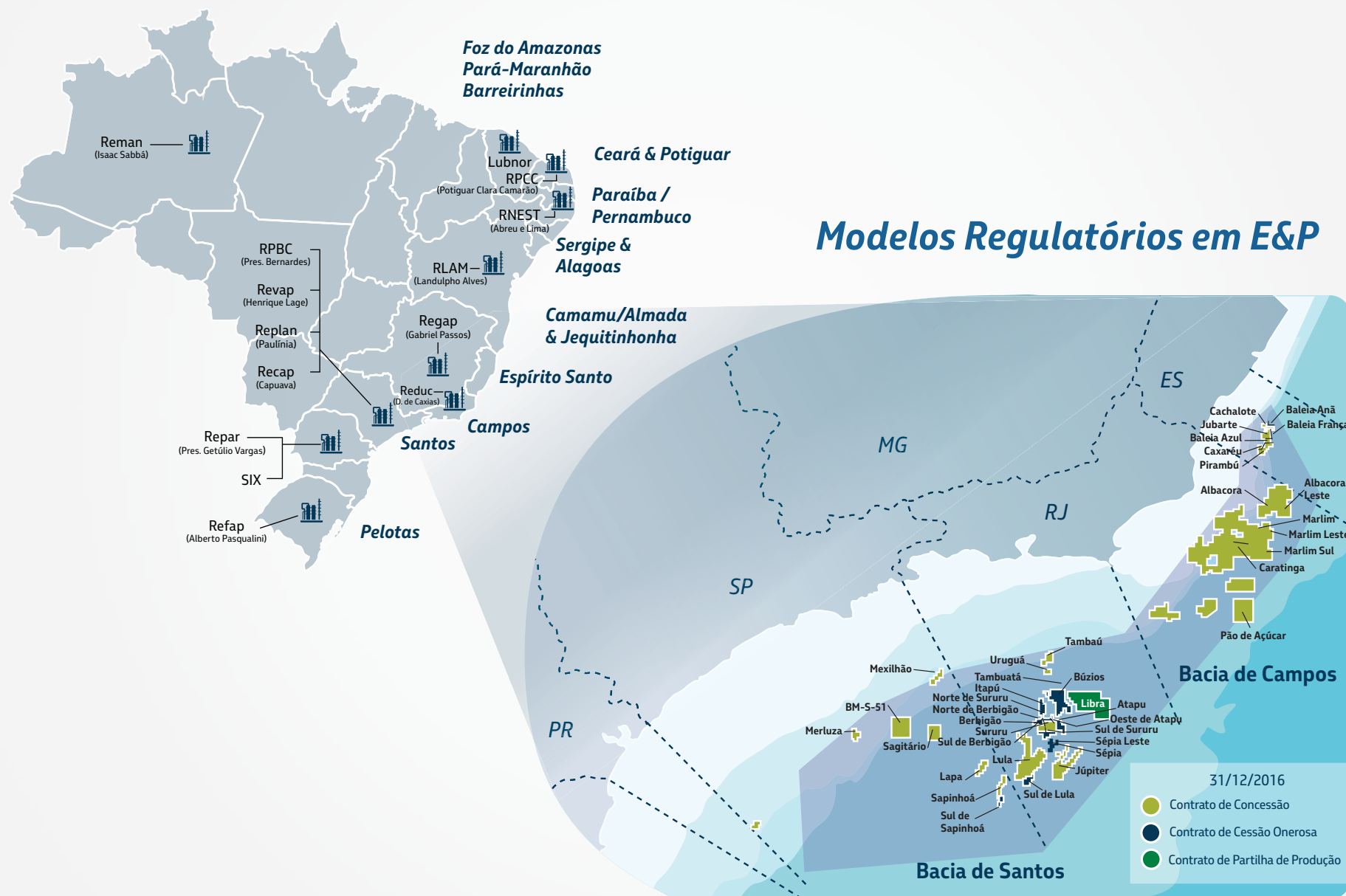
Nosso portfólio de exploração no Brasil é constituído por 131 blocos exploratórios, totalizando uma área de 67.315 km², dos quais 20.818 km² localizam-se em terra e 46.497 km², no mar. Estamos atuando em 37 Planos de Avaliação de Descobertas (PADs), sendo 35 em áreas exclusivamente exploratórias e dois em áreas de *ring fence* – área de exploração contígua a um campo onde houve descobertas anteriores. No desenvolvimento e na produção, nosso portfólio doméstico é composto por 316 campos ativos de petróleo e gás natural, dos quais 306 são regidos por contratos de concessão e dez, pelo contrato de cessão onerosa.

Se adicionarmos ao portfólio nacional nossas unidades no exterior teremos um total de 166 blocos exploratórios e 337 campos em desenvolvimento e em produção, perfazendo um total de 503 concessões. Desse total temos 152 concessões em parceria com outras empresas e, em 91 destes ativos somos os operadores, enquanto que em outros 61, os nossos parceiros são os responsáveis pela operação.

Somos responsáveis, como operadores, por quase a totalidade da capacidade de refino instalada no Brasil. Nossas refinarias possuem capacidade total instalada de 2,176 milhões de barris por dia (bpd) no Brasil.

Seis das treze refinarias estão localizadas no Sudeste do país, próximas aos mercados mais populosos e industrializados e junto à maior parte das nossas reservas de óleo e a nossa produção de petróleo bruto na Bacia de Campos e na Bacia de Santos.

Mapa das Refinarias e Principais Bacias Petrolíferas Offshore no Brasil



No exterior, nossas refinarias, localizadas nos Estados Unidos e na Argentina, processaram 126 mil bpd de petróleo e líquido de gás natural (LGN) e produziram 128 mil bpd de derivados.

No Japão, operamos a refinaria Nansei Sekiyu Kabushiki Kaisha (NSS) até abril de 2015, quando interrompemos o processamento de petróleo. A partir dessa data, continuamos com as atividades de comercialização de produtos por meio de importação ou aquisições no mercado doméstico japonês até março de 2016, momento em que a operação foi descontinuada definitivamente (*shutdown* definitivo). A venda foi concluída em dezembro, para a Taiyo Oil Company.

A Petrobras Transporte S.A. – Transpetro, uma de nossas subsidiárias, é a principal empresa de transporte e logística de combustível do Brasil. Atua, também, nas operações

de importação e exportação de petróleo e derivados, possuindo, atualmente, duas áreas de negócios: Dutos e Terminais e Transporte Marítimo. A companhia opera 14,87 mil quilômetros de oleodutos e gasodutos, 47 terminais (20 terrestres e 27 aquaviários) e 56 navios.

No fim de 2016, a Petrobras Distribuidora S.A., nossa subsidiária no segmento de distribuição, foi responsável por 31,1% do total de vendas no segmento de distribuição de combustíveis no Brasil. Para atender aos 8.176 postos de serviço da rede e a, aproximadamente, 14,1 mil clientes consumidores, utilizamos a capilaridade da nossa infraestrutura logística, atuando em 74 localidades que abrangem todas as unidades federativas do país. Em 2016, mantivemos a liderança no mercado de rede de postos, com participação de 25,4% e volume comercializado na ordem de 24,0 milhões de m³.

A Liquigás Distribuidora S.A., nossa subsidiária no segmento de engarrafamento, distribuição e comercialização de GLP, comercializou, em 2016, 1,6 milhão de toneladas.

Nossa empresa atua, também, no processamento, na logística, na comercialização e na distribuição de gás natural, por meio de uma rede de gasodutos e participações em diversas empresas. Processamos, em média, 36 milhões de m³/dia de gás natural em 2016.

Atuamos na geração e na venda de energia elétrica com capacidade instalada de 6,1 mil MW, por meio de 20 usinas termelétricas próprias e alugadas.

Por intermédio de participações, estamos presentes no setor petroquímico, e temos atuação no setor gás químico, na produção e na comercialização de fertilizantes.

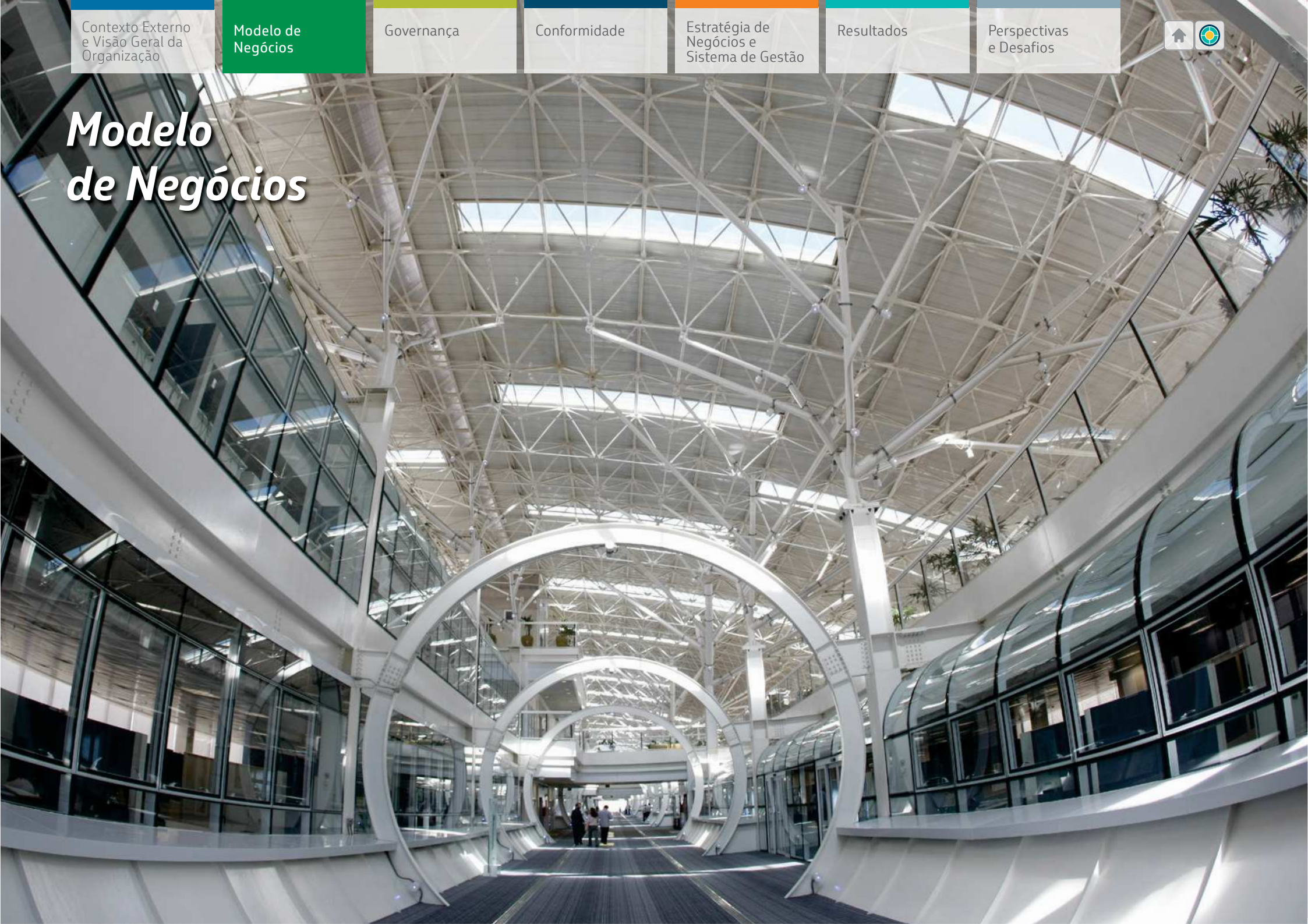
Estamos, também, presentes no segmento de biocombustíveis, por meio de participações em empresas geridas pela nossa subsidiária integral Petrobras Biocombustível S.A., e no segmento de geração de energia renovável.

Nosso Ativo Imobilizado totalizou R\$ 572 bilhões, no fim de dezembro de 2016, incluindo terrenos, equipamentos, ativos em construção e demais bens empregados em nossas atividades.

Um importante aspecto do nosso Plano Estratégico é a ampliação do programa de parcerias e desinvestimentos. O programa de parcerias e desinvestimentos totalizou o valor de US\$ 13,6 bilhões em contratos assinados no biênio 2015–2016. Desde 2015 até abril de 2017, totalizamos US\$ 7,7 bilhões em entrada de caixa referentes a esse programa.



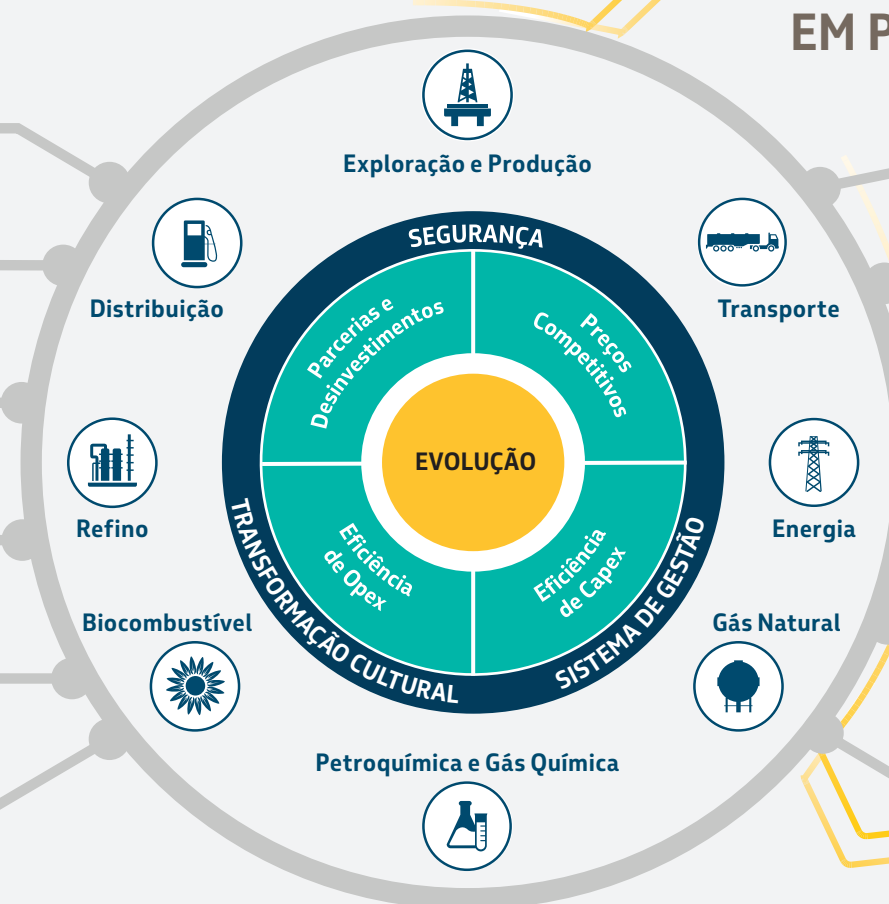
Modelo de Negócios



NOSSOS RECURSOS...

HUMANO Nº de Empregados (mil)	68,8 2015: 78,5
INTELECTUAL Investimento em P&D (R\$ bilhões)	1,83 2015: 2,02
NATURAL Reservas (bilhões de barris de óleo equivalente)	12,5 2015: 13,3
PRODUTIVO Ativo Imobilizado (R\$ bilhões)	572 2015: 630
FINANCEIRO Dívida Líquida (R\$ bilhões)	314 2015: 392
RELACIONAMENTO Fornecedores com os quais a holding transacionou (mil)	12,6 2015: 16,3

APLICADOS AOS NOSSOS PROCESSOS...



RESULTAM EM PRODUTOS...

ÓLEO E LGN Produção (milhões de barris/dia)	2,22 2015: 2,23
GÁS NATURAL Produção (milhões m³/dia)	90,8 2015: 89,8
DERIVADOS Volume vendido no mercado interno (milhões de barris/dia)	2,06 2015: 2,23
SEGURANÇA Taxa de Acidentados Registráveis (TAR)	1,63 2015: 2,15
MEIO AMBIENTE Volume Vazado (m³)	51,9 2015: 71,6
Emissões de Gases de Efeito Estufa (milhões t CO ₂ e)	66,5 2015: 78,1

E POTENCIAIS IMPACTOS...

CONTEXTO INTERNO

...E TENDO IDENTIFICADO, ACOMPANHADO E MITIGADO OS RISCOS DO NEGÓCIO, **GERAM VALOR** PARA:

INVESTIDORES Fluxo de Caixa Livre (R\$ bilhões)	41,6 2015: 15,9	EMPREGADOS Remuneração Direta (R\$ bilhões)	18,7 2015: 19,1	ESTADO E SOCIEDADE Tributos (R\$ bilhões)	106 2015: 110
---	---------------------------	---	---------------------------	---	-------------------------

CONTEXTO EXTERNO



Modelo de Negócios

Nosso modelo de negócios visa a demonstrar como utilizamos recursos e processos para a geração de valor para nossos públicos de interesse e como analisamos o contexto externo e evoluímos nos processos de gestão, governança, estratégias de negócios e resultados.

Em face dos desafios externos e internos, a nossa estratégia aponta para dois objetivos principais: o aumento da segurança nas operações e a diminuição da alavancagem. Para tanto, buscamos aprimorar a consciência de segurança na empresa, com comprometimento da liderança e treinamento contínuo focado no conhecimento dos riscos e dos processos. No que se refere a diminuição da alavancagem, além da prática de preços competitivos, mantemos o foco na eficiência da aplicação de capital e na redução de custos, contando com parcerias e desinvestimentos para reduzir nossa dívida líquida.

Quanto à gestão dos negócios, adotamos o conceito central de evolução, que se traduz no tripé da transformação cultural, de um sistema de gestão baseado fortemente em desempenho e na massiva propagação de uma cultura de segurança. Assim, pretendemos entregar não apenas energia sob forma de produtos e serviços, mas geração de valor aos nossos públicos de interesse.

Os recursos utilizados em nosso processo produtivo, apresentados em nosso modelo de negócios, foram classificados em seis categorias, conforme o modelo de capitais apresentado pelo Conselho Internacional para Relato Integrado (IIRC), sendo exemplificados, por meio de indicadores e respectiva evolução de 2015 para 2016.

O detalhamento dos capitais relacionados aos recursos aplicados em nossos processos está apresentado nos itens indicados a seguir, os quais podem ser acessados, de forma interativa, pelos links constantes no modelo de negócios.

HUMANO

Competências, habilidades e experiência das pessoas e suas motivações para inovar.

INTELLECTUAL

Recursos intangíveis organizacionais baseados na propriedade intelectual e no conhecimento tecnológico e de gestão, expressos em produtos, processos, sistemas e patentes.

NATURAL

Recursos ambientais renováveis e não renováveis que fornecem insumos essenciais ao processo produtivo.

PRODUTIVO

Ativos industriais e infraestrutura que utilizamos em nossa atividade produtiva.

FINANCEIRO

Recursos financeiros disponíveis, sejam estes próprios ou obtidos por meio de financiamentos e investimentos, alocados para nossa atividade produtiva.

RELACIONAMENTO

Parcerias e relacionamentos com nossos públicos de interesse e a capacidade de compartilhar informações e formar vínculos de confiança.

No capítulo Contexto Externo e Visão Geral da Organização, detalhamos o ambiente em que embasamos a elaboração de nossas estratégias e iniciativas.

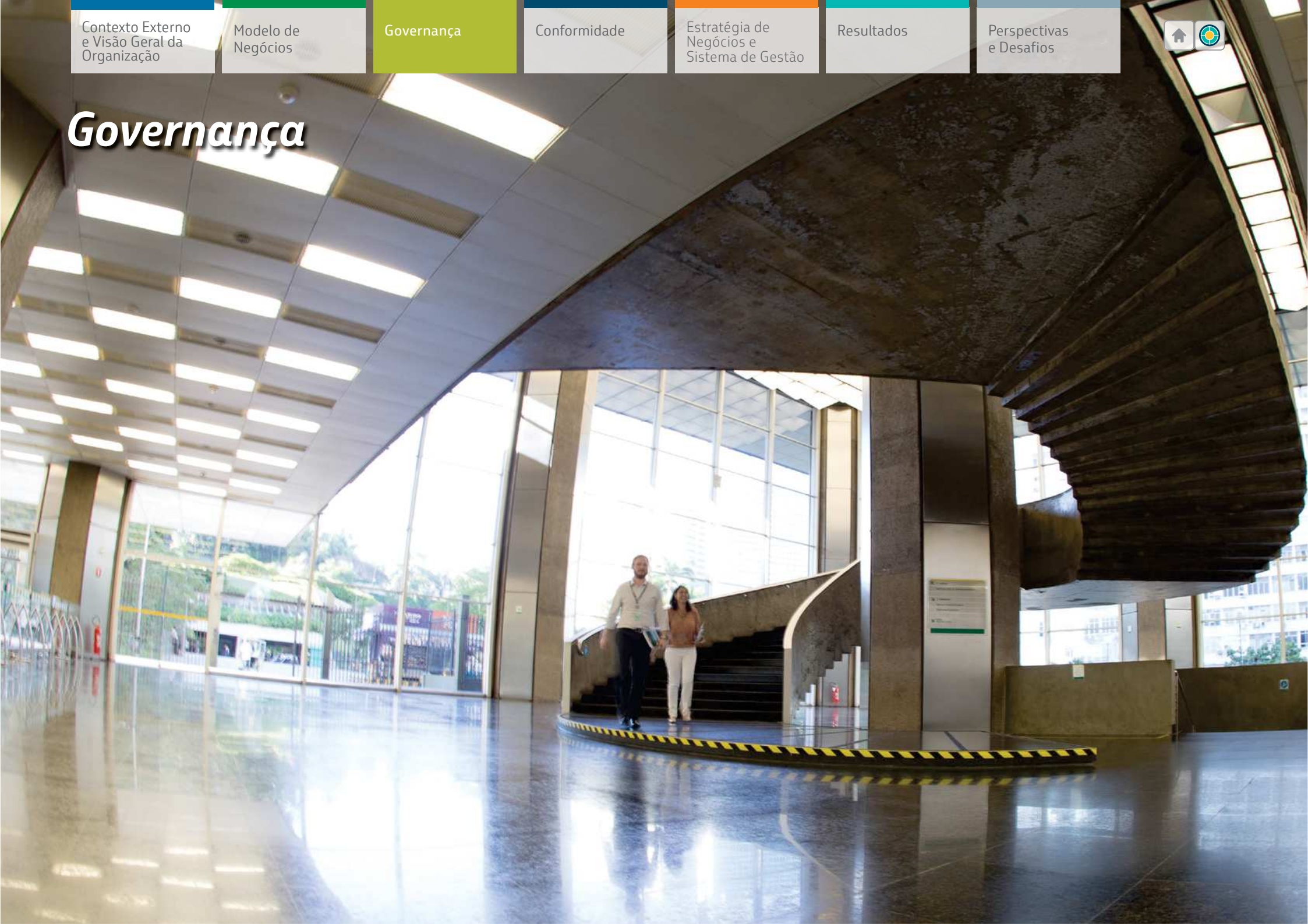
A evolução do nosso contexto interno é apresentada nos processos de Governança, Conformidade, Sistema de Gestão e Identificação e Tratamento de Riscos do Negócio e está sintetizada nos capítulos Governança, Conformidade e Estratégia e Sistema de Gestão.

> O detalhamento desses itens pode também ser encontrado no [Relatório da Administração](#), publicado em março de 2017.

> As informações sobre nossos resultados, produtos e geração de valor estão apresentadas no capítulo Resultados – [Resumo Financeiro](#) e [Desempenho Operacional](#) e na tabela [Destaques](#).

> As informações sobre Segurança, Meio Ambiente e Saúde são apresentadas no capítulo Resultados – [Segurança e Saúde](#) e [Gestão Ambiental](#).

Governança



Governança

O nosso compromisso com as boas práticas de governança corporativa tem como premissas maior transparência e rápida adaptação às mudanças. Além das leis e exigências regulatórias voltadas para as sociedades de economia mista e empresas de capital aberto, seguimos procedimentos de governança compatíveis com as normas dos mercados nacionais e internacionais em que atuamos, buscando adotar

padrões internacionais de transparência, reforçar nossa imagem e reputação e aprimorar o relacionamento com nossos públicos de interesse: acionistas, investidores, clientes, fornecedores, governo, empregados e sociedade, entre outros.

Nossa estrutura de governança corporativa é composta por: Assembleia Geral de Acionistas, Conselho Fiscal,

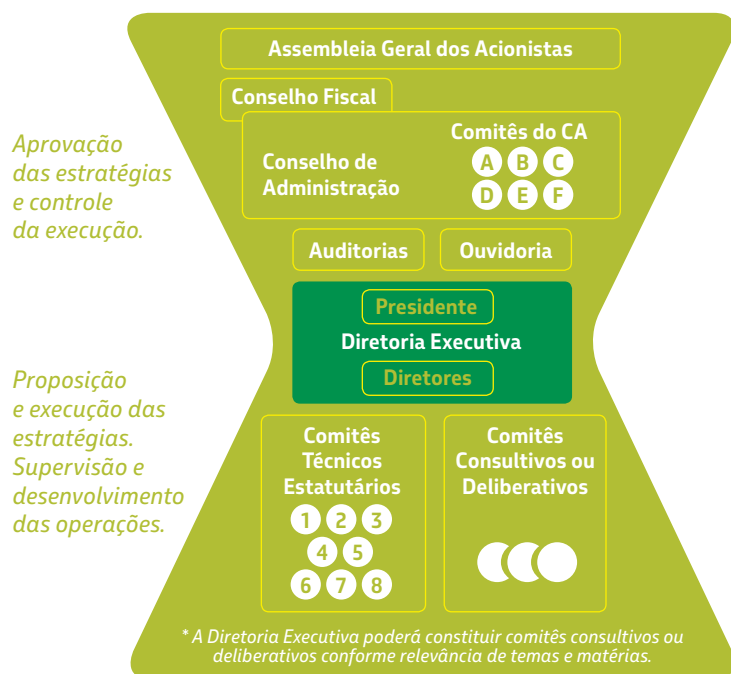
Conselho de Administração e seus comitês, Auditorias, Ouvidoria-Geral, Diretoria Executiva e seus comitês.

Nosso Conselho de Administração apresenta uma composição mais heterogênea e independente em relação ao acionista controlador, a União Federal, desde 2015. Além disso, o Conselho conta com diversos comitês que o assessoram no cumprimento das suas responsabilidades de orientação à Petrobras e direção superior da companhia, listados na figura ao lado. São eles: Comitê Estratégico, Comitê Financeiro, Comitê de Auditoria, Comitê de Segurança, Meio Ambiente e Saúde e Comitê de Indicação, Remuneração e Sucessão.

O Conselho também conta com o Comitê dos Minoritários, de caráter independente e permanente, com o objetivo de acompanhar o processo de Revisão do Contrato de Cessão Onerosa e demais transações com partes relacionadas envolvendo a Petrobras e a União, suas autarquias e fundações, que estejam na alçada de aprovação do próprio Conselho. Extraordinariamente, contamos com um Comitê Especial instalado, de caráter independente e com linha de reporte direta ao Conselho de Administração, focado na investigação interna de não conformidades oriundas da Operação Lava Jato.

Para refletir as mudanças de aumento da responsabilização individual dos administradores, foram necessários ajustes em nosso Estatuto Social, entre os quais a inclusão de competências individuais demandadas dos membros da Diretoria Executiva e a criação de comitês técnicos estatutários que equiparam os deveres e as responsabilidades de seus membros aos dos administradores da companhia.

Nossa Estrutura de Governança



Comitês do CA:

- A.** Estratégico
- B.** Financeiro
- C.** Auditoria
- D.** Segurança, Meio Ambiente e Saúde
- E.** Indicação, Remuneração e Sucessão
- F.** Minoritários

Comitês Técnicos Estatutários:

- 1.** Desenvolvimento da Produção e Tecnologia
- 2.** Exploração e Produção
- 3.** Refino e Gás Natural
- 4.** Financeiro e de Relacionamento com Investidores
- 5.** Assuntos Corporativos
- 6.** Governança e Conformidade
- 7.** Estratégia, Organização e Sistemas de Gestão
- 8.** Investimento e Desinvestimento



Assim, os membros da Diretoria Executiva contam, agora, com sete comitês técnicos estatutários de assessoramento: Comitê Técnico Estatutário de Desenvolvimento da Produção e Tecnologia; Comitê Técnico Estatutário de Exploração e Produção; Comitê Técnico Estatutário de Refino e Gás Natural; Comitê Técnico Estatutário Financeiro e de Relacionamento com Investidores; Comitê Técnico Estatutário de Assuntos Corporativos; Comitê Técnico Estatutário de Governança e Conformidade; Comitê Técnico Estatutário de Estratégia, Organização e Sistema de Gestão. A Diretoria Executiva conta, ainda, com o assessoramento do Comitê Técnico Estatutário de Investimento e Desinvestimento.

Também estão em atividade os seguintes comitês executivos multidisciplinares de natureza deliberativa e/ou consultiva: Comunicação e Responsabilidade Social; Riscos; Divulgação, Pesquisa & Desenvolvimento; Recursos Humanos, Organização e Governança; Segurança, Meio Ambiente e Saúde e Tecnologia da Informação e Telecomunicações. São compostos por nossos gerentes executivos e têm como finalidade propor e analisar matérias de competência da Diretoria Executiva, reduzir a concentração de decisões técnicas e aprofundar análises e discussões sobre temas de sua especialidade.

Aprovada em setembro, a nossa Política de Indicação de membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, do Conselho de Administração e dos participantes externos que integram os respectivos comitês de assessoramento estabelece requisitos mínimos para indicação de integrantes dessas instâncias de governança. São requisitos fundamentais a capacidade técnica e de gestão, além da avaliação de integridade, por meio do *Background Check*.

O *Background Check* busca aumentar a segurança das nossas nomeações a posições-chave. É aplicável aos profissionais

indicados tanto para assumirem funções gerenciais, incluindo posições na alta administração, quanto para atuarem como administradores (diretores, presidentes, conselheiros de administração) ou conselheiros fiscais em outras empresas do Sistema Petrobras, quando por nós indicados.

Entre os membros do Conselho de Administração e respectivos comitês de assessoramento, apenas um tem função executiva, que é o presidente da companhia. De acordo com o nosso Estatuto Social, as funções de presidente do Conselho de Administração e de presidente da companhia não serão exercidas pela mesma pessoa. O presidente do Conselho de Administração deverá ser eleito pela Assembleia Geral.

É assegurado aos nossos empregados o direito de indicar um representante para o Conselho de Administração, pelo voto direto de seus pares, em eleição organizada pela Petrobras, em conjunto com as entidades sindicais representantes da categoria.

Visando a atender ao disposto na legislação, criamos a Comissão de Elegibilidade em fevereiro de 2017. De caráter temporário, opina e auxilia os acionistas na indicação de administradores e conselheiros fiscais conforme os requisitos previstos na Lei nº 13.303/16, no Decreto 8.945/16 e no Estatuto Social.

Nosso Comitê de Indicação, Remuneração e Sucessão tem, entre suas atribuições, propor a estrutura de compensação dos membros da direção superior da companhia e apresentar políticas e mecanismos de remuneração dos nossos administradores, considerando os nossos resultados econômicos, financeiros, ambientais e sociais e observados as nossas estratégias e os referenciais de mercado. O comitê pode contar com o assessoramento dos titulares das unidades

organizacionais em nossa estrutura geral, quando necessário. Suas proposições são aprovadas pelo Conselho de Administração. O nosso presidente é membro do Conselho de Administração, porém, não participa das votações referentes a esse assunto.

De acordo com nosso Estatuto Social, reforçado pelas Diretrizes de Governança Corporativa, pelo Código de Boas Práticas, pelo Código de Ética, pelo Guia de Conduta do Sistema Petrobras, pelo Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção e pelo Regimento Interno do Conselho de Administração, um dos requisitos aos quais os conselheiros devem atender é a ausência de conflitos de interesses.

> Para saber mais, acesse nosso [site](#), item *Governança Corporativa/ Instrumentos de Governança*.

Caso algum dos membros do Conselho de Administração mude de ocupação principal após a sua eleição, recomenda-se que o fato seja levado ao colegiado, que reavaliará os requisitos, impedimentos e eventuais conflitos de interesses.

No caso do conselheiro representante dos empregados, este não pode participar de discussões e deliberações em pauta sobre a fixação de políticas de recursos humanos, assuntos de relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens, inclusive matérias de previdência complementar e assistenciais, hipóteses em que ficaria configurado o conflito de interesses.

A nossa [Política de Transações com Partes Relacionadas](#), aprovada em dezembro, estabelece os princípios que nos orientam na celebração de transações e em situações em que haja potencial conflito de interesses.

Temos, ainda, o nosso Código de Conduta Concorrencial, que consubstancia o nosso compromisso com o cumprimento estrito da legislação de defesa da concorrência ou antitruste brasileira e das jurisdições estrangeiras em que realizamos negócios.

Processo Decisório

As medidas de aprimoramento do nosso processo decisório visam a fortalecer os nossos controles internos e a nossa governança, assegurando transparência e eficácia a um sistema de prevenção de riscos e combate a desvios, com previsibilidade de ações corretivas. Essas medidas foram tomadas para dar mais segurança ao acionista e embasamento à tomada de decisões pelos administradores.

> Para mais detalhes sobre nossas ações para remediar as deficiências significativas identificadas, consultar os itens **Governança, Gestão e Conformidade – Controles Internos do Relatório de Administração**, 5.3 do **Formulário de Referência** e 15 do **Form 20F**.

Implantamos, em 2015, o modelo de autorizações compartilhadas, ou seja, com assinaturas cruzadas de, no mínimo, dois gestores, sem relação de subordinação direta entre eles, para a realização de contratações, compras, desembolsos e outros atos de gestão.

Nosso processo de delegação de autoridade é orientado por meio da Matriz de Limites de Atuação – que consolida os limites de aprovação para execução de planos, projetos e metas orçamentárias, investimentos de capital, investimentos correntes, vendas, gastos, programas de captação, e prestação de garantias – e da Tabela de Limites de Competência, que estabelece, em valores monetários, a competência dos membros da Diretoria Executiva.

Para o melhor desempenho em suas atividades, os membros do Conselho de Administração poderão solicitar, a qualquer tempo, documentos, esclarecimentos e reuniões presenciais com diretores executivos, gerentes ou demais técnicos da companhia responsáveis pelos assuntos a serem tratados. A Auditoria Interna, a Ouvidoria-Geral e os comitês de assessoramento do Conselho também podem submeter temas para apresentação ao colegiado, ou mesmo para análise e deliberação.

Treinamento e Desempenho da Alta Administração

A avaliação de desempenho do Conselho de Administração e de seus comitês de assessoramento, bem como da Diretoria Executiva, está prevista nas Diretrizes de Governança Corporativa da Petrobras e tem como objetivo aprimorar o desempenho e a atuação desses colegiados. Em 2016, foi contratada empresa externa especializada para implantar e formalizar o procedimento de avaliação de desempenho do Conselho de Administração e de seus comitês, como órgãos colegiados, e de seus membros, individualmente, bem como da Diretoria Executiva, do presidente e dos diretores executivos.

A criação da metodologia de avaliação considerou o entendimento dos documentos internos de estratégia e relatórios externos de investidores, a revisão das perspectivas dos investidores institucionais e expectativas em torno da governança, o *benchmarking* e a revisão das práticas de governança de outras companhias, pesquisa com os conselheiros, entrevistas individuais, revisão das principais conclusões, recomendações e ações prioritárias, além do acompanhamento da implementação das principais recomendações do projeto.

A primeira etapa do processo, finalizada em janeiro de 2017, consistiu em um amplo diagnóstico sobre o cenário e o contexto em que estamos inseridos, o momento que estamos vivendo e aspectos de nossa governança. Na sequência, foi realizada uma pesquisa *on-line* com o público-alvo da avaliação (presidente, diretores executivos e membros do Conselho de Administração), sucedida por entrevistas presenciais, necessárias para desenvolver uma avaliação objetiva e abrangente da efetividade do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva. Na próxima fase, a empresa especializada apresentará os resultados, fará comparativos de suas performances em relação às práticas do mercado e apresentará o plano de ação de melhoria a cada um dos executivos. Além disso, a empresa contratada também dará *feedback* aos avaliados, sob o ponto de vista de sua atuação individual e colegiada.

As Diretrizes de Governança Corporativa preveem a realização de reuniões presenciais com os membros da alta administração da companhia e de um programa de introdução para novos conselheiros que aborde temas relevantes de governança. A partir de dezembro de 2016, em função da Lei 13.303/16 e do Decreto 8.945/16, aprovamos o nosso novo modelo de treinamento de conselheiros e diretores, composto pelo Programa de Introdução de Novos Administradores e pelo Programa Periódico de Treinamento de Administradores.

Os administradores e conselheiros fiscais, inclusive, os representantes de empregados e minoritários, devem participar, na posse e anualmente, de treinamentos específicos disponibilizados pela companhia sobre aspectos de legislação societária, divulgação de informações, conformidade, código de conduta, conflito de interesses e demais temas pertinentes às nossas atividades, incluindo aspectos econômicos, ambientais e sociais relacionados à geopolítica e ao cenário mundial de energia, no contexto do mercado brasileiro.

Em alinhamento com o Programa Compromisso com a Vida, que tem por objetivo reduzir acidentes e preservar vidas, foram instituídos Momentos de Segurança nas reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, em novembro de 2016. Dentre os temas abordados estão o gerenciamento da segurança operacional em atividades de refino, a prevenção contra incêndios em plataformas de exploração e produção, a prevenção de acidentes de trânsito, o aprendizado com acidentes fatais, entre outros.

Preocupações Críticas

O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva acompanham o Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção por meio de reuniões periódicas com a área de Conformidade, além da análise de relatórios trimestrais elaborados pela área de Conformidade, em linha com o que é requerido conforme as melhores práticas e por legislações e órgãos de controle. Tais relatórios contemplam, além da evolução das atividades desenvolvidas para o fortalecimento do ambiente de compliance, os principais desafios da companhia nesse âmbito, possibilitando o direcionamento dos recursos necessários para superá-los.

Trimestralmente, a Ouvidoria-Geral envia relatório à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração, o qual dentre outras coisas, apresenta um balanço das denúncias de fraude e corrupção consideradas mais críticas, de alto e muito alto risco para o Sistema Petrobras, sendo o grau de risco avaliado quantitativamente segundo matriz que inclui aspectos como materialidade e risco à imagem da empresa, entre outros. O número total dessas denúncias comunicadas em 2016 foi de 147, em todas as empresas do Sistema Petrobras.

> *Veja mais detalhes no capítulo [Conformidade](#).*



Políticas

Em maio de 2016, a Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR) definiu a aprovação de políticas gerais da empresa como de competência do Conselho de Administração, fato que está corroborado pelo nosso Estatuto Social. Em dezembro de 2016, nosso Conselho de Administração recomendou a revisão da metodologia de aprovação das políticas, de modo a fortalecer a obrigatoriedade da declaração de seu conhecimento por todos os empregados da companhia e o monitoramento pela gerência executiva de Governança Corporativa, além de criar um procedimento centralizado de comunicação, acompanhamento e controle da adoção das políticas pelas sociedades do Sistema Petrobras.

Segundo a determinação do Conselho de Administração, os 15 documentos que deverão receber a denominação de “políticas” na Petrobras são:

- Política de Transação com Partes Relacionadas;
- Política e Diretrizes de Controles Internos da Petrobras;
- Política de Segurança Empresarial da Petrobras;
- Política de Gestão de Riscos Empresariais da Petrobras;
- Política e Diretrizes da Função Ouvidoria do Sistema Petrobras;
- Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e Negociação de Valores Mobiliários;
- Política de Conformidade Corporativa da Petrobras;
- Política e Diretrizes Corporativas de Segurança, Meio Ambiente e Saúde;
- Política e Diretrizes de Recursos Humanos;
- Política de Comunicação;
- Política de Governança;
- Código de Ética;
- Política de Dividendos;
- Política de Indicação dos Membros do Conselho Fiscal, Conselho de Administração e Diretoria Executiva da Petrobras;
- Política de Responsabilidade Social.

Política de Responsabilidade Social

Princípios

Fornecemos a energia que move a sociedade a realizar seu potencial, respeitando os direitos humanos e o meio ambiente, nos relacionando de forma responsável com as comunidades nos locais onde atuamos e superando os desafios de sustentabilidade relacionados ao nosso negócio, incluindo a transição para uma matriz energética de baixo carbono.

Diretrizes

Em todas as nossas atividades, nos comprometemos a:

- identificar, analisar e tratar os riscos sociais decorrentes da interação entre os nossos negócios, a sociedade e o meio ambiente e fomentar a gestão de aspectos socioambientais na cadeia de fornecedores.
- integrar as questões relacionadas à Responsabilidade Social na gestão do negócio e no processo decisório da companhia.
- respeitar os direitos humanos, buscando prevenir e mitigar impactos negativos nas nossas atividades diretas, cadeia de fornecedores e em parcerias, e combatendo a discriminação em todas as suas formas.
- gerir o relacionamento com as comunidades situadas na área de abrangência, com base no diálogo contínuo e transparente, contribuindo para a viabilidade dos nossos negócios e o desenvolvimento local.
- investir em programas e projetos socioambientais, contribuindo para as comunidades onde atuamos e, de forma ampliada, para a sociedade, em alinhamento aos objetivos do negócio e colaborando para a conservação do ambiente e a melhoria das condições de vida.
- estar preparados para atuar em situações de emergência e em potenciais conflitos e crises junto às comunidades da área de abrangência.
- comunicar com clareza, objetividade e transparência as informações relativas à nossa atuação em sustentabilidade, alcançando todos os públicos de interesse.
- contribuir para o desenvolvimento sustentável e para a mitigação da mudança do clima, atuando em alinhamento com os compromissos nacionais e internacionais dos quais somos signatários.
- promover o pleno conhecimento e o compromisso da força de trabalho com a Política de Responsabilidade Social, para que nossas atividades sejam realizadas de forma socialmente responsável.

A Política de Responsabilidade Social foi aprovada pelo Conselho de Administração em março de 2017.

Conformidade



Ética e Integridade

Política e Ações de Conformidade

Em março de 2016, o nosso Conselho de Administração aprovou a Política de Conformidade Corporativa, com princípios e diretrizes que objetivam descrever e divulgar os compromissos assumidos pela companhia em relação à promoção dos mais altos valores éticos e de transparência na condução de nossos negócios, com tolerância zero à fraude, à corrupção e à lavagem de dinheiro.

A política contribui para a integração e o fortalecimento das iniciativas de *compliance* no Sistema Petrobras, em especial do Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção (PPPC), que estabelece mecanismos de prevenção, detecção e correção de atos não condizentes com as condutas estabelecidas e requeridas pela companhia.

O programa destina-se aos nossos diversos públicos de interesse, como clientes, fornecedores, investidores, parceiros, poder público, empregados próprios e de empresas prestadoras de serviços. Em conjunto com o Código de Ética do Sistema Petrobras e com o Guia de Conduta do Sistema Petrobras, a leitura é obrigatória para a totalidade dos empregados e contribui para o compromisso de todos na prevenção e no combate à fraude e à corrupção. O programa está em consonância com as melhores práticas demandadas atualmente pelo mercado, além de aderir às legislações anticorrupção em vigor, sobretudo à Lei 12.846/2013; ao Foreign Corrupt Practices Act (FCPA), lei federal norte-americana de 1977; e ao UK Bribery Act, lei britânica de combate e prevenção à corrupção de 2010.

O procedimento Due Diligence de Integridade (DDI), corresponde a um dos elementos que compõe o PPPC. Seu objetivo é conhecer e avaliar os riscos de integridade inerentes aos nossos relacionamentos comerciais, com base na avaliação do perfil, do histórico, da reputação e das práticas de combate à corrupção de nossas contrapartes. Esse procedimento vem sendo aplicado sobre as empresas interessadas em adquirir os nossos ativos no âmbito do nosso programa de aquisições e desinvestimentos.

>Veja mais informações no capítulo [Perspectivas e Desafios/Gestão de Fornecedores](#).

Realizamos treinamentos para nossos empregados, inclusive presidente e diretores, com módulos específicos sobre prevenção contra a corrupção, disponibilizados pelo Pacto Global das Nações Unidas. Até o fim de 2016, 96% dos empregados da Petrobras *holding* tinham realizado esse treinamento, totalizando mais de 60 mil empregados.

Além de treinamentos para novos empregados, realizados desde 2014, cursos presenciais sobre aspectos do nosso Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção passaram a ser oferecidos para empregados que exercem atividades com maior exposição a riscos de *compliance*, tais como empregados envolvidos no processo de contratação e gestores da companhia.

Adicionalmente, presidentes e diretores executivos da Petrobras e subsidiárias, e gerentes executivos da Petrobras *holding* participaram de treinamento presencial

sobre integridade e conflito de interesses, ministrado por representante do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União. Já os membros do nosso Conselho de Administração participaram de treinamento específico sobre as Leis Anticorrupção Brasileiras e de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, associadas à importância do Programa de *Compliance*.

Além disso, conforme está definido no Código de Ética do Sistema Petrobras e no Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção, não contribuimos ou apoiamos partidos políticos ou campanhas políticas de candidatos a cargos eletivos.

O nosso Código de Ética e o nosso Guia de Conduta constituem compromisso individual e coletivo de todos, incluindo membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva, ocupantes de funções gerenciais, empregados, estagiários e prestadores de serviços. Cada um deverá cumpri-los e promover seu cumprimento, em todas as ações da cadeia produtiva do Sistema Petrobras e nas relações com todas as partes interessadas.

Realizamos, preventivamente, campanhas internas para disseminar os princípios expressos em nosso Código de Ética, combatendo, por exemplo, conflitos de interesses e nepotismo, e não aceitando ações de favorecimento ou de recebimento de vantagens indevidas. A nossa Comissão de Ética atua na disseminação de conteúdos sobre o tema “Ética” e realiza consultoria para os empregados das diferentes áreas da empresa sobre a gestão da ética.

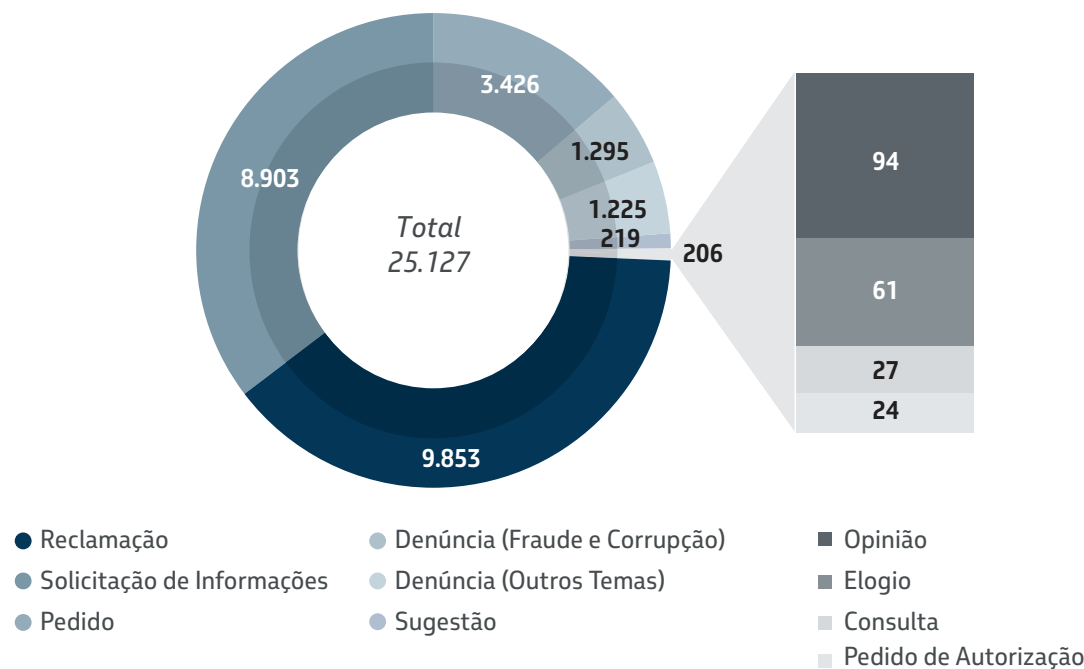
Para o público externo, realizamos ações de comunicação por meio da publicação de vídeos no site [Daqui pra frente](#), com as medidas adotadas para a melhoria dos nossos processos. Divulgamos informações em nossos canais externos, como o Canal do Fornecedor e o Portal Petronect, sobre orientações, procedimentos, documentos e legislação de *compliance*.

Nosso principal canal de recebimento e tratamento das manifestações relativas à nossa atividade, direta ou indiretamente, é a Ouvidoria-Geral da Petrobras *holding*.

A ouvidoria atua em solicitações de informação, atendendo à Lei de Acesso à Informação (LAI), pelo Serviço de Informação ao Cidadão, e em denúncias, reclamações,

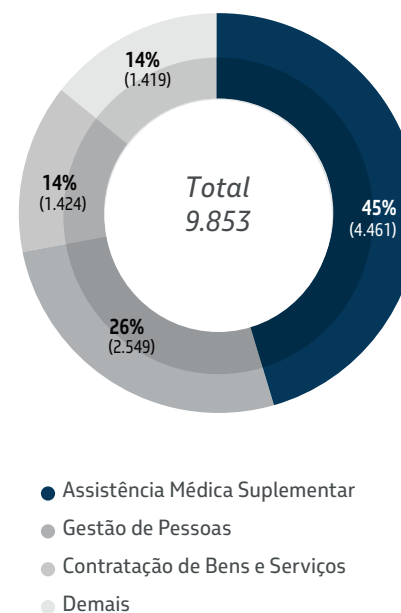
pedidos, elogios e sugestões, consultas, pedidos de autorização no caso de atividades que possam envolver conflito de interesses à luz da Lei de Conflito de Interesses e demandas relacionadas ao benefício de saúde oferecido aos empregados e seus dependentes. Em 2017, aprimoramos nosso Portal da Transparência, que reúne as informações disponibilizadas para o cidadão, segundo a LAI.

Total de Demandas Recebidas pela Ouvidoria em 2016



Dados por Categoria

Reclamação



A nossa Ouvidoria-Geral respeita a confidencialidade dos manifestantes sempre que necessário. Acompanha as denúncias desde o recebimento até a implementação de ações corretivas, sendo as denúncias envolvendo fraude e corrupção encaminhadas à Conformidade.

Já o nosso Canal de Denúncia é gerido por empresa externa, independente e especializada no recebimento de denúncias. Disponível 24 horas por dia e em três idiomas (português, inglês e espanhol), o canal centraliza o recebimento de denúncias e as repassa à Ouvidoria-Geral, a qual dá o tratamento adequado às demandas. O denunciante recebe um código alfanumérico e uma senha para acompanhar sua demanda pelo site externo. São também aceitas e tratadas denúncias anônimas sobre questões comportamentais que indiquem violência física ou psicológica no trabalho, desde que contenham nomes de pessoas relacionadas ao problema, sendo obrigatória a identificação precisa do denunciado e de eventuais testemunhas.

Transparência e Prestação de Contas

Tributos

Exercemos a função tributária com aderência às normas e legislações tributárias nacionais e internacionais aplicáveis ao Sistema Petrobras, avaliando a gestão de riscos tributários e contribuindo para aumentar a rentabilidade em nossos negócios, dentro do contexto de uma sociedade empresarial modificadora do ambiente socioeconômico em que está inserida.

Buscamos, também, manter um relacionamento ético e transparente com a sociedade, promovendo o desenvolvimento nas regiões em que atuamos, tendo em vista que somos um dos maiores contribuintes do país e nossa atuação repercute

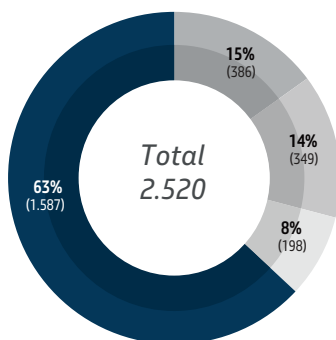
significativamente na arrecadação de tributos administrados pelo Fisco em níveis federal, estadual e municipal, assim como no recolhimento das participações governamentais relativas à indústria do petróleo, administradas pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Em 2016, conforme foi apresentado na nossa Demonstração de Valor Adicionado (DVA), geramos, como Sistema Petrobras, mais de R\$ 105,7 bilhões em tributos, sendo mais de 47% (R\$ 50,1 bilhões) para a União Federal, incluindo participações governamentais, o que equivale a quase 4% (quatro por cento) do total arrecadado pela Receita Federal do Brasil no período.

Além disso, a pulverização do exercício das nossas atividades pode ser medida pelos tributos gerados, no mesmo período, para os estados, os quais chegaram a R\$ 49,6 bilhões, bem como para os municípios, no montante de R\$ 690 milhões.

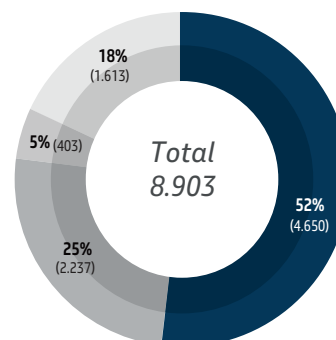
Denúncias

- Irregularidades em Contratos
- Favorecimento
- Ofensa
- Demais



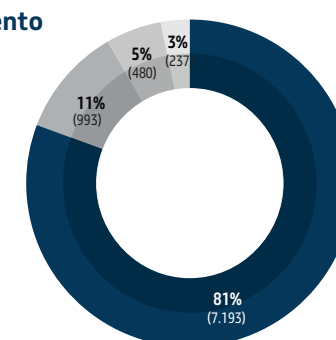
Solicitações de Informação

- Contratos / Convênios
- Recursos Humanos
- Controles Internos
- Demais



Tempo de Tratamento das Solicitações de Informação

- Até 20 dias
- Entre 21 e 30 dias
- Mais de 30 dias
- Não concluídos



Iniciativa de Transparência das Indústrias Extrativas (EITI)

Participamos das discussões do Grupo das Empresas de Petróleo e Gás ("Oil & Gas Constituency"), contribuimos nos debates e acompanhamos, tempestivamente, as decisões tomadas pelo Conselho da EITI, que define as exigências de transparência que devem ser cumpridas pelos países signatários. Atualmente, mais de 90 empresas envolvidas nos setores de petróleo, gás e mineração estão comprometidas em apoiar a EITI, juntamente com os 51 países signatários.

Transparência

O total de acessos ao nosso Portal de Transparência ao longo do exercício de 2016 foi de 151.458. No âmbito da Lei de Acesso à Informação recebemos e concluímos 8.666 solicitações de informação relativas à Petrobras holding. Atendemos a 83% das solicitações em até 20 dias e a 11% de 21 a 30 dias, demonstrando o nosso compromisso com o atendimento ao prazo legal fixado pela Lei (20 dias, prorrogáveis por mais dez). A maioria das solicitações é relativa a dois temas em especial: contratos e convênios e recursos humanos.

Nossas subsidiárias também prestaram contas à sociedade por meio da Lei de Acesso à Informação. Na Liquigás, recebemos 37 solicitações de informação no ano passado. Na Transpetro, foram 2.129 solicitações de informação. Na Petrobras Distribuidora, foram registrados 2.653 pedidos de informação no mesmo período.

Com o objetivo de reforçar a transparência de nossas ações em face dos desvios de conduta, divulgamos

as medidas disciplinares aplicadas aos empregados de diferentes níveis hierárquicos. Foram 37 rescisões de contrato de trabalho, 134 suspensões e 423 advertências por escrito. Os casos se referem a desvios de conduta como negligência, descumprimento de normas da companhia, fraude, desrespeito e uso indevido de recursos da companhia, entre outros.

Conformidade com Leis e Regulamentos

Desenvolvemos nossas atividades em conformidade com as leis e os regulamentos vigentes nos países nos quais atuamos, além de cumprirmos nossas próprias regras, normas e procedimentos internos baseados nas melhores práticas de mercado. Diversos mecanismos de *compliance* existem para reforçar esse compromisso, conforme foi descrito nos capítulos anteriores.

Apesar disso, registramos, em 2016, o recebimento de três autos de infração de órgão federal e estadual por dano ambiental ocasionado por vazamento em duto e embarcação na região de Sergipe, somando o valor de, aproximadamente, R\$ 16 milhões. Todos os três autos se encontram em fase de defesa e pedido de anulação, com expectativa remota de perda.

A Secretaria Municipal de São Gonçalo apresentou uma infração por danos ambientais provenientes de enchentes naquele município, alegando serem decorrentes da construção da via de equipamentos especiais (Via UHOS) do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), no valor de aproximadamente R\$ 187,6 milhões. O processo encontra-se em fase de defesa e pedido de anulação, pois consideramos que não há nexo causal entre as inundações e a construção da via UHOS.

Na região de Santos, registramos dois autos de infração aplicados pelo órgão federal, um por impactos sociais em fase de licenciamento de empreendimento e outro por dano ambiental causado por embarcação. Em Santa Catarina, recebemos, do órgão ambiental do estado, uma infração por dano ao ambiente em terminal. As três infrações somam aproximadamente R\$ 11,5 milhões e se encontram em fase de defesa e pedido de anulação, com expectativa remota de perda.

Em relação a processos administrativos instaurados pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), constatamos que a totalização das sanções monetárias pagas em 2016 foi de aproximadamente R\$ 34 milhões, relativos a 11 processos.

A Liquigás registrou, este ano, dois processos administrativos no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), um referente a investigação sobre suposto cartel na revenda e na distribuição de GLP em Campina Grande, na Paraíba, e outro relativo à investigação sobre ajuste de preços e reserva de mercado na revenda e na distribuição de GLP no Distrito Federal, no entorno e em algumas regiões do Centro-Oeste. Os processos se encontram em fase inicial; porém, em caso de condenação futura, a multa poderá causar impacto financeiro variando de 0,1 a 20% do faturamento no ramo da atividade empresarial em que ocorreu a infração e o impacto à imagem corporativa.

Na Petrobras Distribuidora, o único processo movido por meio de arbitragem ocorrido, em 2016, envolveu a empresa W. Torre e diz respeito à inexigibilidade em licitação para celebração de contrato de locação atípico, na modalidade "built to suit", do Terminal de Rondonópolis/MT.

Operação Lava Jato

Em 2009, a Polícia Federal iniciou uma investigação denominada “Operação Lava Jato”, visando a apuração de práticas de lavagem de dinheiro em diversos estados brasileiros. Ao longo de 2014, o Ministério Público Federal focou parte de suas investigações em irregularidades envolvendo fornecedores e empreiteiras responsáveis pelo fornecimento de bens e serviços à Petrobras. Este trabalho revelou a existência de um esquema de pagamentos indevidos a partidos políticos, agentes políticos e outros, incluindo alguns de nossos ex-empregados.

Até dezembro de 2016, retornaram ao nosso caixa R\$ 661 milhões a título de ressarcimento de danos em função da Operação Lava Jato. Durante o último ano, auxiliamos as instituições competentes para a elucidação dos fatos e mantemos, regularmente nossos públicos de interesse informados sobre o assunto, por meio dos nossos canais de relacionamento. Prosseguimos com a investigação interna realizada por dois escritórios independentes que têm como interlocutor o Comitê Especial. Composto pelo Diretor Executivo de Governança e Conformidade e por outros dois representantes independentes com notório conhecimento técnico, esse comitê responde diretamente ao Conselho de Administração.

Além de medidas para o ressarcimento dos recursos desviados, contamos com bloqueios cautelares aplicados a empresas investigadas pela Operação Lava Jato, a

partir de 2014, que as impedem de participar de novas licitações e de celebrar novos contratos com a Petrobras. Caso a caso, esses bloqueios podem ser suspensos na medida em que o fornecedor seja inocentado no procedimento administrativo de responsabilização e passe pelo processo de *due diligence* de integridade.

Destacamos que, em todas as ações penais e de improbidade administrativa nas quais nossos ex-empregados são réus por atos relacionados à corrupção, fomos oficialmente reconhecidos como vítimas das irregularidades apuradas e, por essa razão, atuamos como assistentes de acusação ou como uma das partes que propõem a ação (litisconsorte ativo), conforme o caso.

Temos tomado as medidas necessárias para nos recuperar de danos sofridos em função desses atos, inclusive os relacionados à nossa imagem corporativa. Para isso, ingressamos em diversas ações civis públicas por atos de improbidade administrativa, incluindo pedidos de indenização por danos morais. Para cada ação de improbidade, foi distribuída ação cautelar para o bloqueio de bens dos réus de modo a garantir o nosso futuro ressarcimento, o que foi deferido pelos respectivos Juízos.

Atuamos, em abril de 2017, em 44 ações penais propostas em decorrência da Operação Lava Jato*, sendo 41 como Assistentes de Acusação** e três como interessados***.

Ao fim do ano de 2016, algumas dessas ações se encontravam em fase de instrução e outras, em fase de recurso de sentença de primeira instância, tendo como objeto imputações de crimes de organização criminosa, corrupção, lavagem de dinheiro, fraude em licitações, entre outros. Em 2016, foram iniciadas 16 ações penais em decorrência da Operação Lava Jato. No ano de 2017, até o mês de abril, tivemos quatro novas ações penais.

Apresentamos mais informações sobre a Operação Lava Jato na nota explicativa 3 das Demonstrações Contábeis 2016 e nos itens 4.1, 7.9 e 10.3 do Formulário de Referência 2016.

() Em relação ao quantitativo de ações e inquéritos penais envolvendo corrupção, esclareça-se que, no Relatório da Administração, foram considerados apenas os procedimentos em tramitação no Rio de Janeiro. No presente relatório, consideramos os procedimentos que correm nos foros de Brasília, Rio de Janeiro e de Curitiba.*

*(**) Em nove casos houve a nossa habilitação, porém ainda sem a deliberação pelo juiz.*

*(***) Em uma delas houve o trânsito em julgado da decisão e o feito encontra-se em fase de execução do julgado.*

Estratégia de Negócios e Sistema de Gestão



Estratégia de Negócios

Os nossos planos Estratégico (PE) e de Negócios e Gestão 2017-2021 (PNG 2017-2021), aprovados pelo Conselho de Administração (CA) em setembro de 2016, foram elaborados de forma integrada e contaram com o envolvimento direto da alta administração e de demais executivos da companhia em todas as etapas de elaboração.

Definimos um posicionamento estratégico que enfatiza projetos de óleo e gás a curto e a médio prazos, relativos ao período de 2017-2021. Esta decisão está pautada em uma gestão de portfólio que garanta a melhor relação risco versus retorno.

Na nossa visão, estabelecemos que **“somos uma empresa integrada de energia com foco em óleo e gás que evolui com a sociedade, gera alto valor e tem capacidade técnica única”**.

A partir dos cinco elementos de nossa visão, foram desdobradas 21 estratégias.

Nosso principal desafio é a nossa sustentabilidade financeira, com a necessidade de desalavancar a companhia, resgatar a rentabilidade, sem comprometer a segurança das pessoas e da operação. A palavra central é Evolução.

> Para saber mais sobre o PNG 2017-2021, consulte o nosso [site](#).

Desta forma, nossas principais metas constantes no Planejamento Estratégico, até 2018, são:

- > Redução na Taxa de Acidentados (TAR) para 1,4 (redução de 36% em relação a 2015);
- > Redução na alavancagem – Endividamento Líquido/Ebitda para 2,5 (em relação a 5,11 em 2015).

Plano Estratégico

Nossas 21 estratégias são baseadas em cinco atributos da nossa visão.



Projeto Evolução



Para tanto, contamos com os seguintes pilares de oportunidades de geração de valor: preços competitivos; eficiência de Capex; eficiência de Opex, e parcerias e desinvestimentos.

Envolvendo esses quatro pilares e o processo de aceleração do resgate da companhia, estão a segurança, o sistema de gestão e a transformação cultural.

Preços Competitivos

Dentre os pilares do PNG 2017-2021 para otimizar a nossa geração de valor e resgatar a nossa rentabilidade, destacamos a nossa nova política de preços de gasolina e diesel aprovada em outubro de 2016.

As principais mudanças são as frequentes avaliações para revisão de preços a serem realizadas pelo menos uma vez por mês acompanhando as tendências do mercado internacional. Fazem parte de nossa política de preços os seguintes princípios:

- o Preço de Paridade Internacional (PPI) como referência;
- margem para remuneração dos riscos inerentes às operações, tais como volatilidade da taxa de câmbio e das cotações internacionais, sobreestadias, entre outros;
- o nível de participação da Petrobras no mercado;
- preços nunca abaixo da paridade internacional.

Até 15 de maio de 2017, foram realizadas sete revisões nos preços do diesel e seis revisões nos preços da gasolina.

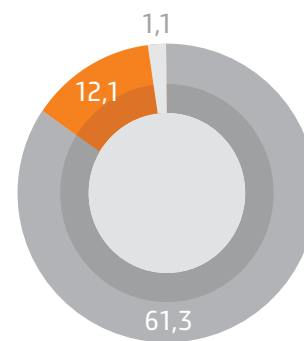
Eficiência de Capex

Originalmente aprovado com investimentos de US\$ 74,1 bilhões para o período 2017-2021, o programa de investimentos do PNG 2017-2021 foi atualizado para US\$ 74,5 bilhões em função da realocação de recursos programados e não realizados para o ano de 2016.

Na carteira de investimentos do PNG 2017-2021 priorizamos projetos de exploração e produção de petróleo no Brasil, com ênfase em águas profundas. Nas demais áreas de negócios, nossos investimentos destinam-se, basicamente, à manutenção das operações e a projetos relacionados ao escoamento da produção de petróleo e gás natural.

**Capex
PNG 2017-2021
Investimento Total
US\$74,5 Bilhões**

■ Exploração e Produção
■ Refino e Gás Natural
■ Demais



A maior eficiência na aplicação dos nossos recursos investidos possibilitará a redução do nosso volume de investimentos, sem grande impacto em nossas metas de produção.

Eficiência de Opex

Nossas ações voltadas para a eficiência em Opex buscam, essencialmente, concentrar a aplicação dos nossos recursos em atividades que realmente geram valor e contribuem para a entrega dos compromissos que assumimos no Plano de Negócios e Gestão (PNG 2017-2021).

Para tal, além dos resultados de uma série de esforços que já vêm sendo empreendidos nos últimos anos, implantamos o programa Orçamento Base Zero (OBZ) em setembro de 2016.

O programa cumpriu, entre setembro e dezembro de 2016, as fases de levantamento e análise de dados, quando foram mapeadas 416 oportunidades de redução de custos.

Deste total, 148 oportunidades foram priorizadas para o alcance das metas de gastos operacionais estabelecidas no PNG 2017-2021, gerando ações que permeiam todas as áreas da empresa e em várias frentes tais como: operações submarinas e em poços, eficiência da frota marítima e aérea, operações em dutos e terminais, produtividade de equipes nas instalações operacionais, custos de overhead, modelos de contratação, tecnologia da informação e comunicações, serviços compartilhados (aluguéis, manutenção predial, transporte), entre outras.

Vale registrar que, em 2016, já reduzimos os nossos gastos operacionais gerenciáveis (GOG) em 6%.

Gastos Operacionais Gerenciáveis (GOG)
R\$ bilhão



Parcerias e Desinvestimentos

As parcerias e os desinvestimentos são enfatizados no Planejamento Estratégico e no Plano de Negócios e Gestão 2017-2021 não apenas como formas de diminuir a alavancagem financeira, como também de compartilhar riscos em nossas atividades e otimizar nosso portfólio de projetos. Com parcerias, somos mais competitivos para lidar com os desafios da indústria.

No biênio 2015-2016, as transações envolvendo parcerias e desinvestimentos totalizaram US\$ 13,6 bilhões em contratos

Parcerias e Desinvestimentos 2015-2016

ATIVOS	US\$ bilhões
Bacia Austral	0,1
Gaspetro	0,5
Petrobras Energía SA (Argentina)	0,9
Petrobras Chile Distribución	0,5
Carcará (BM-S-8)	2,5
Nova Transportadora do Sudeste (NTS)	5,2
Liquigás	0,8
Nova Fronteira	0,1
Guarani	0,2
Petroquímica Suape e CITEPE	0,4
Aliança Estratégica com a empresa francesa Total	2,2
Nansei Seikyu (NSS)	0,2
Total	13,6

>Veja mais detalhes no [Relatório da Administração](#).

assinados. Desde 2015 até abril de 2017, já tivemos US\$ 7,7 bilhões em entrada de caixa referentes a este programa.

Das parcerias e desinvestimentos acima listados, tem destaque a aliança estratégica firmada com a empresa francesa Total, no valor de US\$ 2,2 bilhões, por meio da assinatura de um Acordo Geral de Colaboração (*Master Agreement*) em 21/12/2016, permitindo que ambas as empresas combinem suas experiências, reconhecidas mundialmente, em todos os segmentos da cadeia de petróleo e gás natural, no Brasil e no exterior, juntamente com o fortalecimento da cooperação tecnológica que abrange as áreas de operação, pesquisa e tecnologia.

Outro destaque foi a alienação de 90% da Nova Transportadora do Sudeste S.A. (NTS) no valor de US\$ 5,2 bilhões. Por meio dos contratos de transporte de gás natural já existentes da Petrobras com a NTS, a Petrobras continuará a utilizar as instalações de transporte da NTS sem qualquer impacto em suas operações e na entrega de gás para distribuidoras e demais clientes. A transação contribui para o fortalecimento da indústria de gás natural no Brasil, fomentando novos investimentos na ampliação da infraestrutura de transporte de gás.

Para o biênio 2017-2018, trabalhamos com a meta de gerar US\$ 21 bilhões por meio de transações de parcerias e desinvestimentos. Essas iniciativas, associadas a uma geração operacional de caixa estimada em US\$ 158 bilhões líquida de dividendos, possibilitarão a realização de investimentos e a redução do nosso endividamento, sem necessidade de novas captações líquidas no horizonte do Plano.

Sistema de Gestão

Para garantir a entrega das principais metas e o andamento das iniciativas previstas no Plano Estratégico, foi criado um comitê com executivos da companhia. Esse comitê elaborou o “Projeto Evolução”, que visa a promover um novo sistema de gestão, o qual está apoiado em sete grandes temas:



Fortalecimento da cultura de segurança



Reforço à prevenção contra a corrupção

> Veja mais nos capítulos [Governança](#) e [Conformidade](#)



Gestão de desempenho baseada em meritocracia



Melhoria do processo decisório



Implantação do Orçamento Base Zero



Fortalecimento dos Controles Internos

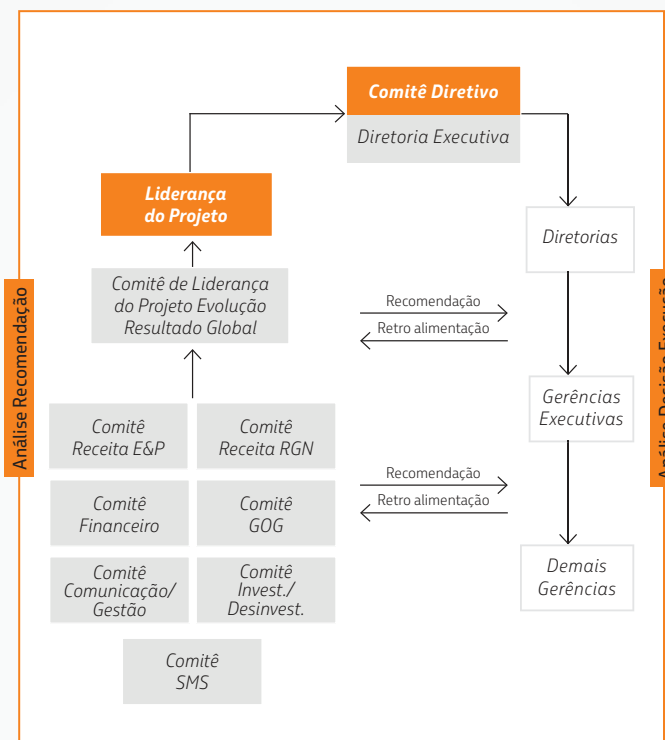
>Veja mais no capítulo [Governança](#)



Aprimoramento da gestão de riscos

O monitoramento e o controle do desempenho relativos a metas e iniciativas é realizado por intermédio de uma sistemática de análise crítica que funciona da seguinte forma:

- as iniciativas estratégicas e as principais metas da companhia foram divididas de forma a serem acompanhadas por subcomitês temáticos: Financeiro; Gastos Operacionais Gerenciáveis (GOG); Investimento/Desinvestimento; Receita do Segmento Exploração e Produção (E&P); Receita do Segmento Refino e Gás Natural (RGN); Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS); e Recursos Humanos (RH), Comunicação e Gestão.
- esses subcomitês, compostos por gerentes executivos, tem caráter transversal à estrutura organizacional e realizam, mensalmente, a análise crítica de indicadores e iniciativas relacionadas, recomendando estudos e ações às áreas responsáveis na empresa.
- o Comitê de Liderança do Projeto Evolução (CLPE), composto por dez gerentes executivos liderados pelo diretor de Estratégia e Sistema de Gestão, avalia os indicadores de topo e os desvios detectados nos subcomitês, recomendando estudos e ações para o reequilíbrio do plano. Além disso, apresenta o resultado dessa avaliação ao Comitê Diretivo, grupo composto pelos diretores e pelo presidente da empresa.
- em paralelo, cada área da companhia realiza reuniões de análise crítica (RAC), fornecendo insumos para as análises consolidadas realizadas pelos subcomitês e pelo CLPE. Além disso, as áreas dão tratamento às recomendações recebidas desses subcomitês e do Comitê de Liderança do Projeto Evolução, sendo responsáveis pelas ações de correção.



Fortalecimento da Cultura de Segurança e Programa Compromisso com a Vida

Na área de segurança, foi criado o Programa Compromisso com a Vida, elaborado com base na análise das causas dos acidentes ocorridos nos últimos anos. O programa objetiva reforçar a segurança de processos por meio de iniciativas como o compromisso da liderança, a capacitação da força de trabalho, a fiscalização de serviços contratados, a análise de risco de tarefas e instalações, a disciplina operacional, a conformidade com procedimentos e inspeção e manutenção.

> *Veja mais detalhes no capítulo Resultados - [Segurança e Saúde](#).*

Gestão do Desempenho Baseado em Meritocracia

O comitê que estruturou o Projeto Evolução atuou diretamente no desdobramento das metas do Plano de Negócios e Gestão, no detalhamento de iniciativas e riscos, na identificação de iniciativas críticas e na implantação das ferramentas de gestão e governança necessárias ao atingimento dos nossos objetivos estratégicos.

Tais iniciativas e metas são desdobradas para os empregados, sendo a gestão de desempenho aliada a um sistema de consequências e recompensas (meritocracia) em desenvolvimento.

Simplificação de Processos para Aumento da Produtividade

O Programa Simplifica Petrobras tem como objetivo aumentar a produtividade sem comprometer a segurança e a conformidade, revendo processos para simplificá-los. É formado por 16 projetos de diferentes áreas. O escopo de cada um foi definido após amplo diagnóstico com lideranças e empregados.

A governança do programa consiste de um Comitê Gestor, instância de orientação e decisão, composta pelo coordenador do programa e por representantes de outras áreas da companhia, e de uma Gerência Geral do Programa de Desburocratização, responsável pela gestão do programa.

Como forma de estimular uma cultura de simplificação, foi aberto um canal de interação com todos os empregados, que se manifestaram ativamente apresentando contribuições, entre sugestões e comentários, para o aperfeiçoamento dos nossos processos.

Gestão de Riscos

Acreditamos que a gestão integrada e proativa de riscos é fundamental para a entrega de resultados de maneira segura e sustentável. Nossa Política de Gestão de Riscos Empresariais tem como princípios fundamentais o respeito à vida em toda a sua diversidade, a atuação ética e em conformidade com requisitos legais e regulatórios, bem como o pleno alinhamento e a coerência com o nosso Plano Estratégico, com a gestão integrada de riscos e com a orientação de ações de resposta a risco voltadas para a agregação ou a preservação de valor para os acionistas. Nossa política de riscos serve como referência para o processo de gestão de riscos na empresa, por definir as autoridades, responsabilidades e os princípios que norteiam nossas ações neste tema. Além disto, a política explicita as categorias de riscos a que a empresa está exposta, consolidando-as em cinco principais agrupamentos, conforme abaixo:

Riscos Estratégicos e de Negócios

Com o objetivo de tratar riscos estratégicos e riscos de negócios, nosso sistema de gestão de riscos está plenamente alinhado ao nosso Plano Estratégico e coerente com o documento. Os riscos são considerados em todas as nossas decisões estratégicas e a gestão é sempre realizada de maneira integrada.

Uma vez identificados os riscos, as ações de resposta são avaliadas em face das possíveis consequências cumulativas de longo prazo e de longo alcance e de suas probabilidades de ocorrência, sendo priorizadas de acordo com a agregação ou a preservação de valor para os acionistas.

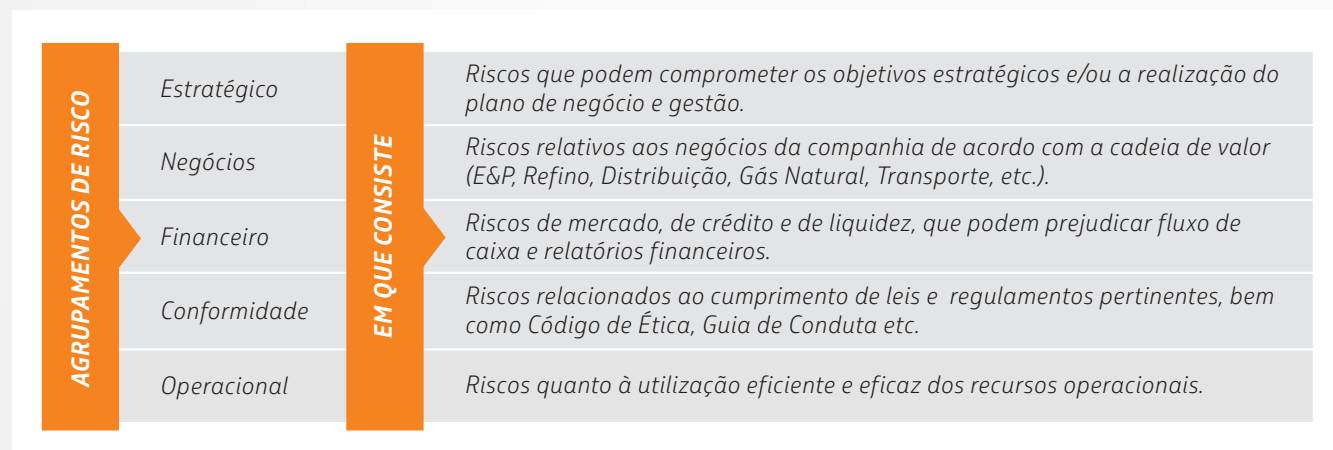
Riscos Financeiros

Para tratar os riscos financeiros, atuamos de maneira integrada, privilegiando os benefícios inerentes à diversificação.

Os riscos financeiros são gerenciados ativamente, considerando os diversos fluxos operacionais, as aplicações das disponibilidades financeiras, condições de endividamento e demais posições em ativos, passivos, desembolsos e recebimentos para reduzir a exposição aos riscos de preços de commodities, moedas e juros. A contratação de derivativos também pode ser aplicada no tratamento desses riscos.

Riscos de Conformidade

A gestão de riscos em conformidade insere-se no compromisso em atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos nos países onde exercemos nossas atividades. Os riscos em conformidade, em especial os de fraude, corrupção, lavagem de dinheiro e de confiabilidade dos relatórios financeiros, são tratados por meio de controles internos e da constante divulgação dos nossos Códigos de Ética e de Conduta, do Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção e de outros instrumentos de prevenção contra esse tipo de risco, assim como por meio de treinamentos periódicos, tanto presenciais, quanto a distância, ministrados, sistematicamente, a toda a força de trabalho, em todos os níveis, inclusive para diretores executivos, presidente e conselheiros.



Riscos Operacionais

Para reduzir os riscos operacionais, sobretudo, os de acidentes de trabalho, vazamentos, incêndios, explosões e outros, reforçamos, em nosso Plano Estratégico, o compromisso com a segurança, ressaltando o valor “respeito à vida”, em que o principal desafio da gestão de segurança é o de reduzir acidentes e quaisquer outros tipos de danos às pessoas.

RISCOS SOCIAIS (risco estratégico)

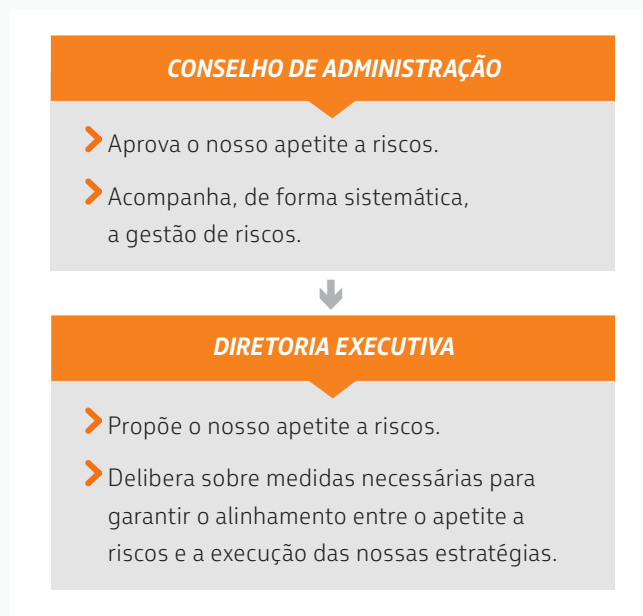
São eventos incertos decorrentes das nossas decisões e atividades diretas e indiretas e de fatores externos que, se ocorrerem, podem impactar os objetivos estratégicos da companhia, os direitos humanos, os meios de vida e a dinâmica socioeconômica de uma região.

Para nortear as ações do nosso corpo gerencial na gestão do risco social, elaboramos, em 2016, em linha com as melhores práticas do mercado, a nossa matriz e o nosso glossário de riscos sociais. Esses documentos, identificam e explicitam para o gestor, de forma estruturada, os principais riscos associados à suas atividades e sua severidade (impacto x probabilidade).

Em desdobramento aos padrões de gestão de riscos sociais aprovados, em 2015, implementamos a análise dos riscos sociais em diversos projetos e atividades da companhia.

Governança em Riscos

Com a revisão da estrutura organizacional em 2016, foram realizados diversos aprimoramentos na governança que contribuíram para o fortalecimento da gestão corporativa de riscos.



A centralização das equipes de gestão de risco em uma única unidade organizacional reforçou a necessária segregação de funções entre tomadores de riscos e os responsáveis pelo seu monitoramento. Atualmente, a estrutura de riscos está vinculada ao Diretor Executivo de Estratégia, Organização e Sistema de Gestão.

Adicionalmente, estruturamos um Comitê Executivo de Riscos com a finalidade de assessorar a Diretoria Executiva (DE)

na análise das matérias específicas de gestão de riscos ou, eventualmente, de deliberar sobre assuntos específicos, com delegação prévia da Diretoria Executiva. Cada unidade organizacional deve identificar, priorizar, monitorar e, em conjunto com a Gerência Executiva de Riscos Empresariais, comunicar, periodicamente, ao Comitê Executivo de Riscos, os principais riscos da companhia e as ações mitigatórias planejadas.

Por fim, o gestor responsável pela estrutura de riscos é um dos membros-titulares do recém-criado Comitê Técnico Estatutário de Investimento e Desinvestimento, responsável por assessorar a Diretoria Executiva na aprovação de projetos de investimento e desinvestimento.

Gestão de Riscos no Plano de Negócios e Gestão

Estamos adotando iniciativas específicas de gestão de riscos, incluindo a identificação e o planejamento de ações de mitigação, de forma a permitir respostas tempestivas e adequadas em qualquer cenário.

No processo de elaboração do Plano de Negócios e Gestão (PNG) 2017–2021, a alta administração e demais executivos identificaram os riscos que podem impactar a implementação. Dentre os principais riscos identificados, destacamos:

Mudanças relevantes nas condições do mercado

A maior parte de nossa receita provém, basicamente, das vendas de petróleo e derivados de petróleo no Brasil e, em menor escala, de gás natural. Historicamente, os preços internacionais de petróleo, derivados e gás natural flutuaram amplamente em consequência de fatores globais e

regionais. Declínios substanciais ou prolongados nos preços internacionais do petróleo podem ter um efeito adverso sobre nossos negócios, resultados operacionais e situação financeira e, também, afetar o valor de nossas reservas provadas.

Além disso, modificações do ambiente político e regulatório brasileiro, assim como uma eventual deterioração das condições macroeconômicas do país, em especial da atividade econômica, da inflação, do Produto Interno Bruto (PIB) e outros fatores, podem impactar a demanda por combustíveis e podem afetar, negativamente, nosso desempenho financeiro.

Adicionalmente, mudanças no perfil do consumidor, com redução do consumo de combustíveis fósseis e uma transição energética para matriz de baixo carbono mais acelerada na economia mundial, acarretando um aumento da eletrificação na mobilidade urbana, poderão ter impactos negativos sobre a demanda dos nossos produtos e serviços e poderão onerar, ou mesmo inviabilizar, a implementação, a continuidade e a operação de alguns de nossos empreendimentos e limitar oportunidades de crescimento.

Parcerias e desinvestimentos abaixo do previsto

A queda recente do preço do petróleo, a piora do cenário macroeconômico brasileiro e mundial, a crise política doméstica, questões regulatórias, dentre outros fatores imprevisíveis, podem reduzir ou dificultar as oportunidades de venda de ativos e o estabelecimento de novas parcerias, impactando a realização dos negócios nas condições e nos prazos originalmente previstos.

Disputas judiciais

Atualmente, somos parte em diversos processos judiciais de naturezas cível, administrativa, tributária, trabalhista, ambiental

e em reivindicações corporativas contra nossa companhia. Essas reivindicações envolvem quantias substanciais e outras reparações. Vários litígios individuais referem-se a parte significativa do valor total das reivindicações.

> *Veja mais informações no [Relatório da Administração 2016](#), Nota Explicativa 30 de nossas demonstrações contábeis consolidadas auditadas.*

Caso processos que envolvam valores materiais para os quais não tenhamos provisões constituídas sejam decididos contra a nossa companhia ou caso as perdas estimadas venham a ser significativamente maiores do que as provisões constituídas, o custo agregado das decisões desfavoráveis poderá ter um efeito material adverso nos resultados das nossas operações e na nossa situação financeira.

> *Veja mais detalhes, no [Relatório da Administração 2016](#), item 30 das Notas Explicativas.*

Renegociação da cessão onerosa

A transferência, para a Petrobras, dos direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural em áreas específicas do pré-sal até o limite de cinco bilhões de barris de óleo equivalente é regida pela Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, e pelo Contrato de Cessão Onerosa, que é um contrato entre a Petrobras e a União Federal, seu acionista controlador.

O Contrato de Cessão Onerosa inclui disposições que preveem uma revisão posterior dos seguintes itens: valor, volume máximo, prazo de vigência e percentuais de conteúdo local. Na época em que o Contrato de Cessão Onerosa foi negociado, seu valor inicial se baseou no preço assumido de aproximadamente US\$ 80/barril para o petróleo *Brent* e em outros fatores.

- A negociação do Contrato de Cessão Onerosa envolveu variáveis, tais como:
- a área coberta pela cessão onerosa, que consiste em blocos exploratórios;
 - o volume, em base de barris de óleo equivalente, que se pode extrair dessa área;
 - o preço a ser pago pelo Contrato de Cessão Onerosa;
 - os termos da revisão posterior do valor do Contrato de Cessão Onerosa;
 - o volume de óleo equivalente, o prazo de vigência do contrato e os percentuais de conteúdo local; e
 - os termos da realocação de volumes de óleo equivalente entre os blocos atribuídos à Petrobras.

Se a revisão determinar que os direitos adquiridos alcancem um valor maior do que o inicialmente pago, deveremos pagar a diferença à União Federal ou reduzir proporcionalmente o volume total de barris extraídos nos termos do Contrato de Cessão Onerosa. Por outro lado, se for constatado que o valor revisado é inferior ao valor inicial do contrato, a União deverá ressarcir a diferença à Petrobras.

As negociações com a União Federal sobre o processo de revisão do Contrato de Cessão Onerosa foram iniciadas em dezembro de 2013 e continuam em curso. Não há previsão de quando esse acordo poderá ser executado, nem podemos assegurar que os termos desse novo contrato serão favoráveis à companhia, o que poderia impactar negativamente nossos resultados operacionais e financeiros.

Aumento de custos e atrasos nos projetos de investimentos

O desenvolvimento de reservatórios em águas profundas e ultraprofundas, incluindo os do pré-sal, outorgados pelo governo federal brasileiro, exigiu e continuará a demandar investimentos significativos de capital. Os principais desafios operacionais, especialmente para os reservatórios do pré-sal, são: garantir os recursos críticos necessários para atender às metas de produção; alocar recursos para construir equipamentos e instalá-los em distâncias consideráveis da costa; e garantir a prestação de serviços *offshore* e uma força de trabalho qualificada para desenvolvermos os reservatórios de tamanho e magnitude em tempo hábil.

Em virtude da situação que o mercado de óleo e gás atravessa, alguns fornecedores e prestadores de serviços têm enfrentado problemas de liquidez e, até mesmo, falência. Nesse contexto, persistem o risco de ocorrência de rupturas ou atrasos no fornecimento de materiais e serviços, bem como riscos associados a dificuldades nos processos de substituição de fornecedores para dar continuidade aos projetos.

Adicionalmente, alguns fornecedores participaram de conduta ilegal investigada pela Operação Lava Jato e poderão não ter permissão para participar de futuros projetos da companhia.

Cabe destacar que estamos sujeitos também a exigências de conteúdo local decorrentes dos Contratos de Concessão, do Contrato de Cessão Onerosa e do Contrato de Partilha de Produção do Campo de Libra.

Essas questões trazem riscos adicionais aos processos de contratação (competitividade, preços, paralisação dos processos, indeferimento dos pedidos de *waiver*, entre outros), com possíveis efeitos no prazo de entrega, multas e elevações de custos na execução desses projetos.

> *Veja informações mais detalhadas sobre os riscos da nossa companhia, na sessão Fatores de Riscos no [Formulário de Referência](#) e no [Form 20F](#).*



Resultados



Segurança e Saúde

Segurança

Reforçamos nosso compromisso com a segurança, ressaltando o valor “respeito à vida” no nosso Plano Estratégico (PE), em que o principal desafio da gestão de segurança é o de reduzir acidentes e quaisquer outros tipos de danos às pessoas.

Com o objetivo de aprimorar a segurança de nossas operações e prevenir lesões e doenças, atuamos por meio da disseminação de fundamentos, conceitos e práticas de segurança de processo e segurança ocupacional e da implementação de programas e ações nessas disciplinas.

As iniciativas de segurança, meio ambiente e saúde (SMS) do nosso Plano Estratégico são desdobradas no nosso Plano de

Negócios e Gestão 2017-2021, em que se destaca o programa Compromisso com a Vida, em andamento desde 3 de outubro de 2016. O programa, mediante ações preventivas e de tratamento de desvios e incidentes, tem como objetivo fortalecer as diretrizes de segurança em todas as etapas dos nossos processos, visando à eliminação de desvios críticos e prevenindo, dessa forma, a ocorrência de acidentes fatais.

O programa reúne um conjunto de ações impactantes que visam à rápida e consistente redução de acidentes e à uniformização das melhores práticas na companhia, considerando as especificidades das áreas de negócios. Tendo como premissas a continuidade e a evolução dos planos e das ações vigentes, a disciplina operacional e a

participação ativa da liderança, o Compromisso com a Vida reforça, para toda a força de trabalho, o treinamento e a internalização das chamadas Regras de Ouro, lançadas em 2015, as quais são um conjunto de dez regras práticas destinadas a chamar a atenção da força de trabalho para a importância da adoção de atitudes que previnam danos às pessoas e fortaleçam a cultura de segurança.

Os esforços para o alcance do objetivo do programa são alicerçados em quatro pilares:

- reforço à segurança de processo, a qual incorpora princípios e diretrizes que beneficiam também as dimensões Segurança Ocupacional, Meio Ambiente e Saúde;
- “obrigação de fazer”, a qual prevê o cumprimento da legislação, de normas e de padrões de SMS por todos os empregados;
- tratamento de conduta em SMS, o qual reconhece o empregado que se destaca em SMS e responsabiliza o empregado que não apresenta a conduta adequada; e
- ações integradas em toda a companhia.



Permissão para Trabalho - Somente trabalhe com Permissão para Trabalho válida, liberada no campo e de seu total entendimento.



Isolamento de Energias - Somente execute trabalhos em equipamentos ou instalações após certificar-se de que todas as fontes de energia tenham sido isoladas de forma segura.



Trabalho em Altura - Somente execute trabalhos em altura com a utilização de cinto de segurança fixado em local seguro e previamente determinado.



Espaço Confinado - Só entre em espaço confinado se autorizado, equipado e com treinamento específico.



Atmosferas Explosivas - Nunca entre em local com atmosfera explosiva. Obedeça sempre aos alarmes e à sinalização.



Posicionamento Seguro - Não acesse área isolada. Nunca se posicione sob uma carga suspensa ou entre veículos, parados ou em movimento. Mantenha-se sempre em locais seguros e protegidos.



Equipamentos de Proteção Individual - Use sempre os EPIs conforme recomendado.



Atenção às Mudanças - Fique atento aos riscos das mudanças. Somente realize qualquer mudança que envolva pessoas, instalações, materiais ou procedimentos após análise e autorização.



Segurança no Trânsito - Respeite as leis de trânsito e pratique direção defensiva. Use o cinto de segurança, respeite os limites de velocidade, não use celular e se beber não dirija.



Álcool e outras drogas - Nunca trabalhe sob efeito de álcool ou outras drogas.

A FALTA DE SEGURANÇA NÃO PODE TIRAR NOSSOS BONS MOMENTOS.

Participe também desse movimento pela vida.

Canal de Denúncia Petrobras
www.contatoseguro.com/petrobras
0800 601 6925

PROJETO EVOLUÇÃO

COMPROMISSO COM A VIDA

Programa Compromisso com a Vida

COMPROMETIMENTO DA LIDERANÇA



REFORÇO DA SEGURANÇA DE PROCESSO BASEADA EM RISCO



OBRIGAÇÃO DE FAZER

- Treinamentos focados em conhecimento dos riscos e dos processos
- Programa de treinamento e Regras de Ouro
- Processo de avaliação da gestão
- Melhoria de desempenho da gestão de SMS das empresas contratadas
- Tratamento de Conduta em SMS



AÇÕES INTEGRADAS



TRATAMENTO DE CONDUTA EM SMS

O programa visa à redução do número de acidentes em nossas operações, uma das métricas de topo de nosso Planejamento Estratégico, a qual consiste na redução de 36% da Taxa de Acidentados Registráveis (TAR).

O número de 2,2 acidentados por milhão de homens-hora em operações em 2015 deverá atingir 1,4, no máximo, em 2018, chegando a um em 2021. Os resultados já são visíveis. Reduzimos, no primeiro trimestre de 2017, em 26% a TAR em relação ao primeiro trimestre de 2016, atingindo 1,24.

Destacamos a seguir as ações implementadas no Compromisso com a Vida:

Diálogos Diários de SMS

Orientamos as unidades do Sistema Petrobras a realizarem os Diálogos Diários de Segurança (DDS), que são reuniões conduzidas pela liderança imediata dos empregados, com breve duração, antes do início das jornadas de trabalho, com foco nas atividades do dia a dia das nossas operações e na

prevenção contra acidentes. A temática dos diálogos deverá estar associada às atividades a serem realizadas durante aquele dia. Além disso, os DDS deverão ser realizados nos locais de execução dos trabalhos de campo ou fisicamente muito perto desses locais, como uma etapa diária anterior ao início de qualquer atividade. Durante os diálogos, deverão ser identificados e apontados os riscos atrelados às atividades a serem desenvolvidas em cada local, como canaletas abertas, buracos no piso, condições de uso de ferramentas, equipamentos de segurança a serem utilizados etc. Após essa etapa, deverão ser previstas ações preventivas para evitar acidentes, como tamponamento de canaletas e buracos, instalação de barreiras físicas, instalação de acessos seguros e instalação de proteções contra partes quentes de instalações, entre outras. Cada Diálogo Diário de Segurança deverá sempre ser conduzido por um líder, evidenciando o compromisso da liderança com a segurança na Petrobras. Outra mudança é a realização de auditorias para avaliar a aderência dessa prática.

Alertas Preventivos de SMS

Para reforçar a prevenção contra acidentes, aprimoramos os Alertas Preventivos de SMS padronizados em um documento abordando, em linguagem simples e direta, temas relacionados a situações com maior probabilidade de acarretarem acidentes e fatalidades. Os alertas são utilizados por lideranças e equipes em nossos DDS para reflexão e aprendizado em relação a riscos e situações que geraram acidentes, de modo a evitarmos que se repitam. Com fotos e casos resumidos de acidentes reais, os alertas explicam o que aconteceu, por que razão, o que pode ser feito para evitar que os mesmos erros se repitam e quais as Regras de Ouro de Segurança aplicáveis ao caso, dentre as dez estabelecidas para o Sistema Petrobras.

Treinamento nas Regras de Ouro

Até o fim de 2017, toda nossa força de trabalho própria e a constituída por prestadores de serviço deverão concluir o treinamento nas Regras de Ouro, seja na modalidade de ensino a distância ou presencial. Com foco em aspectos práticos e casos reais, o curso vem mostrando que, muitas vezes, a aplicação das dez regras vai além das nossas atividades no Sistema Petrobras. Até maio de 2017, 41 mil empregados já haviam realizado o curso.

O treinamento de ensino a distância foi preparado internamente, considerando os aspectos da companhia, as atividades desenvolvidas e os riscos associados. É obrigatório e ao fim do curso os empregados são avaliados e devem apresentar um rendimento mínimo de 90 pontos.

Reforço a Segurança, Meio Ambiente e Saúde nos Processos de Fiscalização e Gerenciamento de Contratos

Reforçamos os aspectos de SMS junto aos fornecedores por meio da capacitação dos gerentes e fiscais de contrato no cumprimento das cláusulas contratuais, adotando sanções cabíveis, se necessário e no reconhecimento das boas práticas dos contratados. Com isso, visamos aumentar o compromisso das empresas que nos prestam serviços com nossos valores de SMS. Realizamos encontros com mais de 200 representantes e lideranças das empresas prestadoras de serviço sobre o programa Compromisso com a Vida e as Regras de Ouro. Essas iniciativas reforçam a necessidade de participação da área de SMS em todas as etapas dos processos de contratação, com ênfase na Segurança de Processo e nas Regras de Ouro.

Campanha Interna de Conscientização Contra Acidentes

Em abril e maio de 2017, implementamos uma campanha interna com a nossa força de trabalho sobre a importância

em adotar comportamentos seguros. Fotos dos nossos empregados com suas famílias foram reunidas em murais nas unidades de lotação dos trabalhadores. Junto às imagens, os dizeres “Nos últimos dois anos, 19 colegas perderam a vida em acidentes de trabalho e não terão mais momentos como esse. Por isso, adotamos medidas para melhorar nossa segurança. Sempre escolha o comportamento seguro. Com todos fazendo a sua parte, estaremos mais protegidos”. A campanha destacou a importância de seguir as regras para evitar acidentes, preservar a própria vida e, conseqüentemente, a própria família, que aguarda o retorno do familiar para casa com saúde e em segurança.

Tratamento de Conduta em Segurança, Meio Ambiente e Saúde

Reforçamos a valorização de importantes aspectos de SMS no novo Tratamento de Conduta em SMS, um eixo fundamental do programa Compromisso com a Vida. A iniciativa, com foco nas condutas esperadas e não esperadas, prevê o reconhecimento positivo a condutas desejáveis em situações de risco e tratamentos diferenciados no caso de condutas não esperadas, em se tratando de descumprimento das Regras de Ouro.

Investigação de Acidentes

Alteramos o processo de instauração da Comissão de Investigação de Acidentes Fatais que apura as causas das ocorrências. As comissões passaram a ser nomeadas pelo diretor da área de negócio em que o acidente ocorreu e conduzidas por um gerente executivo de outra área de negócio, sempre com a participação do gerente executivo da área de SMS. Assim, tem sido possível ampliar e disseminar aprendizados na companhia. Após cada acidente com fatalidade ocorrido com empregado

próprio ou trabalhador de empresa contratada, é realizada uma videoconferência envolvendo a alta administração e todo o corpo gerencial do Sistema Petrobras, visando à mobilização de nossos gestores em torno da análise e da apuração iniciadas logo após o acidente.

Processo de Avaliação de Gestão

Revisamos o nosso Processo de Avaliação e Gestão em SMS, favorecendo o alcance da nossa principal meta: a redução dos riscos de acidentes e incidentes. Além disso, as mudanças no processo com foco em segurança de processo e integridade física das instalações têm como objetivo aumentar a eficiência da nossa gestão, promover aprendizado e alcançar a melhoria contínua do desempenho nas nossas atividades.

Auditorias Comportamentais

Com foco nos comportamentos seguros, no compromisso das lideranças e na importância do diálogo, as auditorias comportamentais representam uma ferramenta valiosa para a segurança nas nossas atividades, estabelecendo que nossas lideranças, desde os fiscais de contrato nas áreas operacionais até os diretores e o presidente, devem realizar essas auditorias periodicamente.

Um ponto-chave sobre as auditorias comportamentais é que cada líder, do presidente ao supervisor, deve dialogar e influenciar o comportamento e atitude de nossa força de trabalho, com periodicidade mínima estabelecida para cada nível da liderança. O procedimento tem como fundamentos o compromisso e a responsabilidade das lideranças, o gerenciamento de desvios e a busca de melhoria contínua.

Redução de Acidentes

Em 2016, a Taxa de Acidentados Registráveis (TAR) foi reduzida em 24% em relação ao ano anterior, atingindo 1,63. Já a Taxa de Ocorrências Registráveis (TOR), que abrange todas as classificações de acidentes (incluindo os casos de primeiros socorros), apresentou uma redução de 25% em comparação com 2015, como resultado da implementação de iniciativas para prevenir lesões e doenças.

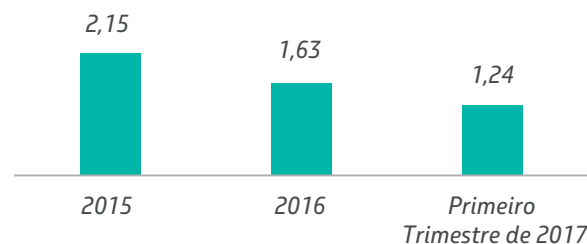
Tais iniciativas possibilitaram a redução em 22% da Taxa de Frequência de Acidentados com Afastamento (TFCA) em relação ao ano anterior.

Apesar da nossa busca pela melhoria contínua na gestão de SMS, registramos e lamentamos a ocorrência de três fatalidades no ano de 2016 envolvendo nossa força de trabalho:

- acidente com empregado: queda em tanque de armazenamento em refinaria, no Rio de Janeiro;
- acidente com empregado de empresa prestadora de serviço: queda de altura em plataforma de petróleo, no Rio de Janeiro;
- acidente com empregado de empresa prestadora de serviço: queda de altura em fábrica de fertilizantes, no Paraná.

Em todos os casos, nossa primeira ação foi de apoio às famílias dos acidentados. As ocorrências são imediatamente divulgadas, com emissão de alerta preliminar visando iniciar a análise de abrangência relativa ao acidente e

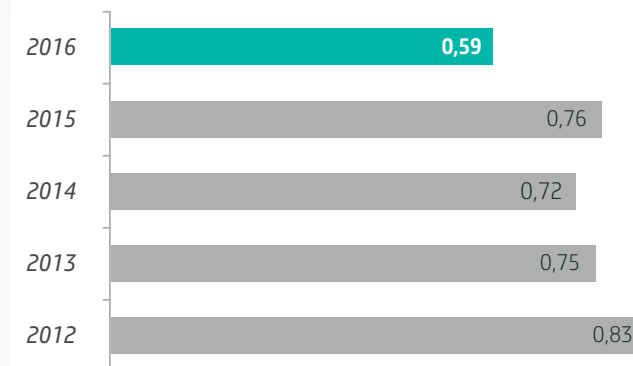
Taxa de Acidentados Registráveis



a implementação de ações emergenciais de bloqueio de ocorrências similares. Da mesma forma, iniciamos o processo de investigação e análise para identificar as causas do acidente, consolidamos as ações que podem evitar recorrência em toda a companhia. As lições aprendidas com os acidentes são discutidas em fóruns envolvendo os gestores e divulgadas para a nossa força de trabalho.

Na área de Segurança de Processo, acompanhamos o indicador Número de Acidentes de Segurança de Processo *Tier 1* (NASP1), o qual registra ocorrências de maior gravidade (*Tier 1*). O indicador NASP1 foi definido em conformidade com as melhores práticas da indústria, viabilizando a comparação do nosso desempenho com o de nossos pares. Os acidentes de segurança de processo se caracterizam pela perda de contenção primária de fluidos perigosos ou de energia em instalações de processo (por

Taxa de Frequência de Acidentes com Afastamento (TFCA)



exemplo, derramamento de volume de um derivado de petróleo em uma unidade operacional motivado pela ruptura de uma tubulação). Embora raros, acidentes de segurança de processo de grande porte podem causar extensos impactos ambientais e danos às instalações industriais e à saúde de um grande número de pessoas.

Registramos, em 2016, 24 ocorrências de acidentes de processo (NASP1), 27 a menos do que em 2015. Investigamos todos os acidentes registrados para identificar suas causas básicas. Recomendamos ações preventivas e corretivas, cuja implementação é monitorada. Nos casos de acidentes graves, divulgamos alertas para toda a companhia, de modo a possibilitar que as unidades avaliem a probabilidade de ocorrência de evento semelhante em suas próprias operações e decidam quanto à conveniência de adoção das medidas recomendadas.

Saúde

A nossa gestão de saúde integra saúde e higiene ocupacional, por meio dos Programas de Prevenção de Riscos Ocupacionais, de Controle Médico de Saúde Ocupacional e de Promoção da Saúde.

As ações dos programas de saúde estão presentes tanto em nível corporativo, quanto nas unidades organizacionais. A definição destas ações é apoiada pelo monitoramento de indicadores de saúde e pela análise do perfil epidemiológico dos nossos empregados.

Os exames ocupacionais anuais compreendem avaliação médica, odontológica e nutricional, com abordagem da história clínica e ocupacional personalizada e com foco no cuidado da saúde integral.

Os resultados obtidos a partir dos dados coletados anualmente durante os exames ocupacionais, associados às características e riscos das atividades dos empregados, norteiam o planejamento das ações voltadas para a prevenção e promoção de saúde e resultam em elaboração de um perfil de saúde dos nossos empregados.

A análise desse perfil epidemiológico considera informações de saúde do monitoramento dos principais agravos, doenças crônicas, doenças de notificação compulsória, acidentes, características individuais, tais como: pressão arterial, colesterol, glicose e triglicerídeos, índice de massa corporal, além dos hábitos de vida referentes à prática de atividade física, uso de álcool e tabaco, hábitos alimentares e regularidade do sono. Os resultados encontrados contribuem

para a implantação e/ou manutenção de ações para promoção da atividade física, alimentação saudável, prevenção dos problemas relacionados ao uso de álcool, tabaco e outras drogas, gestão de ergonomia e saúde do viajante.

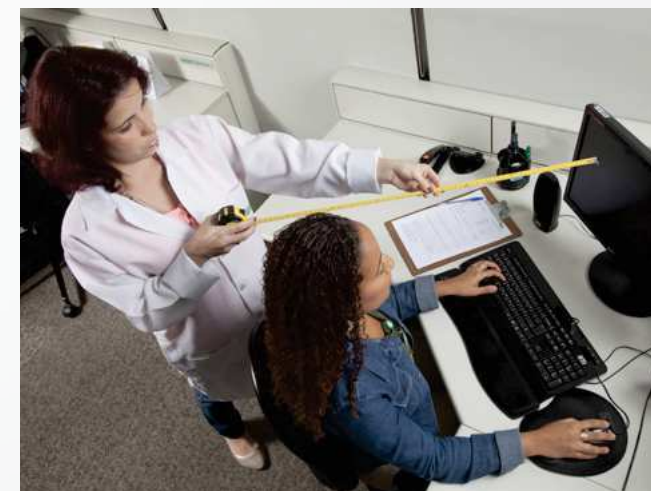
Em nossos programas de promoção de saúde, desenvolvemos estratégias que estimulam o estilo de vida ativo, visando à prevenção e o controle dos fatores de risco e doenças, estímulo a ambientes e hábitos saudáveis, promoção da atividade física e alimentação equilibrada, por meio de ações educativas, abordagem ambiental e abordagem individual.

As ações vinculadas à prevenção, abordagem e tratamento dos problemas relacionados ao uso de álcool, tabaco e outras drogas são prioritariamente dirigidas à prevenção. As ações de prevenção e educação são desenvolvidas no sentido de informar e orientar a força de trabalho, estimular a mudança de comportamento em relação ao consumo de álcool, tabaco e outras drogas, incluindo a restrição do consumo de bebidas alcoólicas em nossas dependências. Desenvolvemos, também, outras ações direcionadas ao empregado, incluindo disponibilização e acompanhamento do tratamento e atenção às famílias.

Realizamos, também, ações de acompanhamento multidisciplinar de saúde destinadas aos empregados com deficiência e aos empregados afastados do trabalho por acidente ou doença. Essas ações visam à melhor relação entre trabalho e trabalhador, propiciando que o ambiente de trabalho seja sempre um contribuinte para a manutenção da produtividade e da saúde integral dos trabalhadores. Outras ações de abrangência que devem ser destacadas e que atingem toda a nossa força de trabalho são as campanhas educativas,

as ações de comunicação de temas de saúde, as orientações corporativas em relação à oferta de alimentação nas nossas instalações e a campanha anual de vacinação contra gripe.

Nossas ações de saúde são influenciadas também pelo acompanhamento, quantitativo e qualitativo, do indicador Percentual de Tempo Perdido (PTP), pela demonstração da evolução do absenteísmo por acidentes e doenças, assim como suas principais causas, relacionadas ou não ao trabalho. Em 2016, o PTP se manteve em 2,47%, superior ao Limite de Alerta de 2,40% estabelecido para o ano. Para 2017 estamos mantendo o Limite de Alerta em 2,40%. A ocorrência de doenças ocupacionais é monitorada pelo indicador Taxa de Incidência de Doenças Ocupacionais (TIDO). Cabe ressaltar que apenas cerca de 3% dos afastamentos por causas de saúde tem alguma relação com o trabalho e que, em 2016, não houve registro de nenhum caso novo de doença ocupacional.



Gestão de Pessoas

Tivemos um ano de desafios na adequação do efetivo e da estrutura organizacional a nossa nova estratégia e ao nosso novo perfil. O Plano Estratégico prevê um modelo de gestão de pessoas inovador e mais flexível, baseado na valorização dos empregados e que contribua para a nossa sustentabilidade. Implementamos as seguintes iniciativas:

➤ adequação de efetivo em todas as regiões, realização de programas específicos, como o Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV), o Programa de Movimentação Interna de Empregados (Mobiliza), além de ações como a facilitação de licenças não remuneradas;

➤ desenvolvimento dos nossos empregados priorizando treinamentos no país, ensino a distância e capacitação em conformidade e eficácia nas operações;

➤ fortalecimento da gestão por desempenho, implantando o sistema de meritocracia, tanto no desenvolvimento de carreira, quanto nos processos de sucessão gerencial.

Encerramos o ano com 68.829 empregados, uma redução de 12,3% em relação ao ano de 2015. Registramos maior oscilação do nosso efetivo nos anos de 2014 e 2016 devido aos PIDVs dos dois anos.

Os desligamentos por meio dos PIDVs alteraram a distribuição das faixas por tempo de companhia, bem como a pirâmide etária, criando um perfil profissional mais balanceado. Este novo perfil é importante para o nosso crescimento em termos de recursos pessoais e de gestão de conhecimento.

Garantindo a não discriminação e um processo igualitário, o ingresso dos nossos empregados no Brasil é feito por concurso público, conforme previsão Constitucional, para cargos de 56 diferentes profissões, sendo 20 de nível médio e 36 de nível superior, com salários-base iguais estabelecidos para homens e mulheres. De acordo com a legislação brasileira, 20% das vagas são reservadas a candidatos autodeclarados pretos ou pardos e 5%, para portadores de deficiência. Nos outros países, a seleção é feita por meio de entrevistas e análise curricular, priorizando a mão de obra local.

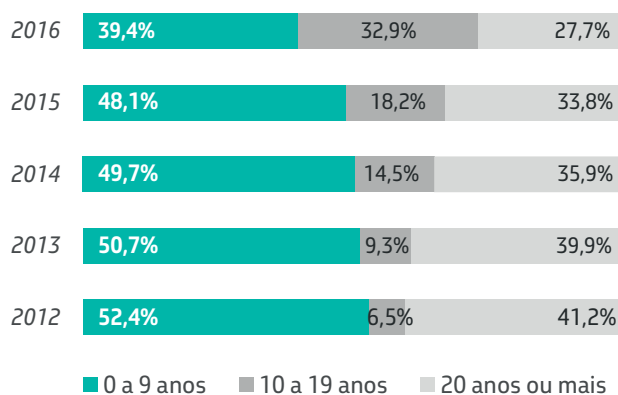
No Brasil, em 2016, ingressaram na nossa companhia 876 pessoas, 710 do sexo masculino e 166, do sexo feminino, a maior parte em faixa etária de menos de 30 anos. O maior número de ingressos ocorreu nas regiões Nordeste e Sudeste e o menor, na região Centro-Oeste. A taxa de nossos ingressos foi de 1,6% em 2016.

Do total de 51.255 empregados próprios da Petrobras *holding*, 42.959 (84%) são do sexo masculino e 8.296 (16%), do sexo feminino. Quanto ao tipo de contrato de trabalho, 51.221 dos nossos empregados são celetistas e 34 estão ligados à alta administração, sendo oito dirigentes (presidente e diretores executivos) e 26 profissionais com contrato especial (secretários e assistentes do presidente e de diretores executivos). A maioria dos empregados se encontra alocada na região Sudeste (36.883 empregados).

Evolução do Efetivo (Sistema Petrobras)



Tempo de Companhia (Petrobras *holding*)



Perfil do Nosso Efetivo por Gênero e Nível dos Cargos (Petrobras holding)

	Nível Médio			Nível Superior		
	Fem	Masc	Total	Fem	Masc	Total
2014	4.519	31.669	36.188	4.737	17.693	22.430
	8%	54%	62%	8%	30%	38%
2015	4.433	30.566	34.999	4.697	17.178	21.875
	8%	54%	62%	8%	30%	38%
2016	3.809	26.792	30.601	4.487	16.167	20.654
	7%	52%	59%	9%	32%	41%

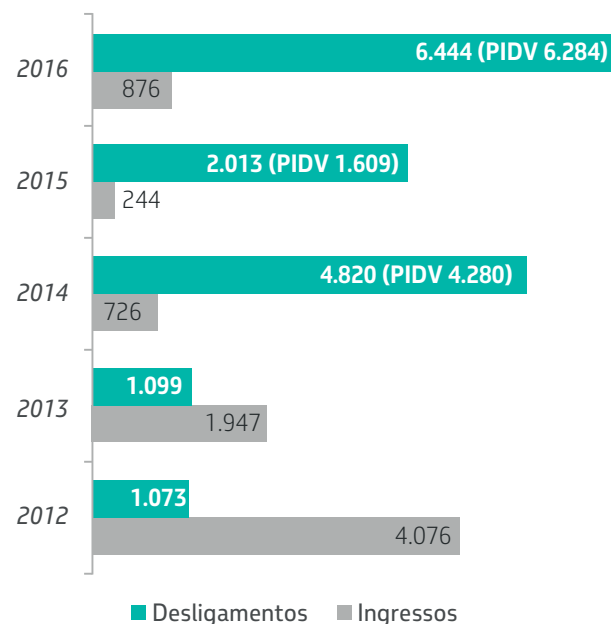
Em 2016, contamos com 99.423 empregados de empresas prestadoras de serviços, número 25% menor do que o do ano anterior. As regiões Nordeste e Sudeste concentram o maior número de empregados de empresas prestadoras de serviço, 22.475 e 70.130, respectivamente.

Adequação do Efetivo

Nossa baixa taxa de rotatividade foi alterada a partir de 2014 devido aos Programas de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV). O novo programa lançado em 2016, assim como o de 2014, teve como base princípios de gestão do conhecimento, sucessão gerencial e continuidade operacional, buscando um desligamento planejado e sistêmico dos empregados inscritos.

O PIDV 2016 foi aberto a todos os empregados e registrou 11.866 inscritos. O número total de empregados já

Rotatividade (Petrobras holding)



desligados pelos PIDVs (2014 a 2016) é de 12.173 (sendo 85% homens e 15% mulheres). A previsão é de que mais 6.383 empregados sejam desligados ao longo de 2017.

Nossa despesa com salários foi de R\$ 18,7 bilhões, inferior a 2015, em que o total foi de R\$ 19,1 bilhões. Entretanto, se considerarmos as despesas com a folha de pagamento bruta, o valor cresceu de R\$ 29,7 bilhões em 2015 para R\$ 34,5 bilhões em 2016, devido, principalmente, às despesas com o PIDV.

Possuímos um Programa de Movimentação Interna (Mobiliza) exclusivo para empregados sem função gerencial, que

Apesar de o total estimado de indenizações a serem pagas em 2017 por conta do PIDV ser de R\$ 4 bilhões, o retorno previsto do programa até o ano de 2021 será de R\$ 18,9 bilhões. A Petrobras Distribuidora também lançou um PIDV próprio em 2016, no qual se registrou um total de 1.105 inscritos.

visa a adequar o nosso efetivo, buscando compatibilizar as necessidades da companhia e os interesses dos empregados, dentro de um regramento específico. Em 2016, tivemos 155 migrações entre áreas. Tendo em vista as novas necessidades e os desafios dos Planos Estratégico e de Negócios e Gestão, o Mobiliza se tornou um programa contínuo (Processo de Mobilidade Corporativa Contínua) desde dezembro de 2016.

Transformação Cultural

A transformação cultural é uma das iniciativas estratégicas que integram o escopo de atuação do Projeto Evolução, voltado para a implementação do Plano Estratégico e do Plano de Negócios e Gestão 2017-2021, por meio de ações de curto, médio e longo prazos. Esta iniciativa visa a sincronizar os esforços para a transformação cultural, em alinhamento com as prioridades estratégicas. Vinculada às atividades da área de Recursos Humanos prioritariamente, prevê uma série de ações para promover as mudanças necessárias na cultura organizacional e nos nossos instrumentos de gestão, orientando-os para segurança, resultados, eficiência, meritocracia, simplicidade e conformidade.

A iniciativa está dividida em três fases:

1. Cultura para a Virada

Com o objetivo de criar para os diretores executivos uma “Cultura para a Virada” baseada em clareza, compromissos e foco nos resultados mandatários de curto prazo. Além de manter a consciência ativa para a adoção desses novos comportamentos e realizar o desdobramento para os gerentes executivos.

2. Cultura para a Prosperidade

Voltada para a implantação dessa gestão da cultura na nossa companhia, irá alinhar e engajar os executivos sobre o que é cultura e como ela impacta os resultados, definir a estratégia cultural de longo prazo e desenvolver o plano de cultura.

3. Cultura para a Perenidade

Focada em preparar a sustentação e promover ajustes na cultura implantada, além de conscientizar a liderança sobre os impactos de seus comportamentos e realizar transferência de tecnologia desdobrando para todo o corpo gerencial.

Desenvolvimento de Recursos Humanos

Em 2016, investimos R\$ 76,2 milhões na capacitação dos nossos empregados, o que representa uma redução de 56% em comparação com 2015. Essa redução aconteceu respeitando a estratégia de redução de custos, focada na intensificação dos treinamentos realizados nas nossas próprias unidades, em instituições no país, e no maior uso de plataformas de educação a distância, refletindo a redução do número de empregados, em especial por conta do PIDV.

De acordo com o nosso Planejamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos (PDRH), tivemos quase 249 mil participações em cursos de formação de novos empregados e de educação continuada no Brasil e no exterior em 2016. Em termos gerais, registramos 53,1 horas de treinamento por empregado, sendo 12,4 horas referentes à formação de novos empregados e 40,7 horas à educação continuada.

Contabilizamos 1.098 participações em ações de capacitação em *compliance* e cerca de 60 mil participações referentes ao treinamento a distância sobre Prevenção à Corrupção disponibilizado aos empregados da *holding* e das demais empresas do Sistema Petrobras.

> [Veja mais detalhes no Capítulo de Governança.](#)

Horas de Treinamento por Empregado (HTE)

Por categoria funcional

Alta Administração	4,3
Assistente	10,8
Função Especialista	31,8
Função Gerencial	38,0
Função Supervisão	40,8
Sem Função	51,7

a) HTE – Horas de Treinamento por Empregado: mede a quantidade média de horas de treinamento por empregado em um determinado período.

b) Registramos 57,7 horas de treinamento (hora homem treinado médio) para mulheres e 52,2 horas de treinamento para homens.

Realizamos o Programa de Preparo para Aposentadoria (PPA) visando a desenvolver um entendimento amplo e crítico sobre essa nova etapa, bem como a favorecer o seu planejamento, contribuindo para a valorização do empregado e a sua qualidade de vida, além de incentivar a preservação do conhecimento produzido pelos empregados nos anos de atividade na companhia.

O programa não tem como foco a continuidade da empregabilidade daqueles que estão se preparando para a aposentadoria, contudo, possui uma gama relativamente ampla de temas que auxiliam o empregado nesta vivência, se houver interesse. Está previsto no conteúdo básico, por exemplo, o tema “Projeto Futuro” que favorece a reflexão sobre os caminhos possíveis na aposentadoria.

Em relação a nossa atividade de segurança corporativa, dispomos de um quadro próprio e de serviços prestados por empresas especializadas em segurança privada que atuam em conformidade com a legislação.

Nossos inspetores de segurança interna, homens e mulheres, devem participar de curso de legislação aplicada e direitos humanos com carga horária de 20 horas, sendo obrigatória a manutenção da reciclagem, em cumprimento à legislação. É exigido que as empresas contratadas sigam a mesma obrigação legal. Quaisquer eventuais violações de direitos humanos relacionadas à atividade de segurança podem ser relatadas ao nosso Canal Denúncia.

Avaliação de Desempenho

No ano de 2016, aprovamos o processo de avaliação de desempenho do Conselho de Administração, de seus comitês e da Diretoria Executiva, além do padrão interno do processo de sucessão para os membros da Diretoria Executiva e da administração superior, os assistentes e os assessores técnicos do Conselho de Administração.

> [Veja mais informações no capítulo de Governança.](#)

Além disso, realizamos a revisão da nossa estrutura organizacional, no intuito de adequar a empresa aos novos desafios, em busca da criação de um modelo pautado na meritocracia e com foco em resultados.

Um dos objetivos da revisão da estrutura organizacional era a redução da quantidade de funções gerenciais nas áreas corporativa e de negócio, não incluindo, em um primeiro momento, as áreas operacionais. Essa redução de funções impactou mais as mulheres percentualmente, já que as áreas que foram foco da revisão concentravam 84% das mulheres com função gratificada e apenas 65% dos homens nessa condição.

De acordo com a Lei 13.303/2016, com o Estatuto Jurídico da Empresa Pública da Sociedade de Economia Mista e de suas Subsidiárias e com a nossa Política de Indicação dos Membros do Conselho Fiscal, Conselho de Administração e Diretoria Executiva, aprovada pelo Conselho de Administração em setembro de 2016, realizamos alguns processos de seleção interna para funções de diretoria.

> [Veja mais informações sobre os requisitos no capítulo de Governança](#)

Empregados Avaliados por Gênero e Nível

Nível	Função	Feminino	Masculino	Total
Nível Médio	sem função	3.316	22.121	25.437
	com função	330	3.258	3.588
Total de Avaliados Nível Médio		3.646	25.379	29.025
Total de Empregados de Nível Médio		3.809	26.792	30.601
Nível Superior	sem função	3.296	11.224	14.520
	com função	974	4.084	5.058
Total de Avaliados Nível Superior		4.270	15.308	19.578
Total de Empregados de Nível Superior		4.487	16.167	20.654
Outros	sem função	70	178	248
	com função	33	82	115
Outros - Total		103	260	363
Total de empregados avaliados		8.019	40.947	48.966

1. Outros são, por exemplo, os avaliados requisitados, conselheiros e ocupantes de funções com contratos especiais.

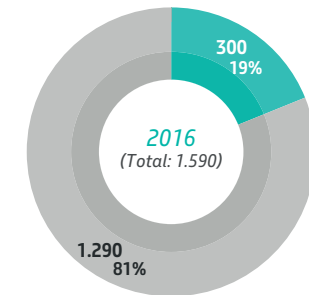
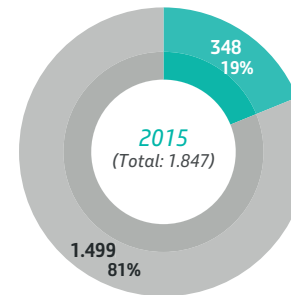
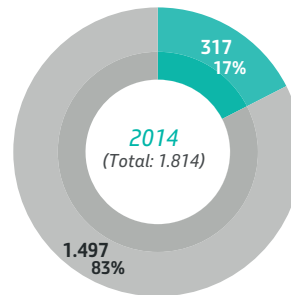
2. Informações referentes à Petrobras holding.

3. Alguns empregados inscritos no PIDV não foram avaliados.



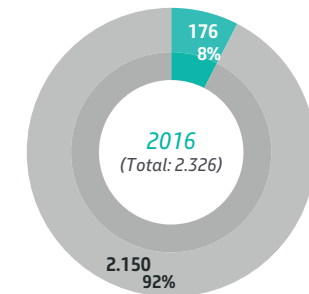
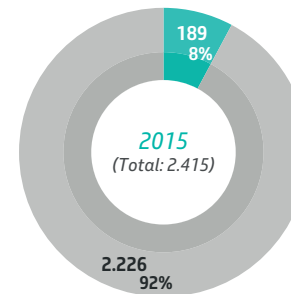
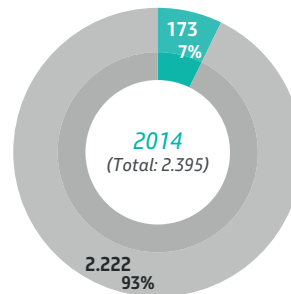
Evolução das Funções Gerenciais e de Especialistas por gênero (Petrobras holding)

Função Especialista

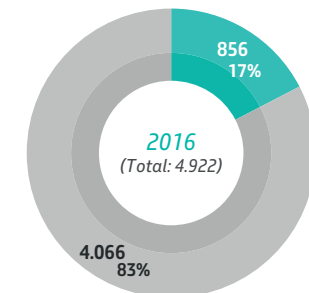
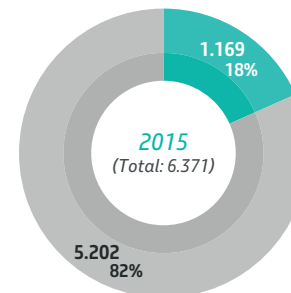
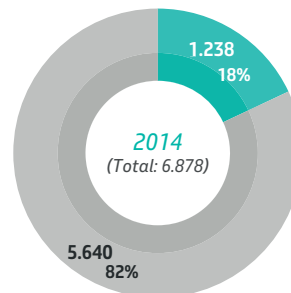


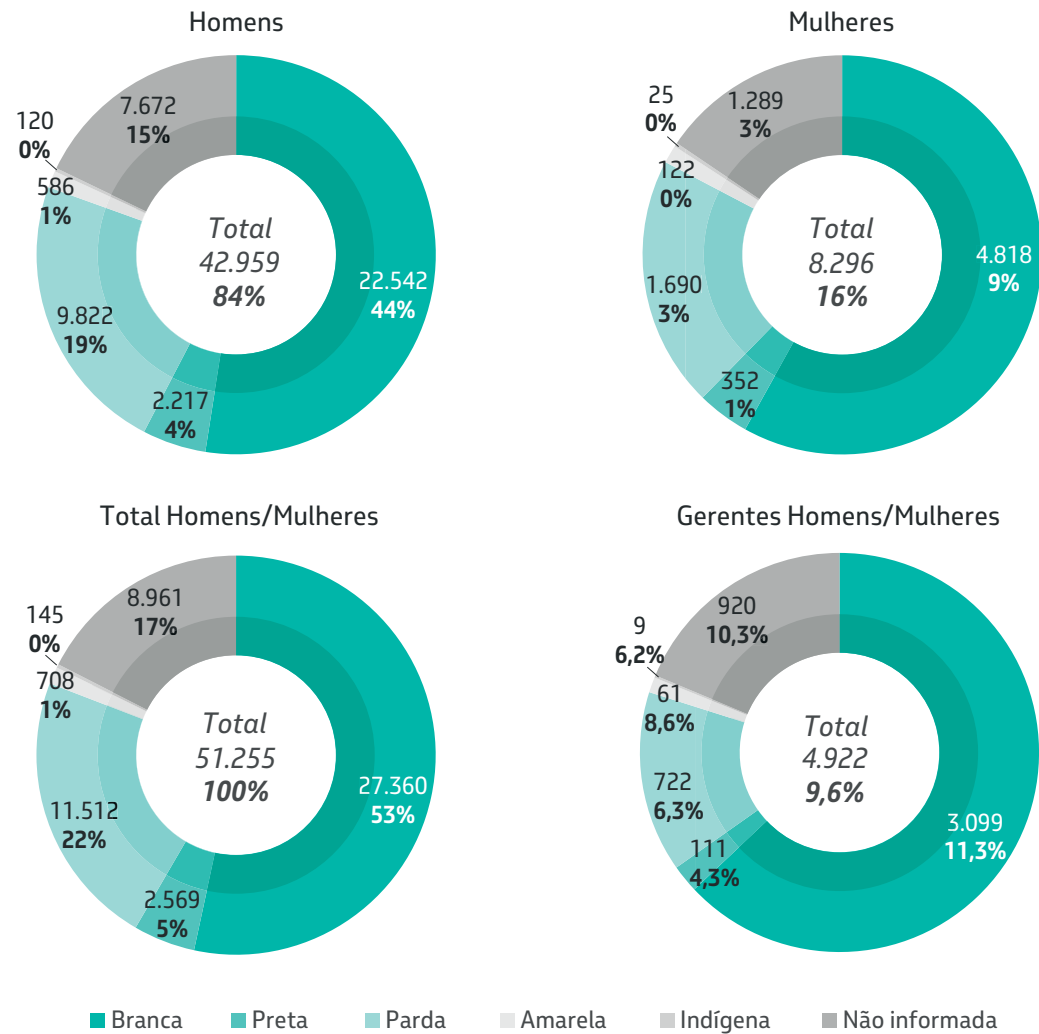
■ Feminino
■ Masculino

Função Supervisão

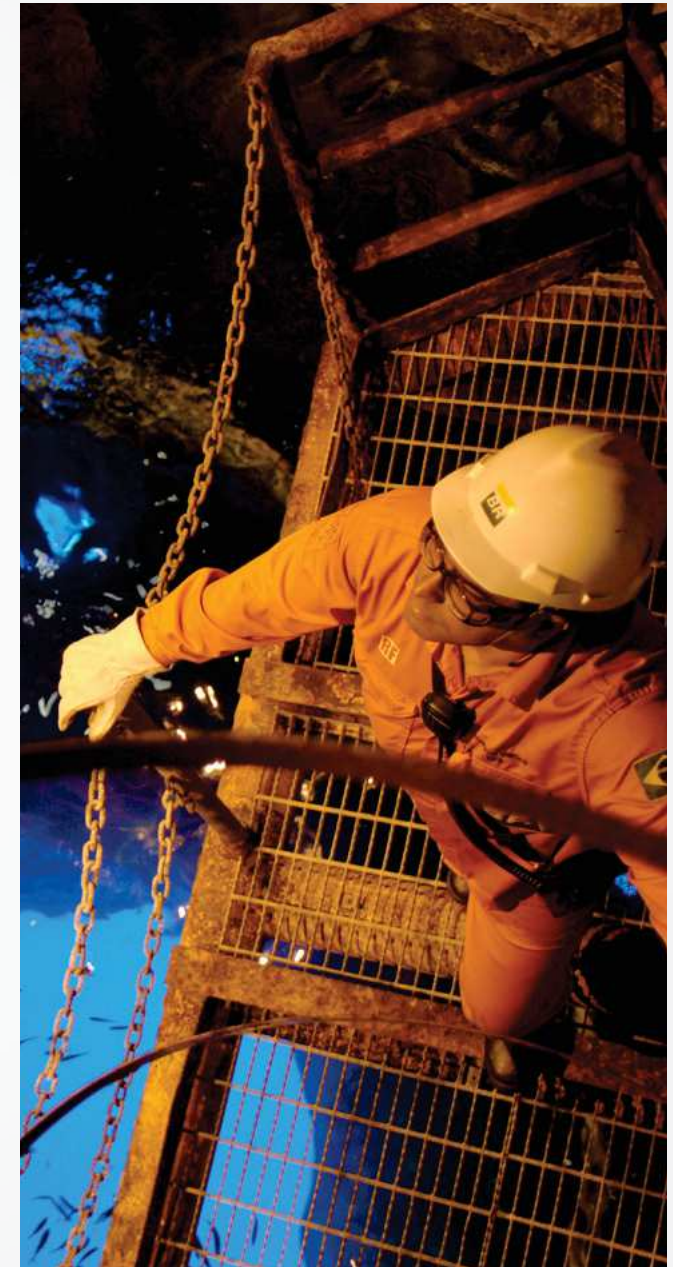


Função Gerencial



Diversidade étnico-racial por gênero em número de empregados (Petrobras holding)

Informações autodeclaradas por cada empregado da Petrobras



Razão do salário e da remuneração entre Homens e Mulheres

<i>Unidades Operacionais Relevantes</i>	<i>Categoria Funcional</i>	<i>Nível Médio</i>	<i>Nível Superior</i>
Diretoria Executiva de Exploração e Produção (DE&P)	sem função	0,77	0,90
	com função	0,84	0,91
Diretoria Executiva de Refino e Gás Natural (DERGN)	sem função	0,77	0,90
	com função	0,74	0,93
Demais Diretorias	sem função	0,88	0,93
	com função	0,91	0,95
Petrobras		0,77	0,90

- a) Enquadramos as áreas diretamente relacionadas ao nosso core business em “Unidades Operacionais Relevantes”: área de Exploração e Produção (E&P) e área de Refino e Gás Natural (RGN). As demais unidades operacionais e as unidades administrativas integram o item “Demais Diretorias”.
- b) Média das remunerações de mulheres dividida pela média das remunerações de homens, no caso de cada grupo.
- c) Possuímos tabela salarial com diversos níveis de salário básico, todos aplicáveis tanto a homens, quanto a mulheres. Porém para o cálculo da remuneração, são considerados os salários básicos e adicionais, como vale-transporte, auxílio-creche etc.
- d) Informações referentes à Petrobras *holding*.

O empregado mais bem pago recebe remuneração anual igual a aproximadamente 5,2 vezes a remuneração anual média dos demais empregados. A proporção entre a variação da remuneração do empregado mais bem pago e a variação da remuneração média dos demais é equivalente. Em 2016, foram praticados os mesmos percentuais do acordo coletivo (8,57%).



Denúncias de Discriminação

Foram recebidas 26 denúncias de discriminação envolvendo gênero, raça/cor de pele, origem étnica, orientação sexual, identidade religiosa e natureza de contrato de trabalho (empregados de empresas prestadoras de serviços). Treze denúncias encontram-se ainda em tratamento e dez foram avaliadas e encerradas como arquivadas ou improcedentes. Das três denúncias confirmadas, todas foram encerradas com orientação (ao denunciado ou a toda a equipe) e advertência.

A Ouvidoria da Transpetro recebeu quatro denúncias de discriminação, todas apontando discriminação racial. Três delas foram registradas por um mesmo empregado e, após apuração, foram consideradas improcedentes. A outra foi arquivada, após tentativa de contato da Ouvidoria com o denunciante, em função de insuficiência de informação.

Acordo Coletivo e Avanços Sociais

Prezamos pela transparência nas relações com todos os nossos públicos de interesse, dentre os quais estão os sindicatos. Atualmente, nos relacionamos com 17 sindicatos petroleiros (Sindipetro) que representam os empregados do quadro de terra e com oito sindicatos marítimos. A totalidade dos nossos empregados está coberta por acordos de negociação coletiva.

A gestão das relações sindicais está presente na cadeia de valor de Recursos Humanos, que mantém uma política de negociação com os representantes dos empregados por meio da realização, bimestral, de reuniões de comissões permanentes para tratar temas como regime de trabalho,

terceirização, plano de saúde e acompanhamento do acordo coletivo. Essas ações visam tanto à realização de melhorias das condições de trabalho, como à facilitação das negociações para celebração dos acordos coletivos.

Durante o ano de 2016, apesar do desafio da negociação do Termo Aditivo ao Acordo Coletivo de 2015, encerrada apenas em janeiro de 2017, houve boa relação com os sindicatos e empregados, resultando em apenas três dias de greve.

Por esse termo aditivo, nossos empregados conquistaram:

- reajuste de 8,57% nas tabelas salariais e de 8,97% nos benefícios educacionais e no vale refeição/alimentação;
- abono de até duas horas diárias para empregadas lactantes (até um ano de idade do bebê) e para empregados com deficiência;
- redução opcional de jornada de 8h para 6h com redução proporcional de remuneração para empregados do administrativo em horário flexível sem função;
- licença paternidade de até 20 dias, conforme programa Empresa Cidadã;
- licença paternidade a empregado cujo (a) cônjuge ou companheiro (a) esteja em gozo de licença maternidade com benefício reconhecido pelo INSS.

Em 2016, 1.858 pessoas exerceram o direito à licença maternidade ou paternidade, sendo 614 mulheres e 1.244 homens. Após o período da licença, a taxa de retorno ao

trabalho foi de 100%. Contamos com o Programa de Apoio à Gestante e Incentivo ao Aleitamento Materno, onde são oferecidos cursos práticos e teóricos sobre gestação, cuidados com o bebê, direitos e deveres, paternidade responsável e outros temas, direcionados para toda a força de trabalho e seus dependentes, bem como aqueles que estão em fase de adoção.

Gestão Ambiental

Emissões Atmosféricas e Estratégia Climática

Acompanhamos as negociações internacionais de cujos acordos o Brasil é signatário e que requerem a transição para um modelo energético de baixo carbono. Nesse sentido, monitoramos as alternativas apontadas mundialmente para fornecer a energia necessária ao desenvolvimento social e econômico com menor intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE).

Em 2016, obtivemos a nossa maior pontuação no Carbon Disclosure Project (CDP) desde que iniciamos a participação na organização, em 2006, recebendo o conceito A-, o qual representa liderança em gestão e transparência.

Nosso esforço relativo a programas e ações de otimização de processo e mitigação de emissões resultou em uma redução de cerca de 15% das emissões absolutas de GEE em relação a 2015.

Várias práticas visam a incorporar adequadamente os riscos e oportunidades ao negócio resultantes da transição para uma economia de baixo carbono, dentre as quais destacamos:

- planejamento estratégico: de forma sistemática, considera em seus cenários as possíveis trajetórias de transição para o baixo carbono. Tais cenários são utilizados na avaliação de negócios e do portfólio.
- monitoramento sistemático das tendências regulatórias e de mercado: visa a avaliar a potencial precificação de carbono e seus efeitos sobre o portfólio.
- direcionamento tecnológico: inclui foco em “Transição para o Baixo Carbono”.
- análise dos riscos físicos potenciais às nossas operações, decorrentes da mudança climática, e a adaptação dos projetos e instalações.

Contexto Externo

Mudanças Climáticas

A Conferência das Partes, no âmbito das Nações Unidas (COP 21), realizada em Paris em 2015, aprovou acordo de abrangência global para reduzir emissões de gases de efeito estufa (GEE) e mitigar impactos climáticos com o objetivo de manter o aquecimento do planeta abaixo de 2°C em relação ao período pré-industrial e de empreender esforços para limitá-lo a 1,5°C, até o final do século. A entrada em vigor do acordo, prevista inicialmente para 2020, foi antecipada para 2016. Na Assembleia Geral da ONU, o Brasil entregou sua ratificação ao Acordo do Clima. A meta do país é reduzir em 37% até 2025 as emissões de gases de efeito estufa, com o indicativo de redução de 43% até 2030, em comparação com os níveis de 2005.

Em novembro de 2016, ocorreu a 22ª Convenção do Clima (COP 22), no Marrocos, cujos principais objetivos abrangeram tanto a discussão do desdobramento do Acordo Global para o alcance das metas propostas pelos países, como os processos de revisão que deverão impulsionar políticas para intensificar a redução de emissões, de modo a se atingir o limite de elevação de temperatura de 2°C, conforme estabelecido no acordo. Nesse contexto, nos empenhamos na redução da intensidade de emissões de GEE, no aumento da eficiência energética dos nossos processos e produtos e na incorporação dos riscos e das oportunidades associados à mudança do clima nos processos decisórios.

Gestão das Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE)

A gestão das nossas emissões atmosféricas é realizada nas unidades em que temos o controle operacional com base no inventário anual que divulgamos voluntariamente e que reuniu, em 2016, dados referentes a cerca de 30 mil fontes cadastradas, abrangendo 75 diferentes tipologias de fontes.

Programas e ações de otimização de processo e mitigação de emissões, tais como a modernização de instalações, a utilização de equipamentos mais eficientes, o aumento do aproveitamento de gás natural, a padronização de projetos e práticas operacionais e investimentos em pesquisa e tecnologia, vêm possibilitando o alcance de resultados positivos. Em 2016, também contribuíram fortemente para o decréscimo das emissões a redução da geração de energia elétrica nas termelétricas e desinvestimentos em ativos. Nosso esforço resultou em um total de, aproximadamente, 72 milhões de toneladas de CO₂e evitadas no período de 2010 a 2015, verificadas por terceira parte. Em 2016, reduzimos em 11,6 milhões a quantidade de toneladas de CO₂e de GEE, o que significa cerca de 15% a menos em relação a 2015.

Em 2016, além de outras ações de otimização de processo para aumentar a eficiência energética em nossas operações, atuamos na redução de fontes de emissões significativas como fontes fixas de combustão, queima de gás em tocha, ventilação e fontes fugitivas, já que no setor de óleo e gás as principais fontes emissoras são a queima de gás em tocha, a exaustão de turbinas, os fornos, as unidades de craqueamento catalítico em leito fluidizado (FCC) e a purificação do gás natural.

Reinjetamos, em 2016, cerca de 1,62 milhão de toneladas de CO₂ separado do gás produzido nos nossos campos de pré-sal na Bacia de Santos e evitamos a emissão de, aproximadamente, 15.000 toneladas de CO₂/ano, mediante substituição de parte do gás natural consumido na Refinaria Duque de Caxias (Reduc), no Rio de Janeiro, por biogás proveniente de aterro. Por meio do Programa Petrobras Socioambiental, patrocinamos, em 2016, 16 projetos de conservação de áreas naturais, reconversão produtiva e recuperação de áreas degradadas e formações vegetais dos biomas, os quais apresentaram como resultado acumulado uma área trabalhada de cerca de 1 milhão de hectares, contribuindo para a fixação de carbono e a mitigação da mudança climática.

Estimamos nossas emissões indiretas, ou seja, aquelas que ocorrem em fontes controladas por outras entidades da nossa cadeia de valor. Dentre estas emissões, as mais relevantes são relacionadas ao uso de nossos produtos e são estimadas tendo em vista a premissa de que todos os produtos vendidos foram utilizados no mesmo ano, liberando suas emissões para a atmosfera.

O nosso investimento total em pesquisa e desenvolvimento, em 2016, foi de, aproximadamente, R\$ 1,8 bilhão. As tecnologias de baixo carbono têm expressiva representação no nosso portfólio de pesquisa e desenvolvimento, que conta com projetos nas áreas de Carbon Capture Utilization and Storage (CCUS), eólica, solar, biomassa, biocombustíveis e bioprodutos e outros projetos relacionados a mudanças climáticas e sustentabilidade.

Emissão de Gases de Efeito Estufa (em milhões de toneladas de CO₂ equivalente - CO₂e)

	2014	2015	2016
Emissões diretas (Escopo 1 – GHG Protocol)	79,6	77,4	66,1
Emissões indiretas (Escopo 2 – GHG Protocol)	1,8	0,7	0,4

- a) Emissões relativas às operações de exploração e produção, refino, fabricação de fertilizantes, petroquímica, geração de energia elétrica, transporte terrestre (dutoviário e rodoviário) e marítimo, bem como às atividades de distribuição no Brasil, na Argentina, na Bolívia, na Colômbia, nos Estados Unidos, no México, no Paraguai, no Peru e no Uruguai.
- b) O inventário de emissões atmosféricas é elaborado segundo as orientações do GHG Protocol, formulado pelo World Resources Institute (WRI) e pelo World Business Council for Sustainable Development (WBCSD). A abordagem do inventário segue a metodologia *bottom-up*, ou seja, o inventário total é o resultado da soma das emissões de cada fonte de emissão. Os cálculos das emissões de GEE se baseiam em referências internacionais, como o API Compendium e o “AP-42” (US EPA) e também no GHG Protocol.
- c) As emissões de CO₂e foram calculadas com base nos valores de Potencial de Aquecimento Global (GWP) do Quarto Relatório de Avaliação do IPCC (AR4). Nos relatórios anteriores, tais emissões foram calculadas considerando os valores de GWP do Segundo Relatório de Avaliação do IPCC (SAR). Logo, podem ser observadas alterações nos dados de 2014 e 2015.
- d) Demais possíveis alterações em informações numéricas históricas referentes a publicações anteriores do Relatório de Sustentabilidade se devem a melhorias no sistema de gestão de emissões atmosféricas ou às recomendações decorrentes do processo de verificação por terceira parte.
- e) Submetemos todos os nossos inventários a processo de verificação por terceira parte, segundo a norma ISO 14064.

Emissões de Gases de Efeito Estufa (toneladas)

	2014	2015	2016
Emissões diretas – Dióxido de Carbono – CO ₂ (milhões)	75,1	73,0	61,9
Emissões diretas – Metano – CH ₄ (mil)	154	150	144
Emissões diretas – Óxido Nitroso – N ₂ O	2.294	2.332	1.825
Emissões indiretas (em milhões de toneladas de CO ₂ equivalente - CO ₂ e) (Escopo 3 – emissões pelo uso dos produtos – GHG Protocol)	520	502	473

- a) As possíveis alterações em informações numéricas históricas, referentes a publicações anteriores do Relatório de Sustentabilidade se devem a melhorias no sistema de gestão de emissões atmosféricas ou às recomendações decorrentes do processo de verificação por terceira parte.
- b) Utilizamos como base os dados consolidados de venda de produtos e a metodologia do GHG Protocol para o Escopo 3.



Panorama sobre Nossos Investimentos e Tecnologias em Mitigação de Emissões

De 2006 a 2016, investimos mais de US\$ 115 milhões em nossa carteira de projetos que visam, especificamente, a contribuir para a mitigação das emissões atmosféricas, bem como a estabelecer as melhores práticas de gestão de GEE em relação a operações e produtos. Neste sentido, temos dado continuidade ao investimento em tecnologias de captura e armazenamento geológico de CO₂ (Carbon Capture Utilization and Storage - CCUS).

Temos papel de destaque no processo de pesquisa, desenvolvimento, inovação, implantação e operação de projetos de CCUS e contribuimos com instituições de ciência e tecnologia brasileiras graças a parcerias formadas por meio da “Rede Temática de Sequestro de Carbono e Mudanças Climáticas”. A rede engloba 15 instituições nacionais, cerca de 53 projetos contratados e abrange um investimento da ordem de R\$ 50 milhões.

As operações de processamento de gás natural das Unidades Estacionárias de Produção (UEPs) no pré-sal atingiram a marca de reinjeção de quatro milhões de toneladas de CO₂ nos campos de Lula e Sapinhoá.

Outras Emissões Atmosféricas Significativas (toneladas)

<i>Emissões</i>	<i>2014</i>	<i>2015</i>	<i>2016</i>
Óxidos de Nitrogênio (NO _x)	298.511	267.116	234.841
Óxidos de Enxofre (SO _x)	126.077	120.043	130.665
Material Particulado	21.617	19.181	15.265
Compostos Orgânicos Voláteis (COV)	234.558	230.159	233.366
Emissões Fugitivas	96.369	80.888	79.985
Monóxido de Carbono	180.475	191.119	166.494

a) Consideramos emissões diretas e indiretas no cálculo.

b) Consideramos, como COV, as emissões de hidrocarbonetos não metano contidas no inventário.

c) As emissões fugitivas são compostas por hidrocarbonetos totais (HCT) provenientes de fontes de processo. Não incluem emissões por queima em tocha.

d) As possíveis alterações em informações numéricas históricas referentes às publicações anteriores do Relatório de Sustentabilidade se devem a melhorias no sistema de gestão de emissões atmosféricas ou às recomendações decorrentes do processo de verificação por terceira parte.

Gestão das Emissões de Poluentes Atmosféricos

Além de inventariar gases de efeito estufa, realizamos inventário de poluentes atmosféricos, também monitorados diretamente nas unidades operacionais.

A redução das emissões de óxidos de nitrogênio, material particulado e monóxido de carbono foram resultantes, principalmente, da queda de atividades de sondagens na área de Exploração e Produção e da diminuição da geração de energia elétrica. Como reflexo da implantação de programas de monitoramento e reparo nas áreas operacionais, observamos uma tendência de redução das emissões fugitivas.

Acompanhamos a gestão dos recursos atmosféricos, observando o risco de saturação das bacias aéreas, sobretudo nas regiões urbanas, investindo em iniciativas de monitoramento da qualidade do ar nas diversas regiões onde atuamos. Com 44 estações de monitoramento da qualidade do ar e de parâmetros meteorológicos em nove estados brasileiros, essa avaliação nos permite conhecer e gerenciar os impactos das nossas atividades, além de contribuir com informações para a gestão pública da qualidade do ar, quando essas estações integram as redes estaduais.

Hidrocarbonetos Não Aproveitados (milhões de metros cúbicos)

<i>Destinação</i>	<i>2014</i>	<i>2015</i>	<i>2016</i>
Queimados em tocha	3.074	2.894	2.998
Dissipados na atmosfera	34,6	72,0	60,3

a) Consideramos os registros de volume de gás queimado em tocha nas atividades de Exploração e Produção, Refino, Produção de Fertilizantes, Tratamento de Gás e Transporte.

b) Consideramos registros de gás liberado diretamente para a atmosfera através de eventos de ventilação e despressurização.

c) As possíveis alterações em informações numéricas históricas referentes às publicações anteriores do Relatório de Sustentabilidade se devem a melhorias no sistema de gestão de emissões atmosféricas ou às recomendações decorrentes do processo de verificação por terceira parte.

Na atividade de refino, investimos na melhoria da qualidade dos combustíveis. Desde 2009, produzimos diesel com baixo teor de enxofre (S-10), o que acarretou uma progressiva redução das emissões veiculares de óxidos de enxofre (SO_x) ao longo dos anos, contribuindo para a melhoria da qualidade do ar nas cidades. Esses investimentos incluíram, também, ampliação na capacidade da recuperação de enxofre das refinarias, o que permitiu, não apenas que não houvesse aumento de emissões de SO_x, mas possibilitou uma redução de cerca de 3% destas emissões no período de 2009 a 2016.

Consumo de Energia e Ações de Eficiência Energética

Registramos consumo total de energia de 899,5 mil terajoules (TJ), ou 418 mil boed, quantidade 19,3% menor do que a do ano anterior, tendo como uma das razões a redução do despacho termelétrico por solicitação do Operador Nacional do Sistema (ONS).

Buscando reduzir custos operacionais e melhorar nossas atividades, continuamos investindo em ações com foco em integração energética, modernização das instalações, otimização e controle avançado de processos, adaptação de equipamentos, padronização de projetos e de sistemas operacionais, conversão de plantas termelétricas de ciclo aberto para ciclo combinado, e aproveitamento do gás natural associado à produção de petróleo.

As ações de melhoria do desempenho energético nos possibilitaram uma economia de 2,1 mil terajoules no ano (TJ/a), ou 970 boed, o equivalente ao consumo de energia elétrica de uma cidade com 290 mil habitantes por um ano.

Consumo de Energia no Sistema Petrobras (em TJ)

	2014	2015	2016
Óleo Diesel	92.510	79.648	57.672
Óleo Combustível	79.383	59.415	75.342
Gás Natural	728.146	719.597	550.027
Gás Combustível	131.515	124.596	100.560
Gás Residual	10.350	17.990	11.488
Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)	223	1.254	147
Coque	70.945	69.161	61.755
Outros	2	-3.114	-3.066
Vapor Importado	26.224	28.256	26.870
Energia Elétrica Importada	15.923	18.382	18.693
Total de Energia	1.155.220	1.115.185	899.487

a) A energia elétrica e o vapor são contabilizados com base no equivalente térmico teórico (0,0036 TJ = 1 MWh).

b) O volume de gás natural e de combustíveis líquidos queimados em tocha, em 2016, totalizou 103 mil TJ e não é considerado no cálculo do consumo de energia.

c) "Outros" inclui vapor e eletricidade exportados.

Qualidade de Produtos e Redução dos Impactos

Todos os nossos produtos comercializados atendem às especificações regulamentadas pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Adotamos uma política de qualidade que estabelece limites mais rígidos do que os da legislação vigente, com o objetivo de garantir a perfeita adequação dos nossos produtos.

O óleo diesel rodoviário S-10 está sendo fornecido para todas as frotas de ônibus urbanos nas regiões metropolitanas e está disponível em todo país para os demais consumidores.

Em 2016, nós nos vinculamos ao Programa Brasileiro de Combustíveis, Tecnologias Veiculares e Emissões (PCVE), por meio de um acordo firmado com órgãos públicos e privados brasileiros, com o objetivo de aprimorar o monitoramento e a modelagem da qualidade do ar, por intermédio de estudos sobre a influência dos combustíveis e das tecnologias veiculares da frota brasileira nas emissões atmosféricas.

Biodiversidade

A distribuição espacial e a diversidade de nossas operações tornam frequente a interface com áreas protegidas e sensíveis. A identificação dessas áreas configura-se em uma etapa de prevenção e mitigação de riscos e impactos associados. A nossa gestão de riscos e impactos à biodiversidade é direcionada por orientações estabelecidas em padrões e normas internos, além de instrumentos de gestão como o

cadastro de dados ambientais (Cadam), com aproximadamente 6,2 mil registros, o GeoPortal, que possibilita a integração de bases de dados ambientais georreferenciados em uma plataforma única de visualização, e o nosso Relatório Anual

de Biodiversidade, que consolida as medidas de gestão e demais iniciativas relativas à biodiversidade ou de interface com o tema, sendo importante subsídio na avaliação crítica e no aprimoramento das nossas estratégias.

Tipos e Número de Áreas Protegidas

<i>Tipo de Área Protegida</i>	<i>Área Externa</i>	<i>Área Interna</i>	<i>Total Geral</i>
Áreas de Preservação Permanente (APP)	61	464	525
Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade	22	37	59
Cavidade Natural	3	-	3
Corredor Ecológico	1	-	1
Reserva Legal	4	8	12
Sítio Arqueológico	112	52	164
Terras Indígenas	7	5	12
Território Quilombola	15	2	17
Unidades de Conservação	353	43	396
Zona de Amortecimento	3	-	3
Não Classificadas	12	7	19

Em 2016, foram registrados 43 eventos com impacto confirmado ou provável à fauna, à flora ou ao *habitat*, como, por exemplo, supressão de vegetação, erosão e morte acidental de animais em unidades, sendo que a maioria desses eventos, 51%, ocorreu em unidades ligadas à área de Refino e Gás Natural, seguida por 34% de ocorrências na área de Exploração e Produção, 10% na Transpetro e 5% na área de Desenvolvimento da Produção e Tecnologia. Esses eventos são objeto de medidas de mitigação, tratamento ou recuperação do impacto ambiental, tais como a reposição de espécies protegidas e a revegetação, o tratamento e a recuperação das áreas degradadas, a adaptação de instalações e outras medidas. No que se refere às suas causas, 49% desses eventos foram ocasionados por operações rotineiras, 28% não tiveram as causas classificadas e 23% resultaram de causas acidentais.

Sobre a ocorrência de espécies nas áreas de influência de nossas atividades, tomando como base as listas nacional e internacional de espécies ameaçadas, identificamos os dados mostrados na tabela do canto inferior direito.

Identificamos e avaliamos impactos de forma a subsidiar a definição de medidas preventivas, mitigadoras e compensatórias, nas fases de instalação, operação e desativação dos nossos empreendimentos.



Apoio a Projetos Ambientais

Por meio do Programa Petrobras Socioambiental, patrocinamos iniciativas cujas áreas de abrangência se distribuem nos diversos biomas brasileiros, como a Mata Atlântica, o Cerrado, a Amazônia, a Caatinga, além dos ambientes costeiros e marinhos. As ações realizadas pelos projetos envolveram diversas parcerias com instituições do terceiro setor visando à conservação e à recuperação de espécies e *habitat* em ecossistemas terrestres e aquáticos. Aproximadamente, 430 espécies da fauna foram estudadas, monitoradas ou protegidas, incluindo o caranguejo uçá.

Com o nosso apoio, o Projeto Uçá realizou pesquisas sobre invertebrados marinhos, zooplâncton e bentos, em área da Baía de Guanabara, envolvendo o monitoramento do caranguejo e a análise de amostras de plâncton, o que resultou no maior levantamento de decápodos (ordem de crustáceos) da baía, com a identificação de 30

espécies. Além disso, o projeto trabalhou na recuperação de áreas degradadas de manguezal, ecossistema de extrema importância ecológica, social e econômica. Embora as características da área trabalhada – como tipo de solo, condições climáticas e vias de acesso para transporte de equipamento e mudas – tenham constituído um desafio, o projeto concluiu com sucesso, em 2016, a revegetação de 16,5 hectares na Área de Proteção Ambiental de Guapimirim (RJ), com espécies arbóreas típicas do ambiente (*Rhizophora mangle*, *Laguncularia racemosa* e *Avicennia schaueriana*). O manejo e o monitoramento no decorrer do ano demonstraram que as áreas se encontram em processo de sucessão ecológica, uma vez que foi constatada abundância de regeneração natural nos ambientes estudados.

> *Veja mais informações sobre os projetos socioambientais apoiados no capítulo [Relacionamento com Públicos de Interesse](#).*

Número de Espécies Ameaçadas

Lista Internacional (IUCN)

<i>Vulnerável</i>	<i>Em perigo</i>	<i>Criticamente em perigo</i>
76	39	10

Número de Espécies Ameaçadas

Lista Nacional

<i>Vulnerável</i>	<i>Em perigo</i>	<i>Criticamente em perigo</i>
73	33	11



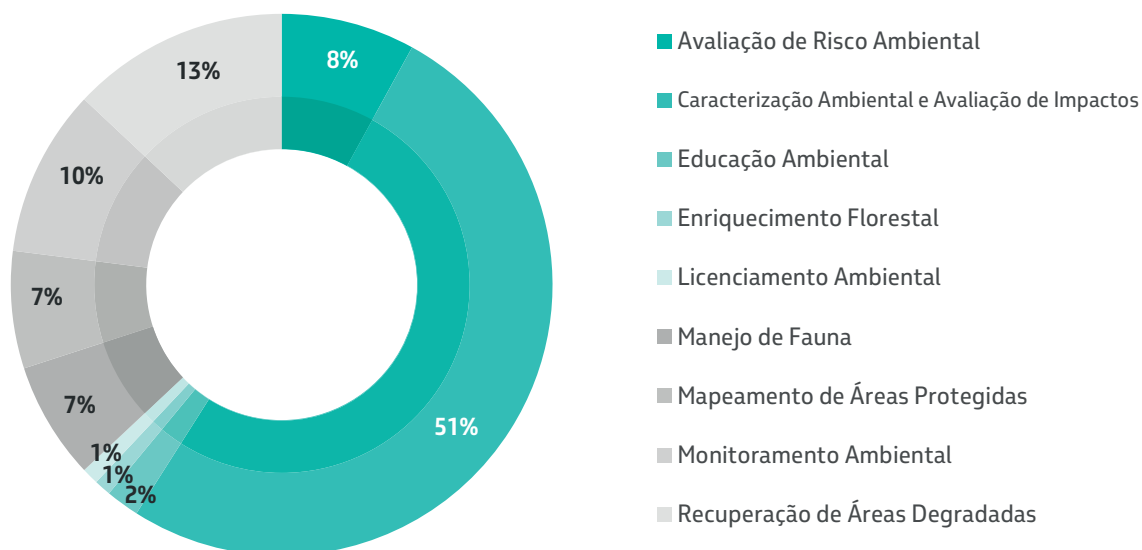
Conforme a fase do ciclo de vida dos empreendimentos, a tipologia das operações, fatores ambientais, exigências legais, requisitos dos órgãos ambientais (no caso de condicionantes de licenças), entre outros fatores, desenvolvemos diversos estudos e projetos a fim de avaliarmos riscos para a biodiversidade e estabelecermos planos de ação. Em 2016, foram informadas 354 iniciativas desenvolvidas por 65 unidades, envolvendo caracterização e monitoramento ambiental, recuperação de áreas degradadas, mapeamento de áreas protegidas, manejo de fauna, dentre outras.

Na Bacia de Santos, foi iniciado, em 2015, um projeto permanente com o objetivo de registrar ocorrências de aves

debilitadas, feridas ou mortas assim como de capturar, coletar, manejar e transportar as aves encontradas nas unidades marítimas de produção de petróleo, visando a assegurar o bem-estar dos animais e a segurança durante as referidas atividades. Na Bacia Potiguar, temos o Plano de Ação para Proteção à Fauna em caso de derramamento de petróleo durante as atividades de perfuração marítima nos blocos BM-POT-16 e BM-POT-17. Na Refinaria Presidente Bernardes, de Cubatão, realizamos levantamento e monitoramento de grupos faunísticos situados na Mata Atlântica (avifauna, herpetofauna, mastofauna e ictiofauna). Já na Refinaria Alberto Pasqualini, no Rio Grande do Sul, implementamos programa de plantio de vegetação arbustivo-arbórea na área da refinaria com o objetivo de recuperação arbórea nativa mediante o plantio de eucaliptos.

Também investimos em projetos de pesquisa e desenvolvimento de soluções tecnológicas e metodologias que promovam a melhoria da gestão ambiental e a mitigação dos impactos de nossas operações. Os projetos em andamento contemplam caracterizações ambientais, mitigações ou redução de efeitos sobre os ecossistemas e a biodiversidade e a recuperação de ambientes degradados e impactados mediante projetos de reflorestamento, recomposição de espécies nativas e outros. Podemos destacar os Projetos de Caracterização Ambiental das Bacias de Santos, Potiguar e Sergipe que visam a levantar, sistematizar e disponibilizar informações ambientais qualificadas existentes para a região e o Projeto de Recuperação Ambiental de Áreas Terrestres, que tem como objetivo avaliar e disponibilizar tecnologias de baixo custo e alta eficácia de recuperação de áreas degradadas e disponibilizá-las para os três principais biomas de atuação da área de Exploração e Produção.

Distribuição dos Estudos e Projetos Realizados sobre Biodiversidade



Gestão de Recursos Hídricos

Assegurar, de forma ambientalmente responsável, o suprimento da água necessário à continuidade das nossas atividades é a prioridade da nossa gestão de recursos hídricos.

Anualmente, realizamos nosso Inventário de Recursos Hídricos e Efluentes, que contempla 466 instalações usuárias de água e consolida informações sobre os volumes de água utilizados, fontes de captação, cargas potencialmente poluidoras lançadas, volumes de efluentes industriais e sanitários, custos envolvidos, dentre outros aspectos necessários à gestão.

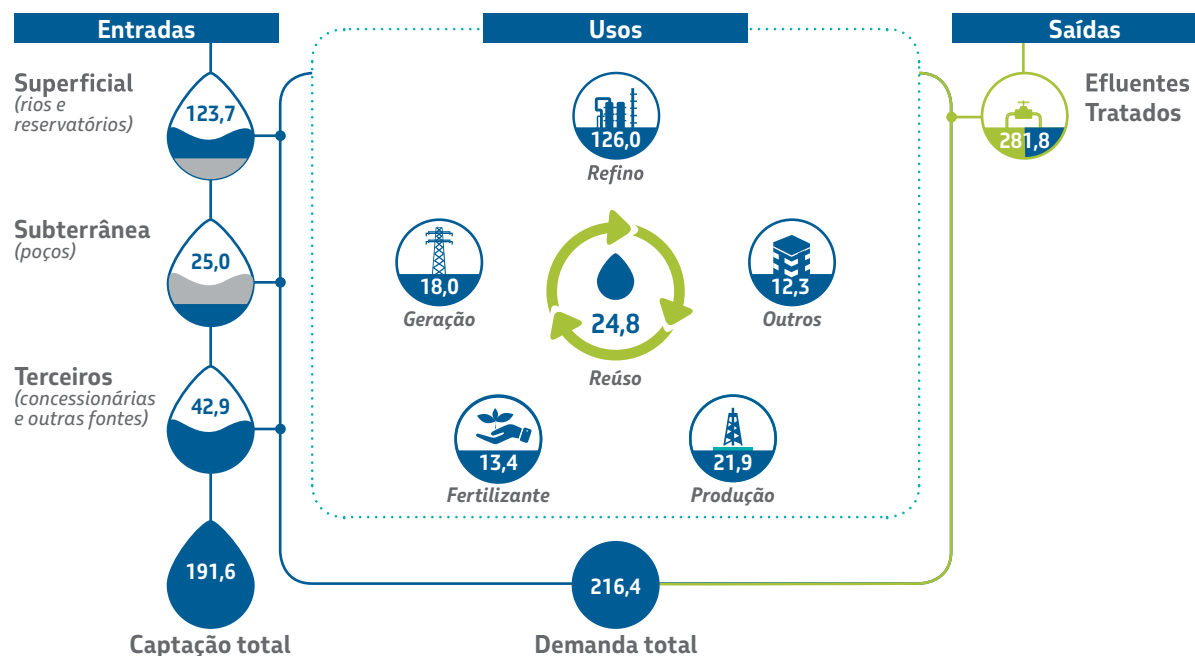
Uso da Água

Captamos um volume de 191,6 milhões de m³ de água doce para nossas atividades operacionais e administrativas em 2016. Utilizamos 211 fontes de captação, sendo 153 localizadas no Brasil (respondendo por cerca de 91,5% do volume total de água doce que captamos) e 58 nos demais países onde atuamos. No Brasil, os órgãos públicos responsáveis pela gestão de recursos hídricos definem os limites máximos de retirada de água doce do ambiente, considerando critérios hidrológicos e os múltiplos usos humanos e ecológicos da água dentro de uma bacia hidrográfica.

Investimos na avaliação de impactos das nossas atividades continuamente, observando áreas protegidas e identificando áreas sensíveis localizadas nas regiões de influência das nossas unidades. Em 2016, não tivemos conhecimento sobre impactos significativos nos mananciais onde realizamos captação direta de água ou na biodiversidade de corpos d'água eventualmente causados pelo descarte dos nossos efluentes.

Como parte de nossa estratégia de gerenciamento de risco hídrico das nossas atividades, utilizamos uma ferramenta para avaliação preliminar da exposição de nossas instalações a riscos de escassez por meio do "Índice de Risco de Escassez Hídrica" (IREH), o que nos subsidia com informações sobre onde devemos priorizar medidas mitigadoras desse risco e os investimentos necessários para a segurança hídrica, bem como para redução dos riscos associados a eventos críticos (secas).

BALANÇO HÍDRICO SIMPLIFICADO PETROBRAS 2016 (milhões de m³)



a) A fonte de dados utilizada para os cálculos foi o Inventário de Recursos Hídricos e Efluentes 2016.

b) O volume de efluentes hídricos descartados apresentado no balanço contempla os efluentes de origem industrial, efluentes sanitários e a água produzida associada ao petróleo extraído.

c) Conforme a identidade do indicador Água Doce Captada e a sistemática de apuração definida, os volumes de água pluvial estão contabilizados na categoria "Terceiros" no balanço acima. O volume captado de água pluvial não é significativo (0,012 milhão de m³).

d) O volume de água doce recebido de outras unidades do Sistema Petrobras está contabilizado na categoria "Terceiros", em função da sistemática de apuração definida.

e) Entre nossas operações, aquelas com maior captação de água doce foram: refino (65,8%), geração de energia (9,4%) e produção de óleo e gás (11,4%).

Em 2015, aplicamos o índice a um conjunto de 44 unidades operacionais, as quais correspondem a cerca de 90% do total de água doce captada pelas nossas operações no Brasil. De acordo com os resultados, em 2016, classificamos essas instalações em faixas de magnitude de risco hídrico e iniciamos a implementação de um conjunto de ações de monitoramento e mitigação de riscos. O plano de ação corporativo é revisto periodicamente e, entre outras ferramentas, tem como subsídio a aplicação bienal do IREH.

De acordo com o nosso Inventário de Recursos Hídricos e Efluentes, o volume total de reúso foi de 24,8 milhões de m³, o que corresponde a 11,5% de nossa demanda total de água doce, o suficiente para abastecer, por exemplo, uma cidade de aproximadamente 600 mil habitantes por um ano. Tendo em vista ações de reúso, estimamos uma economia anual de, aproximadamente, R\$ 20,8 milhões nos custos de captação de água e lançamento de efluentes. A atividade de refino, maior

demandante de água, responde por aproximadamente 98% do volume total de água reusada.

Atingimos, na Refinaria Landulpho Alves (RLAM), na Bahia, por exemplo, uma economia de 14,4 milhões de m³ de água nos últimos cinco anos devido ao reúso de água. Nesse período, houve um aumento de 75% do volume de água reutilizada pela refinaria, o qual subiu de 2 milhões de m³, aproximadamente, em 2012 para 3,5 milhões de m³ em 2016.

De forma a colaborar com a gestão participativa das bacias hidrográficas onde estão situadas nossas instalações, participamos de diversos fóruns, como os comitês de bacias hidrográficas. Para acompanhar as discussões e identificar possíveis melhorias de gestão deste tema, integramos a Rede de Recursos Hídricos da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Descarte de Efluentes

Como consequência de nossas operações, descartamos o volume de 281,8 milhões de m³ de efluentes hídricos, incluindo efluentes de natureza industrial, sanitária e água produzida oriunda do processo de extração de petróleo. O volume total de efluentes continha: 1,6 mil toneladas de óleos e graxas; 6,6 mil toneladas de demanda química de oxigênio (DQO) e 1,4 mil toneladas de amônia (os dois últimos estavam presentes nos efluentes das atividades de refino e de produção de fertilizantes no Brasil). Nossos processos de descarte de efluentes são regulados por padrões de lançamento estabelecidos em lei. Utilizamos 90 corpos hídricos superficiais, 53 pontos de descarte subterrâneo e 51 concessionárias de abastecimento/tratamento ou empresas terceirizadas para a assimilação de nossos efluentes. Não tivemos conhecimento sobre impactos quantitativos ou qualitativos significativos nos mananciais em virtude do lançamento dos nossos efluentes.

Volume Total de Água Reusada

	2014	2015	2016
Água Reusada (milhões de m ³)	24,5	23,7	24,8
Reúso em Relação ao Total de Água Doce Utilizada (%)	10,6	10,0	11,5

A fonte de dados utilizada para os cálculos foi o Inventário de Recursos Hídricos e Efluentes 2016.

Descarte Total de Água pelo Sistema Petrobras por Destinação

Destino	Volume descartado (milhões de m ³)			Volume descartado (%)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Corpos hídricos superficiais	274,8	270,7	242,7	97,5	97,7	95,3
Corpos hídricos subterrâneos	1,1	3,2	6,3	0,4	1,15	2,5
Concessionárias de abastecimento ou empresas terceirizadas	5,8	3,2	5,8	2,1	1,15	2,2
Totais	281,8	277,1	254,8	100	100	100

A fonte de dados utilizada para os cálculos foi o Inventário de Recursos Hídricos e Efluentes 2016.

Investimos cerca de R\$ 14 milhões em projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) relativos ao gerenciamento de recursos hídricos e efluentes, em parceria com nove universidades brasileiras. Em função dos cenários recentes de escassez hídrica, priorizamos projetos para viabilizar o aumento da oferta e a melhoria da qualidade da água tratada e dos efluentes nas nossas unidades operacionais. Entre os projetos, destaca-se a construção e a montagem de Unidade Móvel de Analisadores Online, que permite avaliar a qualidade de diferentes correntes aquosas disponíveis, visando à redução do consumo, à otimização dos ciclos de concentração e ao reúso de efluentes em sistemas de resfriamento.

Resíduos

Continuamente, buscamos evitar e minimizar a geração de resíduos, obtendo avanços nas ações de reaproveitamento. Utilizamos, nas nossas unidades, sistemas informatizados para darem suporte à gestão de informações e às operações de gerenciamento de resíduos. Os treinamentos no tema são oferecidos regularmente para a nossa força de trabalho, de forma presencial e a distância.

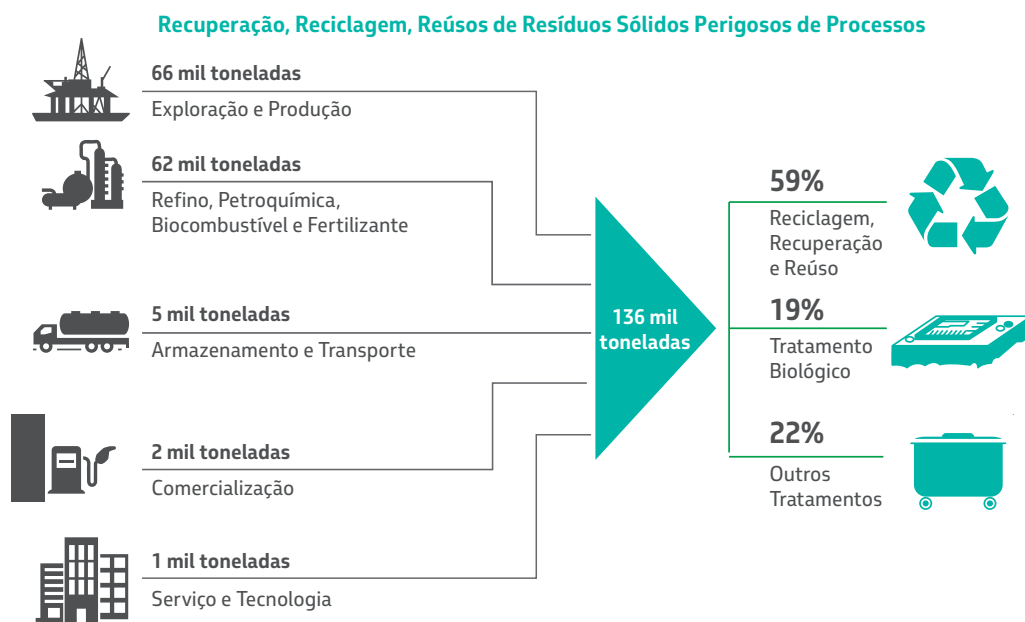
Este ano, geramos 132 mil toneladas de resíduos sólidos perigosos em nossos processos, quantidade

30% inferior à do ano anterior, e reduzimos a geração de resíduos sólidos não perigosos de processos, alcançando 210 mil toneladas. Destinamos 136 mil toneladas de resíduos sólidos perigosos processos industriais, quantidade superior à geração do próprio ano.

Em 2016, geramos 28 mil toneladas de cascalhos e fluidos perigosos nos processos de exploração e produção. Segundo critérios técnicos estabelecidos pelo órgão ambiental licenciador das atividades marítimas, apenas os resíduos de fluido de perfuração à base de água e cascalhos podem ser descartados no mar. Para reduzir a geração de resíduos nesse tipo de operação, investimos no reúso de fluidos de perfuração de base não aquosa e de insumos do processo de fabricação de fluidos não aquosos. Na atividade em terra, também são realizadas práticas de incorporação, coprocessamento e reciclagem de resíduos de cascalho.

Entre as ações de reúso e reciclagem com recuperação de hidrocarbonetos, destacam-se a implantação de unidade de processo na Refinaria Alberto Pasqualini (Refap), no Rio Grande do Sul, o que possibilitou o reprocessamento de 10 mil m³ de correntes residuais oleosas com incorporação de sólidos no coque verde de petróleo e a destinação de 64 mil toneladas de correntes residuais oleosas para reprocessamento na Unidade de Industrialização do Xisto (SIX), no Paraná.

A nossa gestão dos resíduos não perigosos de processos possibilitou alcançar os seguintes percentuais de reciclagem ou reúso: 90% dos papéis, 88% das madeiras, 96% das sucatas, 51% dos vidros e 81% dos plásticos. Não realizamos qualquer remessa internacional de resíduos.



Nota: determinamos por pesagem ou estimamos as massas de resíduos considerando critérios técnicos e de engenharia, por nossa companhia ou por meio de empresas contratadas para gerenciamento dos resíduos.

Nossa subsidiária Petrobras Biocombustível desenvolve o Programa Cuidar, que tem como objetivo a produção de biodiesel a partir de óleos e gorduras residuais (OGR), como óleos de fritura usados e oriundos do processamento de vísceras de peixes, esse último desenvolvido com o Núcleo de Tecnologia Industrial do Ceará (Nutec). Em 2016, os volumes foram de, respectivamente, 167 e 74 toneladas. O programa fortalece as redes e organizações sociais, gera trabalho e renda e estimula a reciclagem, evitando a contaminação do meio ambiente.

Resíduos de Processo por Destinação

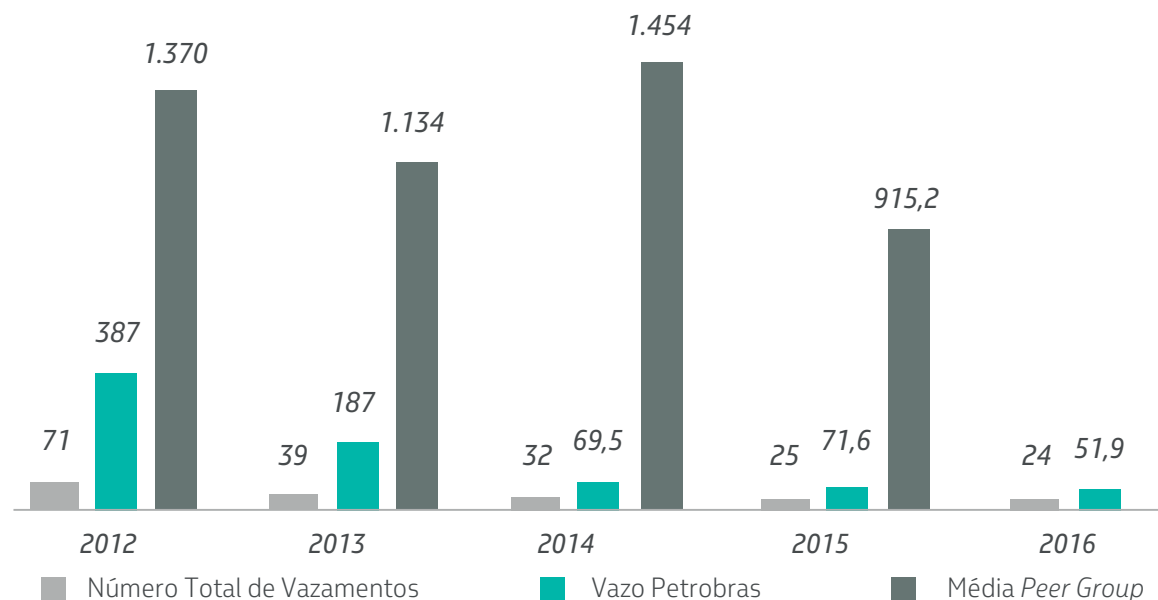
Destinação	Resíduos Sólidos Perigosos	Resíduos Sólidos Não Perigosos
Reúso como Combustível	28 %	3 %
Recuperação, Reciclagem e Reúso (excetuando o anterior)	31 %	36 %
Tratamento Biológico	19 %	19 %
Incineração	3 %	3 %
Disposição em Aterro	6 %	35 %
Outros ^a	13 %	4 %

a) Resíduos devolvidos aos fornecedores, submetidos a tecnologias não convencionais de destinação ou a mais de um tipo de tratamento.

Vazamento de Petróleo e Derivados

O volume vazado de petróleo e derivados registrado foi de 51,9 m³ em 2016, 27,5% a menos do que o volume registrado em 2015.

VAZO (Volume Vazado de Petróleo ou Derivados em m³)

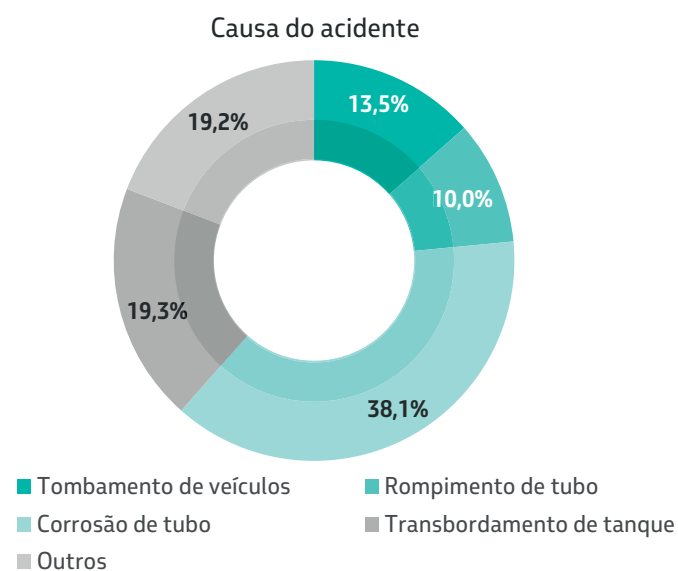
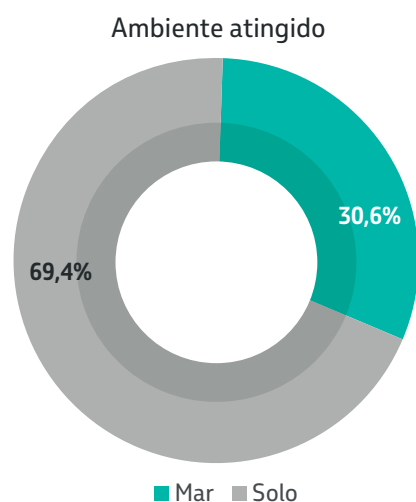
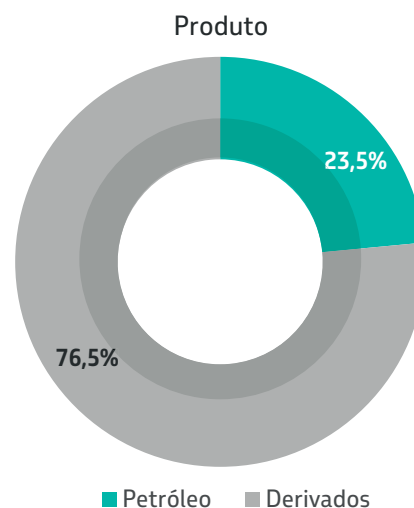
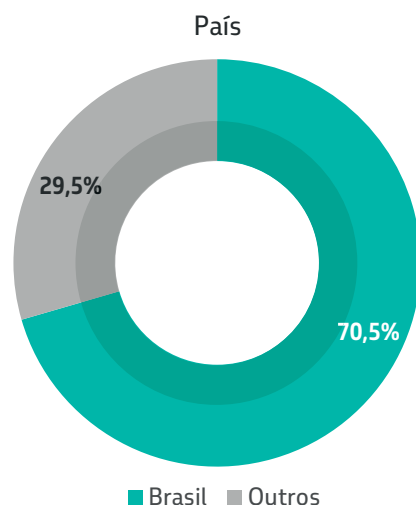


a) O volume total vazado foi retificado, em março de 2017, de 48,32 m³ para 51,9 m³ (o equivalente a cerca de 326 barris), devido ao resultado da investigação do vazamento ocorrido em 29/11/2016.

b) Média *peer group*: dados de volumes vazados extraídos de relatórios de sustentabilidade ou similares publicados pelas empresas que compõem o *peer group* da Petrobras. Até o fechamento deste relatório, não haviam sido divulgados todos os dados a respeito de volumes vazados pelas empresas *peer group* da Petrobras.

c) São computados os vazamentos de volumes superiores a um barril (0,159 m³) que atingiram o meio ambiente.

Características das Ocorrências por Volume de Vazamentos



Estamos, constantemente, aprimorando nossos padrões, procedimentos e planos de respostas a vazamentos, os quais se estruturam em níveis local, regional e corporativo. Para atuar de modo eficaz nesses tipos de emergência, dispomos de recursos distribuídos nos nossos Centros de Defesa Ambiental (CDAs) e bases avançadas, localizados em vários pontos do território nacional, além de nos Centros de Resposta a Emergência da Transpetro. Somos associados à Oil Spill Response Limited, organização com atuação em escala global especializada em prover e complementar recursos para a resposta eficaz a vazamentos de petróleo. Em 2016, realizamos 13 exercícios simulados de âmbito regional, incluindo treinamentos de resposta a vazamentos.



Resumo Financeiro

Evolução dos Principais Resultados Econômico-Financeiros

Em 2016, o nosso lucro bruto apresentou redução de 9% em relação a 2015, atingindo R\$ 89.978 milhões, em função da queda de 8% nas vendas de derivados no mercado doméstico, principalmente do diesel e do óleo combustível, e da menor geração de energia elétrica. Também contribuíram para esse resultado o menor volume de gás natural comercializado no mercado interno, a queda nos preços das exportações de petróleo e derivados e o aumento da depreciação devido à redução das estimativas dos volumes de reservas. Por outro lado, houve maiores margens de diesel e gasolina e menores gastos com importações e participações governamentais no Brasil. Voltamos a ter lucro operacional, que atingiu R\$ 17.111 milhões, revertendo o prejuízo registrado em 2015.

Esse resultado, entre outros fatores, reflete um menor reconhecimento de *impairment* em comparação com 2015. Contribuíram também para o resultado operacional a revisão de abandono de áreas de petróleo e gás ocorrida no terceiro trimestre de 2016, os ganhos apurados com vendas de ativos e menores gastos com devolução de campos. No entanto, o resultado foi afetado pelas maiores despesas com o novo PIDV, pela reclassificação de perdas com depreciação cambial em decorrência da venda da Petrobras Energía S.A. (Pesa) e pelos maiores gastos com ociosidade de sondas.

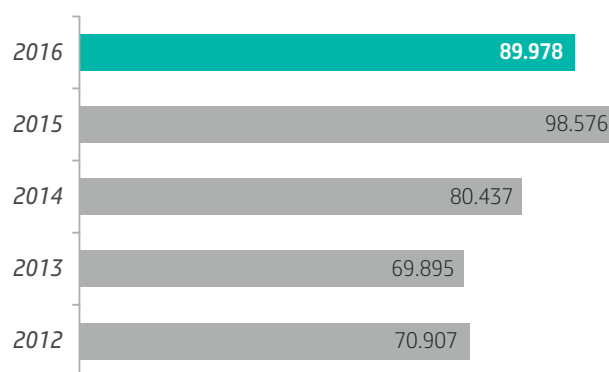
O Ebitda ajustado aumentou 16% em relação a 2015, somando R\$ 88.693 milhões, devido às maiores margens de diesel e gasolina e aos menores gastos com importações e participações governamentais. A margem Ebitda ajustada foi de 31% em 2016.

Já a despesa financeira líquida de R\$ 27.185 milhões foi inferior à de 2015 devido ao menor impacto negativo das variações monetárias e cambiais, enquanto as despesas com juros aumentaram em função da depreciação da cotação média do real frente ao dólar. Como resultado de nossas atividades, registramos prejuízo (acionistas Petrobras) de R\$ 14.824 milhões em 2016.

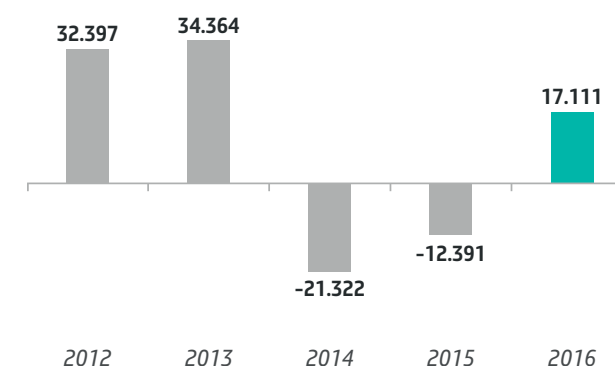
Lucro (Prejuízo) Líquido – Acionistas Petrobras (R\$ milhões)

2012	2013	2014	2015	2016
21.182	23.570	(21.587)	(34.836)	(14.824)

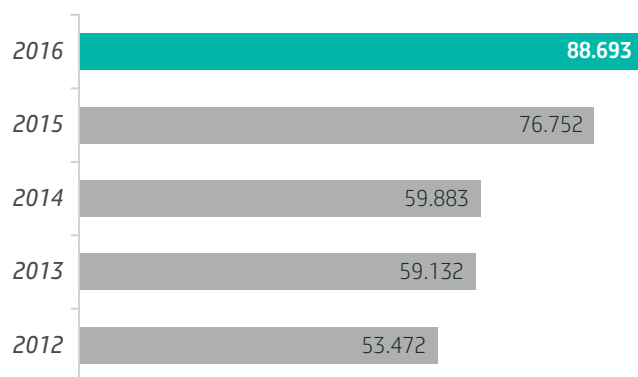
Lucro Bruto (R\$ milhões)



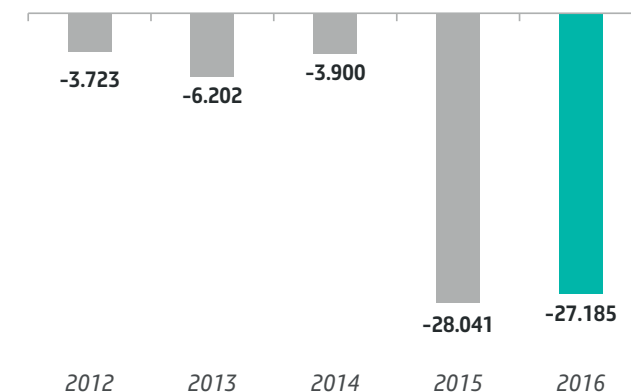
Lucro Operacional (R\$ milhões)



Ebitda ajustado (R\$ milhões)



Resultado Financeiro (em R\$ milhões)



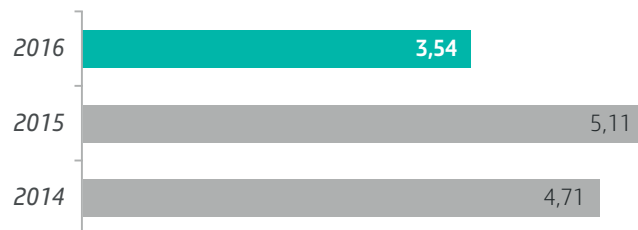
Fluxo de Caixa Livre

A maior geração operacional e a redução dos investimentos resultaram no fluxo de caixa livre positivo de R\$ 41.572 milhões, 2,6 vezes superior ao registrado em 2015. O maior fluxo de caixa livre e os desinvestimentos realizados, com entrada de caixa no valor de R\$ 7.231 milhões, contribuíram para a redução da alavancagem da companhia.

Dívida Líquida/Ebitda Ajustado

Com esses resultados, maior fluxo de caixa livre e os desinvestimentos realizados, a evolução da dívida líquida/Ebitda ajustado apresentou uma contribuição significativa para atingir uma das principais métricas do Plano de Negócios e Gestão 2017-2021, que é alcançar o indicador financeiro de 2,5 até 2018. A alavancagem reduziu de 5,11 em 2015 para 3,54 em 2016.

Dívida Líquida/Ebitda Ajustado



Desempenho das Nossas Ações

O início de 2016 foi impactado pelo aumento da aversão ao risco e pela queda do preço do petróleo. Ambos os fatores impactaram negativamente nossas ações. No decorrer do ano, entretanto, ocorreu uma mudança de trajetória, com diversos fatores influenciando positivamente o desempenho das ações.

Nesse contexto, o Ibovespa, principal índice da Bolsa, avançou 34% em relação ao ano anterior, enquanto o nosso valor de mercado atingiu R\$ 209 bilhões no fim de 2016, uma alta anual de 107%.

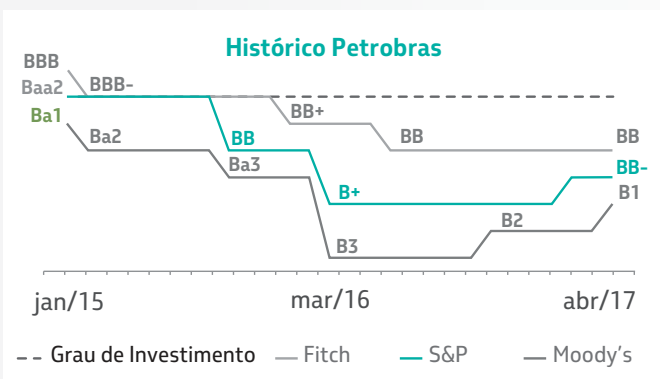
Acompanhando a queda do *rating* soberano e por questões específicas relativas às nossas atividades, as agências de classificação de risco rebaixaram o nosso *rating* corporativo: a Standard & Poor's de BB para B+; a Moody's de Ba3 para B3; a Fitch de BB+ para BB.

Fatores como as mudanças no marco regulatório brasileiro, a expectativa de melhor desempenho operacional a médio prazo e o fato de estarmos alcançando nossos objetivos de geração de caixa e venda de ativos influenciaram a Moody's, agência de classificação de risco de crédito, a decidir, no segundo semestre, elevar nosso *rating* para B2 e alterar a perspectiva de "negativa"



para “estável”, refletindo um menor risco de liquidez e melhora nos fundamentos da companhia. Em fevereiro de 2017, a Standard & Poor’s também elevou nosso *rating* de B+ para BB-, alternando nossa perspectiva de “negativa” para “estável”.

No mês de abril de 2017, a Moody’s elevou novamente nosso *rating* de B2 para B1, e a perspectiva foi alterada de estável para positiva. Em seu relatório, a Moody’s destacou a melhora contínua do perfil de liquidez e das nossas métricas financeiras nos dois últimos trimestres, devido, entre outros fatores, à nossa eficiência de custos e à nova política de preços.



Desempenho Operacional

Exploração e Produção

Produzimos, em média, 2,79 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boed) de petróleo e gás natural. Em dezembro, alcançamos a média de 2,94 milhões de boed. As atividades, no Brasil, foram responsáveis, respectivamente, por 96,4% e 84,9% da produção média anual de óleo e líquido de gás natural (LGN) e de gás natural da Petrobras.

Produção (mil boed)

Fluido

Óleo, LGN e condensado	2.224	79,7 %
Gás Natural	566	20,3%
Total	2.790	100%

Localidade

Brasil	2.629	94,2%
Outros países	161	5,8%
Total	2.790	100%

Recordes

Atingimos, em 2016, recorde anual da nossa produção média de petróleo no Brasil. A marca de 2.144.256 barris por dia (bpd) alinhou-se à meta prevista (2,145 milhões de bpd) e representou um aumento de 0,75% em relação ao resultado do ano anterior. A produção de gás natural sem liquefeito no país em 2016 totalizou 77 milhões de m³/dia. Considerando a produção de gás natural no Brasil e no exterior, atingimos 90,8 milhões de m³/dia.

Também registramos o recorde da média anual da produção operada na camada pré-sal. Foi 1,02 milhão de bpd, o que significa um crescimento de 33% em comparação com a produção de 2015. Destacamos o aumento da produção nos campos de Lula e de Sapinhoá (ambos localizados no pré-sal da Bacia de Santos) e no Parque das Baleias (Bacia de Campos). Também iniciamos a operação de três sistemas de produção, sendo dois no campo de Lula e um em Lapa, também no pré-sal na Bacia de Santos.

Outro recorde que obtivemos no ano foi o percentual de 96% de aproveitamento de gás, devido aos programas internos de melhoria da eficiência e otimização e à inclusão de diretrizes de projetos voltadas para a minimização da queima de gás em novos sistemas de produção.

Redução de Custo de Extração

Em 2016, nosso custo de extração médio, excluindo taxas governamentais, foi de 10,33 dólares por barril de óleo equivalente (boe), o que significou uma redução de 11% em relação ao custo médio de 11,67 dólares por boe extraído em 2015. Essa redução deve-se, principalmente, à diminuição das atividades de intervenção em poços na Bacia de Campos e à racionalização dos custos com transportes aéreo e marítimo, além do aumento da participação em campos do pré-sal, os quais apresentam custos de extração mais baixos.

Reservas

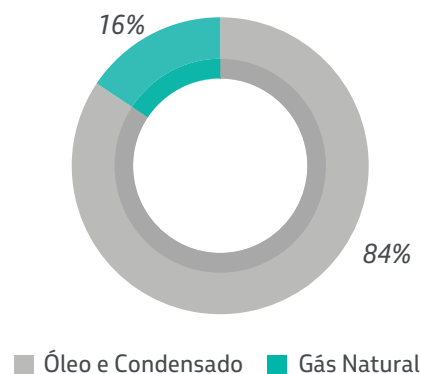
Registramos uma diminuição das nossas reservas provadas de óleo, condensado e gás natural. Segundo os critérios ANP/SPE, finalizamos 2016 com 12,514 bilhões de barris de óleo equivalente (boe), cerca de 5,8% a menos do que em 2015, sendo 98,2% localizadas no Brasil. O balanço relativo à variação de nossas reservas encontra-se na tabela a seguir:

Composição das Reservas Provasdas

Petrobras
(bilhão de boe)

a) Reservas Provasdas Dezembro/2015	13,279
b) Novas Descobertas e Novas Acumulações em 2016	0,110
c) Monetização de Reservas em 2016	-0,153
d) Revisões em 2016	0,203
e) Balanço de 2016 (b+c+d)	0,160
f) Produção do Ano de 2016	-0,925
g) Variação Anual (e+f)	-0,765
h) Reservas Provasdas Dezembro/2016 (a+g)	12,514

Reservas



A área de Exploração e Produção tem uma gestão de portfólio que busca maximizar o potencial de risco/retorno do conjunto através da análise do potencial de cada campo. As empresas parceiras absorvem parte das reservas de maior risco e menor retorno para nós, mas que, em função de escala, diferenças de portfólio, ou outro fator, são negócios interessantes para elas. É neste contexto que são definidas as parcerias e desinvestimentos neste segmento.

Nosso Índice de Reposição de Reservas (IRR) foi de 34%, desconsiderando os efeitos dos desinvestimentos realizados em 2016. Encerramos 2016 com o índice de desenvolvimento de nossas reservas provadas totalizando 50,1%. A relação entre o volume das reservas e a nossa produção é de 13,5 anos.

b) Inclui extensões que compreendem ampliações da área de reservas provadas por meio de perfuração de poços após a descoberta.

c) Desinvestimentos que representam a monetização antecipada das reservas.

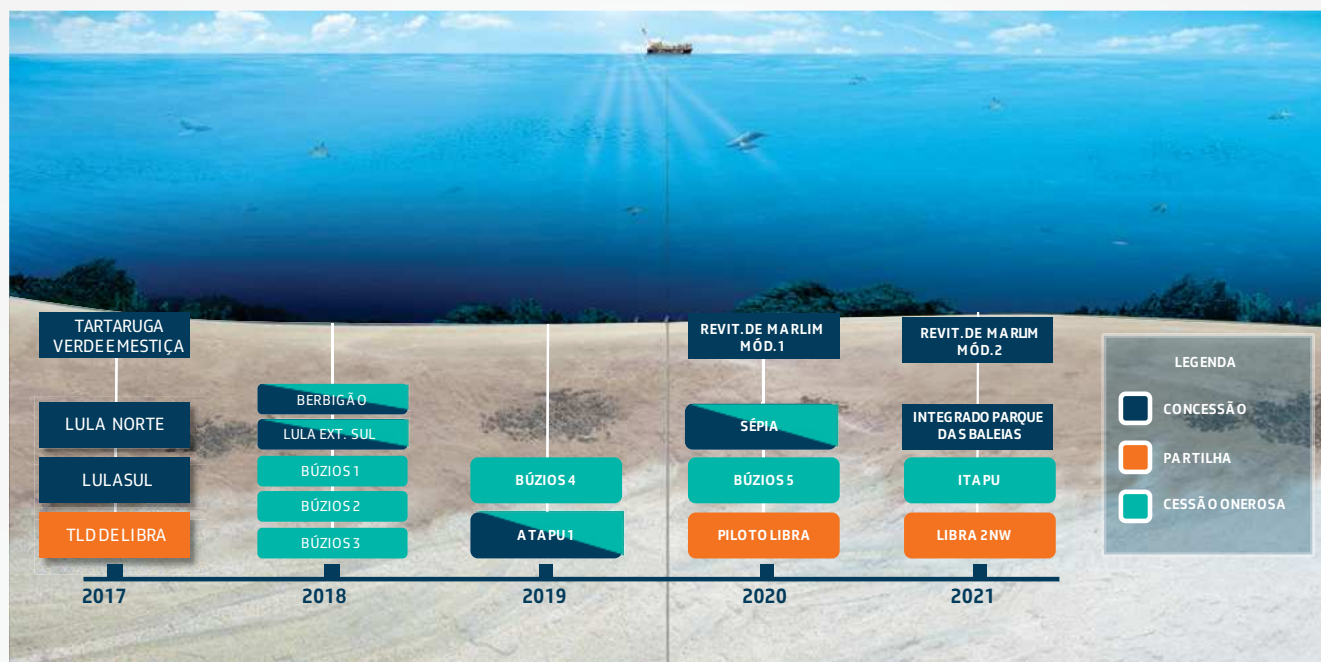
d) Revisões baseadas em critérios técnicos (ex: características de reservatórios) e econômicos.

Sistemas de Produção

Em 2016, foram instalados três sistemas na área do pré-sal.

Atualmente, temos dez grandes sistemas a serem instalados entre 2017 e 2019. Os campos de Lula e Búzios serão particularmente importantes para apoiar o crescimento da nossa produção. Apenas nesses dois campos serão instalados sete FPSOs (tipo de plataforma em forma de navio que produz, armazena petróleo e/ou gás natural e escoar a produção por navios).

Ano	Bacia	Campo	Unidade	Plataforma	Capacidade de Produção de Óleo (M bpd)	Capacidade de Processamento de Gás (MM m ³ /d)	Lâmina d'Água (m)
2016	Santos	Lapa	FPSO	Cidade de Caraguatatuba	100	5,0	2.140
2016	Santos	Lula Central	FPSO	Cidade de Saquarema	150	6,0	2.100
2016	Santos	Lula Alto	FPSO	Cidade de Maricá	150	6,0	2.100



Refino e Comercialização

Em 2016, processamos 1,945 milhão de bpd de petróleo e LGN em nossas refinarias, no Brasil e no exterior, resultando em, aproximadamente, 2,015 milhões de bpd de derivados. Nossas 13 refinarias no Brasil produziram 1,887 milhão de bpd de derivados. Do volume total, 92% do petróleo processado, em nossas refinarias no Brasil, foram provenientes de campos brasileiros.

Destacamos o recorde de produção do óleo diesel S-10 no Brasil, com 228 mil bpd (volume 13% superior ao de 2015). O combustível, reconhecido pelo baixo teor de enxofre (10 partes por milhão), contribui para a redução das emissões de gases poluentes pelos veículos.

Comercializamos 2,064 milhões bpd de derivados de petróleo no mercado interno, volume 8% menor do que o de 2015. A tabela ao lado apresenta o desempenho das vendas no mercado interno por produto derivado de petróleo.

Menores volumes comercializados de diesel se devem à menor atividade econômica e ao aumento expressivo da importação por terceiros. A gasolina apresentou queda de apenas 1% devido, principalmente, ao aumento do volume comercializado por importadores, centrais petroquímicas e refinarias particulares.

Vendas no Mercado Interno em mbpd

	2016	2015	Percentual (2016x2015)
Diesel	780	923	-15%
Gasolina	545	553	-1%
Óleo combustível	67	104	-36%
Nafta	151	133	14%
GLP	234	232	1%
QAV	101	110	-8%
Outros	186	179	4%
Total	2.064	2.234	-8%



Transporte e Logística

A área de dutos e terminais da Transpetro, nossa subsidiária, movimentou um total de 603,3 milhões de m³ de petróleo, derivados e biocombustíveis nos terminais e oleodutos em 2016.

A participação da Transpetro corresponde a 40% do total de carga transportada por via marítima em todo o Sistema Petrobras. Em 2016, a frota de navios da Transpetro movimentou 78,7 milhões de toneladas de petróleo e derivados, o equivalente a 551,8 milhões de bbl, ou 18,8% a mais que em 2015.

Em 2016, destacamos o recebimento de quatro navios previstos no Programa de Expansão e Modernização da Frota (Promef). Estão em construção 12 navios. Foram alienados dois navios da frota.

Em relação à segurança e à disponibilidade operacional da frota da Transpetro, não houve registro de vazamentos de óleo e derivados no ano de 2016 e o Índice de Disponibilidade Operacional (IDO), que mede as horas em que a embarcação esteve operando ou pronta para operar em relação ao total de horas de determinado período, atingiu 99,81%, número superior ao resultado de 2015.

Distribuição

A Petrobras Distribuidora, uma de nossas subsidiárias, respondeu em dezembro de 2016, por 31,1% do total de vendas do segmento de distribuição de combustíveis brasileiro.

Mantivemos a liderança no mercado de rede de postos, que tem como clientes: postos revendedores e franqueados,

os quais totalizam *market share* anual de 25,4% e volume comercializado na ordem de 24,0 milhões de m³.

Para o mercado de grandes consumidores, que corresponde à venda direta de combustíveis e lubrificantes para indústrias, governos, empresas de transporte, termoeletricas e Transportadores Revendedores Retalhistas (TRR), em todo o território nacional, atendemos 8.764 clientes, atingindo um *market share* de 44,8%, o que corresponde a um volume total de 11,8 milhões de m³ de produtos vendidos.

Para o Mercado de Aviação, em 2016, alcançamos um *market share* de 55,1%, com 3.751.422 mil m³ em vendas e com cerca de 3.000 clientes atendidos em todo o território nacional, envolvendo uma média de 62.750 operações de abastecimento de aeronaves por mês, numa rede de 108 aeroportos.

Gás e Energia

Fomos responsáveis pela geração de 2.252 megawatts médios (MWmed) de energia elétrica, 52% a menos do que em 2015, por conta de fatores como a melhora nas condições hidrológicas e a redução das atividades industriais e no setor de comércio, o que impactou a carga no Sistema Interligado Nacional.

A menor demanda termelétrica, em 2016, contribuiu, por sua vez, para a redução das vendas de gás natural, possibilitando a redução, em relação a 2015, nas importações de Gás Natural Liquefeito (GNL), em 65%, e de gás natural boliviano, em 12%.

Fornecemos, em 2016, a média de 74,64 milhões de m³/dia de gás natural para o mercado e o consumo interno da Petrobras. Da oferta total, 44,03 milhões de m³/dia foram provenientes da produção nacional, 3,84 milhões de m³/dia foram provenientes

de gás natural liquefeito regaseificado nos terminais de GNL em Pecém (CE), na Baía de Guanabara (RJ) e na Bahia, e 28,38 milhões de m³/dia foram importados da Bolívia.

Desse total, 1,63 milhão de m³/dia foi utilizado no sistema de transporte de gás natural.

Renováveis

Nossa produção de energia oriunda de fontes renováveis priorizou, em 2016, a geração de origem eólica (173,9 mil MWh), solar (1,9 mil MWh), de biomassa (1,4 mil MWh) e por meio de pequenas centrais hidrelétricas – PCHs (19,3 mil MWh).

Biocombustíveis

As unidades de Biodiesel de Candeias (BA), Montes Claros (MG) e Quixadá (CE) entregaram 295,6 mil m³ de biodiesel em 2016.

As unidades de Marialva (PR) e Passo Fundo (RS), com capacidade total de 425 mil m³/ano, pertencentes à BSBIOS, empresa na qual a Petrobras Biocombustível possui participação de 50%, entregaram 397,3 mil m³ de biodiesel em 2016.

No segmento de etanol, a Petrobras Biocombustível atuou por meio de três empresas investidas – Guarani (SP), Nova Fronteira (GO) e Bambuí (MG), tendo atingido a marca de 1,15 milhão de metros cúbicos de etanol produzidos em 2016. Na safra 2016/2017 essas empresas também disponibilizaram, à rede de distribuição de energia elétrica, um excedente de 1.435 GWh, suficiente para abastecer uma cidade de cerca de 720 mil habitantes durante um ano.

Distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo

A Liqueigás, uma das nossas subsidiárias, é líder no mercado de botijões de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) com até 13 kg – os mais utilizados em residências. Ocupa a terceira posição no mercado de distribuição de GLP a granel, é a segunda maior empresa do setor de GLP e é uma das maiores distribuidoras do Brasil, de acordo com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Em 2016, foram comercializados 1,6 milhão de toneladas de gás liquefeito de petróleo.

Fertilizantes

Em 2016, contabilizamos as produções recordes de 435 mil toneladas de amônia e 418 mil toneladas de ureia na fábrica da Bahia. No total, produzimos 1,1 milhão de toneladas de amônia (do qual 743 mil toneladas foram utilizadas na produção de ureia e 21 mil toneladas, na produção de sulfato de amônio) e 1,3 milhão de toneladas de ureia.

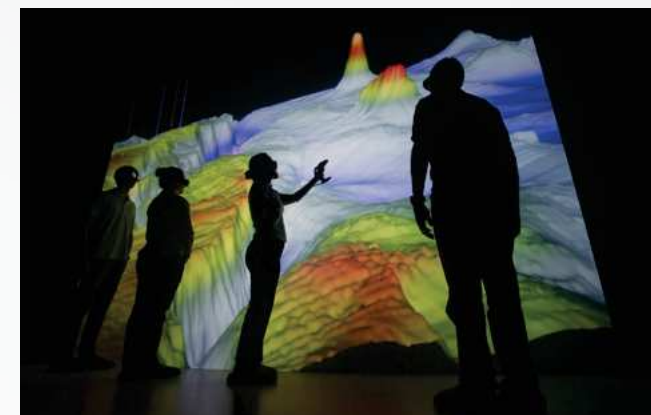
Descomissionamentos

Em setembro de 2016, concluímos a primeira fase da desativação do campo de Cação, no litoral do Espírito Santo, que será o nosso primeiro campo marítimo a ser totalmente desativado, mediante remoção de todas as estruturas. Realizamos o abandono definitivo dos seus 13 poços, a desmontagem das instalações de processo e o apoio nos conveses das plataformas fixas PCA-2 e PCA-3, tudo em conformidade com as exigências legais.

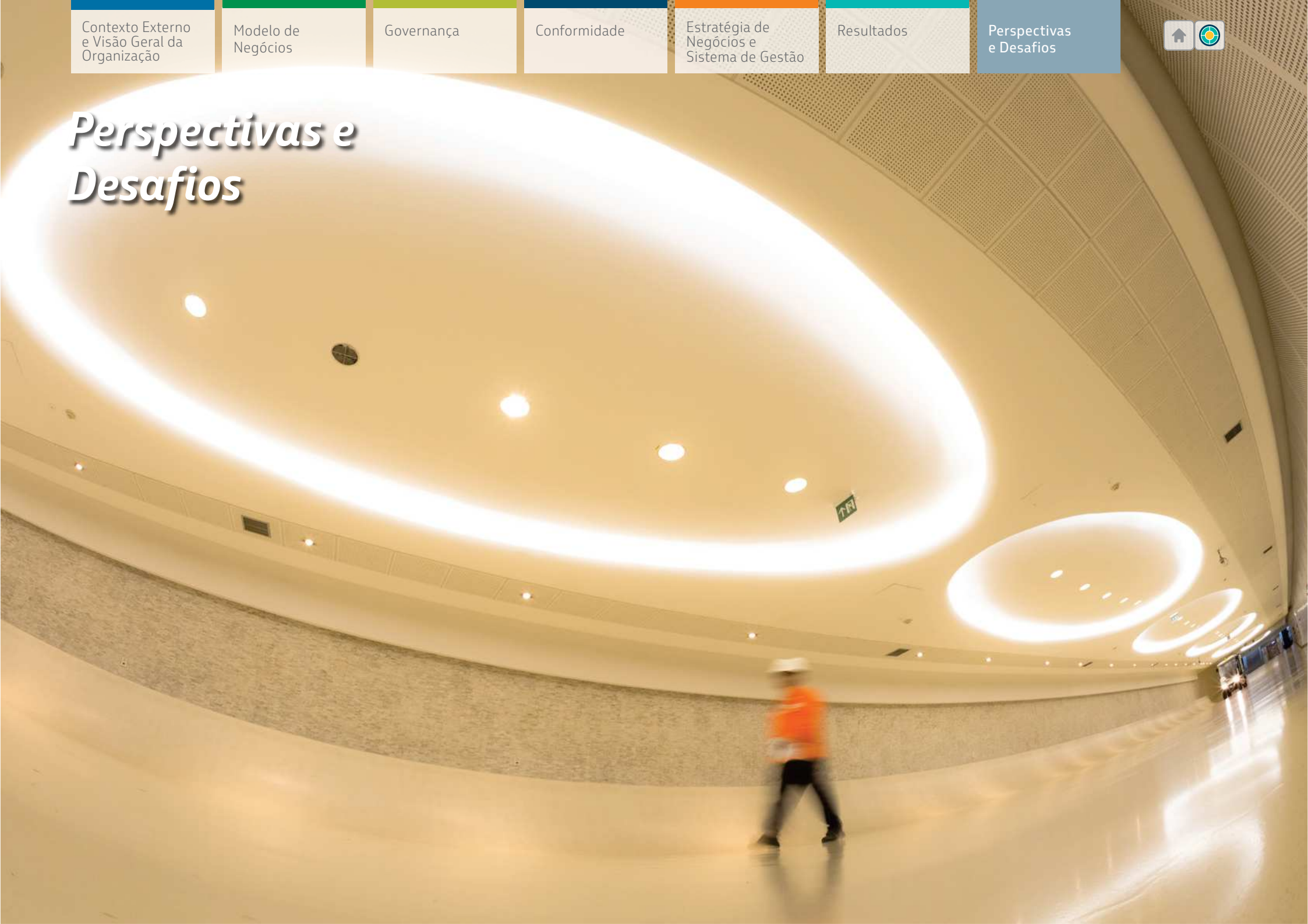
Alguns outros ativos em processo de descomissionamento são as plataformas P-07, P-12 e P-15, que já interromperam suas produções, além da P-33, que deve cessar a sua produção em 2017. Esses processos preveem operações como limpeza e desconexão

de dutos, abandono de poços e destinação das plataformas, atendendo aos regulamentos aplicáveis.

Também decidimos interromper a produção de biodiesel em nossa unidade de Quixadá (CE) devido a resultados econômicos insatisfatórios e à nossa estratégia de sair integralmente das atividades de produção de biocombustíveis. Em 2017, faremos a limpeza da unidade, daremos a devida destinação aos resíduos e, em seguida, promoveremos a hibernação do ativo, com aplicação de nitrogênio e materiais anticorrosivos. Assim, a usina ficará preservada para destinação futura.



Perspectivas e Desafios



Pesquisa e Desenvolvimento

Os projetos e investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) colaboram para a evolução dos nossos negócios e para o avanço tecnológico do setor de óleo e gás. Em 2016, foi investido em pesquisa e desenvolvimento um total de R\$ 1,8 bilhão, inferior em 9,78% quando comparado ao valor do ano anterior.

No ano de 2016, do total de investimentos, R\$ 548,5 milhões foram feitos por intermédio de parcerias com 90 universidades e institutos de pesquisa no Brasil e 21 no exterior. Nesse ano, depositamos 24 pedidos de patente no Brasil e 38 pedidos de patente no exterior.

No nosso Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (Cenpes), é organizado todo o relacionamento com a comunidade científica e acadêmica, cujos temas abrangem o segmento de óleo, gás e energia e a gestão de projetos de P&D.

Principais Linhas de Pesquisa de Ponta

O Cenpes possui diversas linhas de pesquisa, muitas em conjunto com universidades e institutos de pesquisas, em várias áreas do conhecimento ligadas a óleo, gás e energias renováveis. Algumas encontram-se na fronteira do conhecimento, chamadas linhas de pesquisa de ponta, as quais destacamos:

- *Riserless drilling* (perfuração sem riser): este projeto consiste no desenvolvimento de uma técnica de perfuração na qual o *riser* de perfuração é removido. Sendo assim, o tempo utilizado para manobrar tubulares ao longo de lâminas d'água profundas e ultraprofundas é eliminado do caminho crítico do processo de construção de poços marítimos, permitindo a realização de várias operações em paralelo.
- Perfuração a *laser*: na última década, ocorreram grandes avanços na tecnologia de *laser* de fibra ótica (*fiber laser*). O objetivo deste projeto é desenvolver um sistema de perfuração a laser de fibra ótica que combina uma broca com cortadores convencionais, o que fragiliza a rocha antes que esses cortadores a atinjam. Estima-se que, com este sistema, seja possível ao menos dobrar a taxa de penetração, possibilitando a redução dos custos dos poços, principalmente no pré-sal.
- Processo de absorção de CO₂ com solventes bifásicos visando à captura de CO₂ tanto dos gases de exaustão quanto do gás natural: tecnologia com potencial para promover aumento de eficiência energética do processo e para redução do tamanho e do peso das unidades de captura de CO₂.
- Processo de captura de CO₂ em gases exaustos por intermédio de soluções aquosas de líquidos iônicos: entre os diferenciais tecnológicos que se destacam temos a economia de energia em comparação com processos industriais atualmente em operação.
- Sistema de autoaprendizado na geofísica, com pesquisas voltadas para integração de rocha/perfil/sísmica: propiciar suporte à interpretação de atributos sísmicos para a avaliação de prospectos, caracterização de reservatórios e auxílio na classificação automática da qualidade sísmica, importantes para o processamento e a gestão de dados sísmicos.
- HPC (computação de alto desempenho) para simulação de reservatórios e simulação geológica: visa a reduzir o tempo de simulação dos modelos de reservatórios, viabilizando o uso de modelos mais complexos e representativos.
- Produção de materiais avançados de carbono utilizando correntes residuais do refino: projeto conduzido em parceria com o Centro Tecnológico do Exército (CTEx), desde 2003, tem alcançado êxitos no desenvolvimento de tecnologias para a produção de diferentes materiais de carbono.

Tecnologias e Ganhos

Algumas das principais soluções tecnológicas e resultados em 2016:

- otimização do sistema de ancoragem das plataformas P-67, P-68, P-69, P-70, P-74, P-75, P-76 e P-77, reduzindo a necessidade de 30 linhas de ancoragem previstas nos projetos originais, o que nos possibilitou a economia potencial de R\$ 470 milhões, referentes à redução de custos de material e de instalação.
- desenvolvimento e utilização do software PWDa (Pressure While Drilling Analyzer), que recebe informações de perfuração de poços em tempo real, identifica situações de risco e alerta para a ocorrência de problemas operacionais. Sua utilização possibilitou a redução do tempo de uso de sonda em 18 dias, gerando uma economia de R\$ 34,4 milhões no ano.
- desenvolvimento e utilização da ferramenta ENDFlex, para definição de novos prazos de inspeção de dutos,

risers e umbilicais submarinos.

O *software* utiliza critérios técnicos baseados em classificação de risco e histórico e consequência de falhas em campo. Na Unidade Operacional da Bacia de Campos, com a aplicação dos novos prazos de inspeção, a redução de custo potencial é de R\$ 120 milhões, graças à redução da frota de embarcações.

- estabelecimento de novas recomendações para o procedimento de abertura de poço produtor no campo de Marlim, tendo em vista ensaios de laboratório e simulações numéricas, o que permitiu o aumento gradual da vazão, evitando perdas de produção e gerando receita adicional de R\$ 125 milhões no ano.

para produção de bioQAV. Além disso, foram realizados testes de coprocessamento de bioóleo em FCC em escala de demonstração, uma rota para inserção de carbono renovável na gasolina e no diesel. Avanços também foram alcançados no desenvolvimento de biolubrificantes para aplicações em sistemas de navios. Os biolubrificantes produzidos atenderam às especificações de fabricantes de equipamentos consolidados no mercado.

Investimento em Pesquisas de Energias Renováveis e Biocombustíveis

TIPO DE ENERGIA	R\$ MILHÕES
Biocombustíveis avançados	8,19
Biocombustíveis de primeira geração	3,69
Bioproductos	2,55
Energia de resíduos	5,44
Energia hidrelétrica	0,99
Energia termelétrica	0,82
Solar	5,01
Energias alternativas	0,17
Eólica	1,56
Veículos elétricos e híbridos	0,46
Total	28,9

Pesquisa e Desenvolvimento em Energias Renováveis

Investimos R\$ 28,9 milhões em pesquisa e desenvolvimento para a produção de energia renovável em 2016.

Biocombustíveis

Em 2016, o desenvolvimento de processos de produção de biocombustíveis foi continuado e teve foco na redução de

custos. Processos de produção de etanol celulósico (2G), biodiesel, bioQAV, gasolina e diesel renováveis apresentaram avanços. Na área de etanol celulósico, foram desenvolvidos estudos para a redução de custos de operação, mediante a redução do uso de insumos. Além disso, tivemos participação na elaboração da norma brasileira de caracterização de bagaço de cana. Na tecnologia de biodiesel, houve avanço no desenvolvimento de processos que permitem a conversão de cargas de menor valor e uso não alimentício. Novos catalisadores de desempenho superior foram desenvolvidos



Entre as tecnologias disponibilizadas pelo Cenpes, em 2016, podemos destacar algumas com impacto em melhorias em saúde, segurança, integridade e meio ambiente:

- instalação de simulador de controle de Unidade Estacionária de Produção e planta de compressão virtual dinâmica, o que possibilita melhorias e correções nas configurações de controle, bem como ajustes para novos cenários de operação, reduzindo os riscos envolvidos e otimizando a operação, a partida e a parada de compressores. O uso desse simulador evitou 23 paradas não programadas na P-43, representando um ganho de aproximadamente R\$ 2,5 milhões.
- desenvolvimento do PIG palito multi-size, ferramenta para inspeção interna de dutos de produção de petróleo e gás, utilizado com sucesso em campos da Unidade Operacional do Espírito Santo (UO-ES) e da Unidade Operacional da Bacia de Santos (UO-BS). O diferencial da ferramenta é a perfilagem da corrosão interna dos dutos ao longo dos diferentes diâmetros existentes em sua extensão. Além da contribuição dada à indústria do petróleo, essa tecnologia, agora disponível para a Petrobras, tem nos ajudado na otimização das inspeções para a garantia da integridade de equipamentos e na redução de custos decorrentes da minimização da frequência das inspeções que se fazem necessárias. Para o futuro, há previsão de aplicações na Unidade Operacional do Rio de Janeiro (UO-RIO) e em dutos instalados no pré-sal da Bacia de Santos.
- desenvolvimento do diesel de primeiro enchimento, o qual garante proteção aos veículos novos que ficam estocados no pátio das montadoras por um período de até 180 dias antes da venda. O produto reduz a ocorrência de reações de oxidação e minimiza a formação de depósitos no sistema de injeção, reduzindo o desgaste de peças e diminuindo a exposição humana ao produto degradado. A redução de descarte de combustível e de peças desgastadas traz ganho ambiental significativo e atende às especificações do combustível e aos requisitos ambientais e logísticos.
- aplicação de nova tecnologia de catalisadores em uma das duas unidades de craqueamento catalítico da Refinaria de Paulínia (Replan), em São Paulo, o que, em conjunto com outras iniciativas, possibilitou a redução das emissões de material particulado em 22%. Sua utilização proporcionou um aumento da conversão de frações pesadas para a produção de diesel e gasolina, com ganho estimado de R\$ 35 milhões anuais, além de antecipar o atendimento à resolução Conama 436, que estabelece os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas instaladas ou com pedido de licença de instalação anteriores a 2 de janeiro de 2007 e sem investimento de capital relevante.

Gestão de Fornecedores

A gestão de fornecedores de bens e serviços com foco em valor é uma das estratégias contidas no nosso Plano Estratégico e no nosso Plano de Negócios e Gestão 2017-2021. Neste capítulo, serão abordadas informações sobre a nossa gestão de fornecedores, bem como das nossas subsidiárias Petrobras Distribuidora, Petrobras Biocombustível e Transpetro.

A Cadeia de Fornecedores

Os nossos fornecedores podem ser divididos em dois grandes grupos: “atividade meio” e “atividade fim”. O grupo voltado para a “atividade fim” permite caracterizar melhor quem atende ao negócio. De forma geral, os mais relevantes, são os seguintes:

Petrobras

Afretamento de plataformas de produção, afretamento de sondas, serviços de poços, engenharia, aquisição, construção e instalação (Engineering, Procurement, Construction and Installation - EPCI), operações submarinas, linhas flexíveis, válvulas, tubos, afretamento aéreo, afretamento de navios e embarcações especiais, produtos químicos e catalisadores, serviços de geofísica, engenharia, aquisição e construção (Engineering, Procurement and Construction - EPC) e manutenção de equipamentos.

Petrobras Distribuidora

Aquisição de combustíveis e biocombustíveis. Aditivos, óleos básicos, embalagens, insumos de produção e prestadores de serviços correlatos à área industrial da Petrobras Distribuidora. Adicionalmente, na parte de Transporte:

serviços de transporte rodoviário, cabotagem, fluvial e rodo-fluvial, utilizados na movimentação dos combustíveis e lubrificantes distribuídos pela Petrobras Distribuidora.

Petrobras Biocombustível

Óleos vegetais (soja, algodão, palma e OGR – óleos e gorduras residuais), gorduras animais (bovinos, suínos e aves), além de metanol.

Transpetro

Serviços operacionais de apoio, como os de inspeção e manutenção, ou complementares, como os de transporte.

Em 2016, a Petrobras *holding* transacionou com 12,6 mil fornecedores. Deste total, em torno de 10 mil fornecedores tiveram contratos e pedidos avulsos firmados no ano e os 2,6 mil restantes tinham contratos vigentes celebrados em anos anteriores. Em 2015 o número de fornecedores com os quais transacionamos foi de 16,3 mil.

Considerando Petrobras *holding*, Petrobras Biocombustível, Petrobras Distribuidora e Transpetro, o montante de transações foi de R\$ 99,2 bilhões, por meio de

aproximadamente 8,5 mil novos contratos e 237,9 mil novos pedidos avulsos, assim distribuídos:

Volume Comercializado

EMPRESA	NÚMERO DE FORNECEDORES COM COMPROMISSOS CELEBRADOS EM 2016	CONTRATOS CELEBRADOS EM 2016	PEDIDOS AVULSOS CELEBRADOS EM 2016	MONTANTE DE TRANSAÇÕES R\$
Petrobras <i>holding</i>	10 mil	2,8 mil	90 mil	65,5 bilhões
Petrobras Biocombustível	1,3 mil	571	2,8 mil	1,04 bilhão
Petrobras Distribuidora	13,8 mil	4,8 mil	92,8 mil	30,5 bilhões
Transpetro	4 mil	409	52,3 mil	2,2 bilhões

a) O número de fornecedores não pode ser somado pela possibilidade de um mesmo fornecedor ter transacionado com mais de uma das empresas listadas.

b) No caso da Petrobras Biocombustível, inclui fornecedores pessoas jurídicas e pessoas físicas (agricultura familiar).

c) Existem outras empresas no Sistema Petrobras que não estão contempladas nos dados relatados.

Perfil das Nossas Contratações

EMPRESA	% FORNECEDORES COM NEGÓCIOS ATÉ R\$ 100 MIL	% FORNECEDORES COM NEGÓCIOS ENTRE R\$ 100 MIL E R\$ 1 MILHÃO	% FORNECEDORES COM NEGÓCIOS ENTRE R\$ 1 MILHÃO E R\$ 100 MILHÕES	% FORNECEDORES COM NEGÓCIOS SUPERIORES A R\$ 100 MILHÕES
Petrobras <i>holding</i>	69%	18%	12%	1%
Petrobras Biocombustível	91%	4%	5%	0,1%
Petrobras Distribuidora	89%	5%	5%	1%
Transpetro	80%	15%	5%	0,1%



Cadastro e Exigências de Fornecedores

As empresas Petrobras, Transpetro e Petrobras Biocombustível utilizam um cadastro único sob gestão da *holding*. A Petrobras Distribuidora possui um cadastro próprio de fornecedores. Os sites da Petrobras e da Petrobras Distribuidora na internet disponibilizam meios para os fornecedores informarem seus dados e itens de interesse. Também é comum aos dois cadastros a existência de requisitos técnicos, econômicos e legais, além de requisitos de integridade e de segurança, meio ambiente e saúde (SMS), este último específico para fornecedores de serviços. Os cadastros servem de base para a seleção de fornecedores em licitações e contratações. Os critérios de avaliação disponibilizados variam de acordo com a criticidade dos itens de fornecimento e o tipo de fornecedor.

Segurança, Meio Ambiente e Saúde

As empresas devem apresentar evidências e certificações relacionadas ao cumprimento de normas de segurança, meio ambiente e saúde, como também declarar que atendem a todos os requisitos, leis e portarias deste tema.

Para garantir a adequada aplicação de regras para cada tipo de serviço, é utilizada a Matriz de Risco e Categorização de Escopo, a qual estabelece o grau de risco em cada tipo de serviço nas dimensões segurança, meio ambiente e saúde (SMS).

A matriz relaciona a gravidade e a probabilidade de ocorrência de eventos relacionados aos seguintes seis temas: saúde e segurança da comunidade, segurança da força de trabalho, saúde da força de trabalho, meio ambiente (derramamento

de líquidos, emissões gasosas e resíduos sólidos), impacto legal e atenção com a imagem da empresa.

Crítérios ambientais foram utilizados em 66% dos novos compromissos formalizados pela Petrobras *holding* em 2016.

Responsabilidade Social

Na fase de entrada no cadastro, todos os fornecedores devem declarar-se de acordo com o cumprimento do Termo de Responsabilidade Social. Este termo contempla os seguintes temas relacionados a práticas trabalhistas e direitos humanos: proibição ao trabalho infantil e ao trabalho forçado (análogo ao escravo ou em condições degradantes), liberdade de associação e negociação coletiva, coibição à discriminação de gênero, raça, religião, orientação sexual, dentre outros. Também é previsto nos instrumentos contratuais que as empresas fornecedoras devem respeitar as disposições contidas na Política de Responsabilidade Social da Petrobras.

Nos novos compromissos formalizados em 2016, 100% consideraram critérios relacionados a práticas trabalhistas e 66%, na Petrobras *holding*, consideraram critérios relacionados a direitos humanos.

Integridade

Nos novos compromissos da Petrobras *holding*, 100% dos 10 mil fornecedores são orientados sobre as políticas e os procedimentos de combate à corrupção na organização, por meio do Código de Ética e do Guia de Conduta, que são citados nos instrumentos contratuais, bem como publicados no Canal Fornecedor da Petrobras.

Nesses documentos, está disposto que o processo de seleção e contratação de fornecedores está fundamentado em critérios estritamente legais e técnicos de qualidade, custo e pontualidade, além de exigir do fornecedor um perfil ético em suas práticas de gestão e de responsabilidade social e ambiental, recusando práticas de concorrência desleal e outras contrárias aos princípios dos documentos, inclusive na cadeia produtiva de tais fornecedores.

Em 2015, tornamos mais rigorosa a gestão de fornecedores para aumentar a segurança nas contratações de bens e serviços, objetivando mitigar os riscos de fraude e corrupção, sobretudo aqueles referentes à integridade de terceiros, (procedimento conhecido como *Due Diligence* de Integridade – DDI), que representem desvios de conduta ou atos lesivos à administração pública. Desta forma, para fazer parte do Cadastro da Petrobras, as empresas devem prestar informações detalhadas sobre o seu perfil, estrutura de negócios, histórico, relacionamento com terceiros e mecanismos de *compliance* (conformidade). Aproximadamente 1.500 empresas foram submetidas, em 2015, ao DDI e tiveram seu Grau de Risco de Integridade (GRI) classificado como alto, médio ou baixo. Já em 2016, concluímos o processo de *Due Diligence* de Integridade (DDI) no que se refere a 9.532 empresas. Essas avaliações são utilizadas como base para o processo de seleção de empresas em licitações e contratações.

Impactos na Cadeia de Fornecedores

A Petrobras *holding* avalia fornecedores em critérios ambientais durante a inscrição e a renovação cadastral, como também na execução dos contratos de prestação de serviços. Na Petrobras Distribuidora, em 2016, contava-se com 229 transportadores auditados em auditorias periódicas de Qualidade, Saúde, Meio Ambiente e Segurança (QSMS).

Ao serem constatadas não conformidades, após o cadastramento do Comunicado de Ocorrência de Divergência (COD) em sistema, o fornecedor se torna obrigado a realizar um plano de melhoria da divergência apontada, negociado com o fiscal do contrato.

Nenhuma empresa entrou na lista de empresas impedidas de contratar por questões ambientais em 2016.

Em termos de impactos negativos em práticas trabalhistas, seis empresas foram confirmadas, em 2016, como tendo apresentado ocorrências consideradas de alta gravidade. Já em termos de impactos negativos na sociedade, sete empresas, em 2016, tiveram confirmadas ocorrências de alta gravidade (motivos de inidoneidade). Por essas razões, os respectivos fornecedores tiveram relações encerradas com a Petrobras, havendo impedimento de contratação por determinado tempo e sendo incluídos na Lista de Empresas Impedidas de Contratar publicada no site da Petrobras.

A Petrobras Biocombustível, nossa subsidiária, está atenta ao risco do uso de mão de obra infantil por fornecedores na agricultura familiar. Cabe ressaltar que jamais foi identificado qualquer caso. Todos os contratos firmados, a partir de 2015, para aquisição de matéria-prima dessa origem possuem cláusula de não utilização de mão de obra infantil.

A Petrobras disponibiliza, por intermédio da empresa Contato Seguro, para a sua força de trabalho e públicos de interesse, o Canal de Denúncia, sob gestão da Ouvidoria Geral, pelo qual podem ser relatados quaisquer desvios, inclusive violações ao exercício da liberdade de associação e da negociação coletiva, dentre outras questões relacionadas

a práticas trabalhistas e direitos humanos. As demandas são investigadas e, conforme os resultados da apuração das investigações, a nossa Área de Suprimento de Bens e Serviços (SBS) é alertada para mitigar riscos em novas contratações. Se houver descumprimento de cláusulas contratuais, o gerente do contrato é acessado para tomar medidas cabíveis.

Implementação do Índice de Desempenho de Fornecedores (IDF)

Implementamos, em outubro de 2016, um novo método de avaliação de desempenho de fornecedores de bens e serviços, o Índice de Desempenho de Fornecedores (IDF), em substituição ao Boletim de Avaliação de Desempenho (BAD), que será gradualmente descontinuado. Todos os contratos registrados a partir dessa data já são avaliados pela nova

sistemática. Foram geradas mais de mil avaliações conforme nova metodologia até o 1º trimestre de 2017.

A mudança tem como finalidade proporcionar um processo de avaliação de desempenho mais simples, objetivo e eficaz para apoiar a implantação de um sistema de consequências padronizado para toda a Companhia, sendo também utilizado como critério na seleção de fornecedores.

Macrocritérios de Avaliação do IDF

SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E SAÚDE	GESTÃO	QUALIDADE	PRAZO
Anomalias e incidentes	Aspectos administrativos e recursos humanos	Conformidade com o escopo contratual	Pontualidade
Taxas de Acidentados Registráveis (TAR)	Planejamento e produtividade	Efetividade na execução do objeto contratual	Flexibilidade
Normas regulamentadoras e questões ambientais	-	-	-

Status de Ocorrência do Fornecedor (SOF)

Implantamos, no Portal do Cadastro de Fornecedores, o Status de Ocorrência do Fornecedor (SOF), que tem como objetivo sinalizar ocorrências recentes observadas pela fiscalização e investigadas por área especialista no assunto. Inicialmente, os tipos de ocorrência são as seguintes:

TIPO DE OCORRÊNCIA

Descumprimento de obrigações tributárias e/ou fiscais

Abandono definitivo de contrato pelo fornecedor

Descumprimento de obrigações previdenciárias e/ou trabalhistas

Uso de mão de obra infantil ou análoga à escrava

Acidente fatal

O SOF impacta a seleção de fornecedores, sinalizando riscos à contratação. Fornecedores sem ocorrência terão status verde no cadastro. Ocorrências de gravidade mediana e alta enquadrarão os fornecedores nos status amarelo e vermelho respectivamente, representando restrições à seleção.

Em caso de contratos em vigência, será analisada a necessidade de providências a serem tomadas, como, por exemplo, a abertura de uma Comissão para Análise e Aplicação de Sanções (CAASE), para avaliar as ocorrências dos tipos “uso de mão de obra infantil ou análoga à escrava” e “acidentes fatais”.

Aplicação de Sanções

Ao longo de 2016, conduzimos 256 processos passíveis de sanção por meio da CAASE, cujos fatos de apuração abarcaram suspeitas de fraude, descumprimento de obrigação contratual, danos ambientais, entre outras não conformidades praticadas por fornecedores. Ainda em 2016, estavam vigentes 150 sanções aplicadas a fornecedores, sendo que, também nesse período, 24 empresas foram incluídas na Lista de Empresas Impedidas de Contratar, em razão de terem sofrido a aplicação, pela Petrobras, de sanção administrativa.

Centralização da Área de Suprimentos

Em 2016, em virtude da revisão da nossa estrutura organizacional, que contempla um novo modelo de gestão e governança, foram centralizadas, parcialmente, as aquisições de bens e serviços da companhia, considerando limites pré-estabelecidos, tendo como principais objetivos:

- otimizar a nossa geração de caixa por meio de melhor eficiência das contratações a partir do estabelecimento de estratégias adequadas, utilizando uma base saudável de fornecedores, e da condução competente dos processos de licitação.
- conferir, à nova estrutura, uma cultura calcada na integração e alinhada às necessidades do negócio que valorize o mérito e a ação conforme.

Nossa área de suprimentos possui iniciativas estratégicas que contemplam ações para a recuperação do nosso caixa, mediante renegociação de contratos, redução das compras

e dos estoques disponíveis; mapeamento e redesenho dos processos, buscando simplificação e eliminação de gargalos; padronização de documentos e sistemas, a fim de que os processos se tornem mais céleres e com baixo risco de conformidade. Também está prevista como iniciativa um programa de capacitação da força de trabalho chamado de Academia de Suprimentos, que terá como objetivo a formação de um “time” capaz de orquestrar o processo integrado de suprimento em suas diversas disciplinas.

Monitoramento do Mercado e Planejamento de Aquisições

Entre as atribuições da área de suprimentos está o monitoramento constante do mercado, visando a acompanhar tendências tecnológicas, fusões e aquisições, índices de preços, bem como a analisar os *players* e a capacidade de atendimento ao mercado fornecedor, seja nacional ou internacional. Esta atividade possibilita identificar a necessidade de desenvolvimento de novos fornecedores para mercados com baixa competitividade. Adicionalmente, este monitoramento contínuo pode indicar a necessidade de qualificação e cadastramento de fornecedores que já atuam no mercado, mas ainda não fornecem para a companhia, potencializando o aumento de competitividade nos processos de contratação.

Em relação ao planejamento das aquisições, foi implantado, na estrutura de suprimentos, o conceito de gestão de categoria, que contempla, na elaboração dos Planos de Suprimentos de longo prazo e Estratégias de Contratação para bens e serviços priorizados, conceitos como Custo Total de Propriedade (TCO), Alinhamento



de Incentivos, aprimoramento de termos contratuais e especificações técnicas, por exemplo. Essas estratégias são definidas tomando como guia os requisitos do nosso Plano de Negócios e Gestão e respectivas metas.

Melhorias no Cadastro Corporativo de Fornecedores

Em 2016, concluímos também a revisão de todas as famílias de materiais e serviços do Cadastro Corporativo de Fornecedores, resultado do Programa de Melhorias na Gestão da Base de Fornecedores (PGBF). O principal direcionador desse trabalho é a redução da subjetividade dos requisitos cadastrais, tornando mais simples o preenchimento das informações por parte dos fornecedores. Além disso, as novas famílias contam com um maior nível de detalhes sobre o escopo de fornecimento de cada empresa, reduzindo o número de declínios de fornecedores pelo fato de o material ou o serviço contratado não fazer parte da linha de fornecimento das empresas. Essas melhorias resultarão em maior competitividade, que serão monitoradas pelo número de propostas válidas por processo de contratação.

Adequação ao Disposto na Lei nº 13.303/16

Em agosto de 2016, foi promulgada a Lei 13.303, conhecida como Lei das Estatais, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Entre as principais alterações trazidas pela Lei 13.303, destaca-se o fato de que as empresas de economia mista não vão mais utilizar as modalidades de licitação previstas na Lei 8.666/93 ou

no Decreto 2.745/98 (convite, concorrência, tomada de preços, concurso e leilão), mas sim os procedimentos previstos na nova lei, como, por exemplo, a utilização preferencial da modalidade pregão para a aquisição de bens e de serviços comuns.

Pretendemos realizar todas as adaptações necessárias ao pleno cumprimento da Lei 13.303/16 no prazo de 24 (vinte e quatro meses) estabelecido no art. 91 da Lei das Estatais.

Relacionamento com Públicos de Interesse

Nossos Públicos de Interesse

O compromisso com nossos *stakeholders*, denominados na companhia como públicos de interesse, está afirmado em nosso Plano Estratégico e, também, em documentos internos, como a Política de Comunicação, a Política de Responsabilidade Social, os padrões de relacionamento, o Estatuto da Petrobras e a Visão Corporativa, além da Lei das Sociedades por Ações. Mantemos diferentes canais digitais com ambientes específicos para o relacionamento com os nossos públicos de interesse. Por meio desses ambientes, fornecemos serviços e mantemos os públicos informados sobre a nossa atuação.

Contamos com um banco de dados com nossos públicos de interesse para ações de relacionamento em nível corporativo. Temos avançado na integração do banco de dados de relacionamento corporativo com a incorporação de novas bases de dados de unidades locais, melhoria dos dados já captados

e novas regras de análise e segmentação. Contamos com uma base de 451.012 pessoas e 162.326 instituições que se cadastraram ou mantém relacionamento com a Petrobras.

Disponibilizamos, no nosso [site](#), as informações divulgadas ao mercado, a acionistas e a órgãos reguladores. Realizamos relacionamento com os nossos demais públicos de interesse pelo Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), de acordo com a Lei 12.527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação) – prestando atendimento por meio do nosso Portal da Transparência e de balcões de atendimento distribuídos em nossas unidades – e também pelo Canal de Denúncia Petrobras, canal único, independente, implantado em novembro de 2015.

Mantemos relacionamento com as comunidades nos locais onde atuamos. Inclusive, nossa alta administração, que também se relaciona com os nossos públicos de interesse, pode, eventualmente, efetuar comunicados e apresentações ao público em geral. A alta administração e a Auditoria Interna recebem relatórios periódicos dos nossos canais de transparência e diálogo. Além disso, a alta administração também recebe relatórios de monitoramentos e de pesquisas de imagem e reputação corporativa realizadas junto a nossos públicos de interesse.

Classificamos nossos públicos de interesse como os grupos de indivíduos e/ou organizações que possuem questões e/ou necessidades comuns de caráter social, político, econômico, ambiental ou cultural e que estabelecem ou podem estabelecer relações conosco e são capazes de influenciar – ou ser influenciados por – atividades, negócios e/ou nossa reputação.



Nós nos relacionamos com as seguintes categorias de públicos de interesse:

- clientes
- comunidade científica e acadêmica
- comunidades
- concorrentes
- consumidores
- fornecedores
- imprensa
- investidores
- organizações da sociedade civil
- parceiros
- poder público
- público interno
- revendedores

Relacionamento com Investidores

As deliberações dos acionistas são realizadas nas assembleias que ocorrem ao longo do ano. Ao todo, em 2016, ocorreram três assembleias extraordinárias e uma ordinária. Interagimos com investidores e analistas, por meio de reuniões formais, palestras, seminários, conferências e *webcasts*. Elaboramos relatórios e publicações como instrumentos de prestação de informações. Entre as obrigações legais está a divulgação do Form 20F, relatório anual arquivado na Securities and Exchange Commission (SEC), e o Formulário de Referência, exigido pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A divulgação dos resultados trimestrais é feita por meio de conferências telefônicas/*webcasts* para investidores e analistas, entrevistas coletivas para a imprensa e programas na TV

corporativa para nossa força de trabalho. Estivemos presentes em seminários realizados pela Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec) e participamos de conferências com investidores institucionais na América Latina, nos Estados Unidos, na Europa e na Ásia.

Apresentamos essas informações em nosso site dedicado a esse público, ambiente que inclui cotações, comunicados e fatos relevantes, resultados financeiros e calendário de eventos, entre outros dados. Os tópicos de interesse envolvem transparência e ética profissional, reputação corporativa, resultados econômicos e financeiros, informes anuais sobre o desempenho do negócio e relações comerciais.

Informações que podem afetar a decisão de investimento são divulgadas tempestivamente por meio de Fato Relevante ou Comunicado ao Mercado, seguindo as regras da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&F Bovespa) no Brasil e da Securities and Exchange Commission (SEC) e da Bolsa de Valores de Nova Iorque (New York Stock Exchange – NYSE) nos Estados Unidos.

> [Acesse a área dedicada a investidores no website da Petrobras para consultar as informações.](#)

Relacionamento com Consumidores

Nosso relacionamento com o público consumidor se dá por meio de campanhas, ações de comunicação digital e promocionais, estudos de satisfação e canais de atendimento direto a consumidores, além dos demais canais de transparência e diálogo, como a Ouvidoria-Geral, o Canal de Denúncia e o Portal da Transparência, com acesso ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC).

As informações mais importantes sobre segurança dos nossos produtos e suas características em geral, como a identificação dos perigos, medidas de primeiros socorros e combate a incêndio, controle para derramamento ou vazamento, manuseio e armazenamento do produto, entre outras, constam nas Fichas de Informação de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ's), que são disponibilizadas para consulta no portal da [Petrobras Distribuidora](#). No caso da distribuição de gás natural, os clientes possuem um manual de utilização do produto, que orienta os usuários sobre o modo seguro de utilização.

O Programa de Fidelidade da nossa rede de postos, o Petrobras Premmia, em seu quarto ano de atividade, ultrapassou 10,3 milhões de consumidores finais cadastrados. As variadas alternativas de resgate de pontos estão presentes em nossos postos, franquias e em estabelecimentos parceiros de diferentes segmentos do varejo.

Um exemplo de campanha realizada para o público consumidor é a Campanha Chama Segura da Liqueigás, em parceria com o Corpo de Bombeiros e a Fundação de Apoio ao Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo (Fundabom), direcionada ao consumidor doméstico residente em áreas de menor poder aquisitivo. Em 2016, foram realizadas 29 ações na região metropolitana e no interior de São Paulo, em comunidades com maior incidência de acidentes domésticos envolvendo o gás liquefeito de petróleo, de acordo com as estatísticas do Corpo de Bombeiros.



Relacionamento com as Comunidades

Entendemos que o relacionamento comunitário é um processo de longo prazo que tem como um de seus objetivos desenvolver a interação com as comunidades onde atuamos com base no diálogo contínuo e transparente, contribuindo para a promoção de um ambiente favorável aos negócios e o desenvolvimento local, conforme diretrizes de nossa Política de Responsabilidade Social, disponível em nosso [website](#), na seção sobre Sociedade e Meio Ambiente.

Em 2016, dada a revisão da nossa estrutura organizacional, iniciativa que contempla um novo modelo de gestão e governança, a função de responsabilidade social, incluindo o relacionamento comunitário, foi centralizada, tendo como principais objetivos a integração e o alinhamento das ações nas empresas do Sistema Petrobras, abrangendo as subsidiárias no país e no exterior.

As principais questões e preocupações das comunidades onde atuamos foram apuradas por meio de diversas formas de interação, tais como: canais de comunicação (SAC e a Ouvidoria, por exemplo), reuniões em conselhos e comitês comunitários e encontros com líderes, tendo sido envolvidos 2.101 participantes. Foram realizadas 24 visitas de comunidades às nossas unidades operacionais, contando esses eventos com 443 participantes. Destacamos os principais tópicos e preocupações levantados pelas comunidades:

- manutenção dos nossos programas sociais e retomada dos investimentos;
- informações sobre impactos das operações e eventuais acidentes;

➤ infraestrutura urbana – saneamento, habitação, pavimentação, saúde, educação;

➤ geração de trabalho e renda;

➤ apoio ao cooperativismo, empreendedorismo e organização comunitária.

Por meio de um processo participativo, baseado na metodologia denominada Agenda 21, fomentamos, primeiramente, a implantação de Fóruns Comunitários, com

a participação de diversos atores sociais e a elaboração de planos de desenvolvimento comunitário sustentável em 193 comunidades do entorno dos locais das nossas operações. Durante os anos de 2015 e 2016, atuamos no fortalecimento desses espaços de interlocução, tendo sido realizadas em torno de 1,5 mil reuniões dos Fóruns Comunitários, com aproximadamente 17 mil participantes. No ano de 2016, foram realizadas cerca de 4,4 mil certificações de pessoas das comunidades em 229 oficinas de comunicação comunitária e de capacitação em gestão social (empreendedorismo, produção textual, elaboração de projetos comunitários e constituição de pessoa jurídica).

Exemplos de Ações junto às Comunidades

Nas comunidades do entorno das áreas onde se localizam os gasodutos, encontra-se em operação o canal “Linha do Gás”, operacionalizado pelo telefone gratuito 0800 026 0400. Podem ser comunicados eventos como danos causados aos dutos, acidentes, vazamentos etc. Nesses locais, são conduzidas ações direcionadas à conscientização das comunidades acerca de prevenção contra acidentes e da minimização de impactos e consequências de nossas atividades.

Por meio das redes de distribuição de nossa controlada GasBrasiliano, pudemos propiciar acesso à infraestrutura de gás canalizado a um total de 19,8 mil clientes, em 31 municípios de São Paulo, com reflexos positivos na atração de investimentos e na geração de empregos. Foram construídos 49,5 km de redes de distribuição complementares ao parque já existente, com investimentos de R\$ 19,1 milhões.

Realizamos um convênio com a Prefeitura de Maricá (RJ) para a instalação de um sistema de macrodrenagem, contemplando urbanização e pavimentação de parte das vias do bairro de Itaipuaçu, cuja praia receberá o efluente tratado do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) por meio de um emissário submarino. A obra foi iniciada em 2014 e tem previsão de término em 2017, com investimento total de R\$ 20 milhões.

Sobre o Comperj, em fevereiro deste ano, nosso presidente se reuniu com prefeitos do Consórcio Intermunicipal do Leste Fluminense (Conleste), o qual reúne 15 municípios da região do empreendimento, e anunciou a retomada da Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) que faz parte do Projeto Integrado Rota 3 e das utilidades necessárias para sua operação. Localizada no mesmo terreno do Comperj, a UPGN processará o gás natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos, que será escoado via gasoduto Rota 3. Quanto à conclusão do primeiro trem de refino, continuamos em busca de parceria, conforme previsto no PNG 2017-2021.

Investimentos em Projetos em 2016

	QUANTIDADE	VALOR (R\$ MILHÕES)
Socioambientais	470	120
Culturais	100	71
Esportivos	16	50
Total	586	241

Projetos Socioambientais

O Programa Petrobras Socioambiental é uma ferramenta para ampliar nossa atuação junto a comunidades, instituições do terceiro setor, governo e universidades, contribuindo para a mitigação dos riscos socioambientais relacionados ao nosso negócio e para o desenvolvimento local nas áreas onde atuamos. Construído com base em experiências de investimentos socioambientais anteriores e completando três anos em funcionamento, registrou mais de 700 parcerias com importantes instituições, como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a Rede de Parceiros Multiplicadores de Esporte Educacional, a Fundação Pro-Tamar e o Instituto Baleia Jubarte. Os projetos possuem linhas de atuação dinâmicas e complementares, as quais são: Água, Biodiversidade, Floresta e Clima, Educação, Esporte Educacional, Direitos da Criança e do Adolescente. O programa está alinhado a normas, políticas internas, ao nosso Plano de Negócios e Gestão (PNG 2017-2021), e às diretrizes e aos princípios internacionais de responsabilidade social, como o Pacto Global das Nações Unidas e a norma ISO 26000.

Em fevereiro de 2017, finalizamos a análise de 327 projetos socioambientais, geridos pela Petrobras *holding* e vigentes em 2016, tendo em vista a sua aderência aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Desses projetos,

45% aderiam, principalmente, ao ODS 4 (Educação de Qualidade), 27% aderiam, principalmente, ao ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), 9% aderiam, principalmente, ao ODS 15 (Vida Terrestre), 6% ao ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), 4% ao ODS 14 (Vida na Água), 3% ao ODS 6 (Água Potável e Saneamento).

Em 2016, investimos cerca de R\$ 120 milhões em 470 iniciativas ligadas aos projetos socioambientais que apoiamos. Esse valor, em alinhamento com nossa estratégia de redução de custos, foi 55,7% inferior ao do ano anterior. Os principais resultados alcançados pelo Programa Petrobras Socioambiental no período 2014-2016 estão expressos em números que mostram a mobilização de pessoas, espécies de fauna e flora abrangidas, participação em redes, entre outras variáveis apresentadas no quadro abaixo.

Programa Petrobras Socioambiental Resultados - 2014 a 2016

Mobilização	895 mil pessoas em ações de educação
Produção técnico-científica	90 mil publicações, estudos, documentos técnicos e bancos de dados
Espécies da fauna	cerca de 430 espécies da fauna ^a abrangidas diretamente
Espécies da flora	1096 mil espécies da flora
Áreas (ha)	1,6 milhão de hectares ^b com atividades de reconversão produtiva, recuperação de áreas degradadas e conservação/manejo de florestas
Participação em redes	31 projetos (ambientais e esportivo educacionais) participam de redes, otimizando resultados

a) Dos quais, 190 referem-se ao Projeto Aves da Mata Atlântica.

b) Dos quais 73% referem-se a ações de conservação de áreas naturais em terras indígenas e Unidades de Conservação.

Exemplo de Projetos Socioambientais

Rede Biomar

Referência em conservação da biodiversidade marinha no Brasil, o projeto gera informações técnico-científicas de valor para a sociedade e para a companhia.

Atualmente, fazem parte da rede os projetos Tamar, Baleia Jubarte, Coral Vivo, Golfinho Rotador e Albatroz.

Em 2016, a Rede Biomar completou o terceiro ciclo em dez anos de atividades. Sua atuação abrange 12 espécies ameaçadas de extinção, com classificações que vão de “vulnerável” a “criticamente em perigo”.

Nos dez anos de trabalho, atuou diretamente em dez estados, compreendendo 54 municípios. Foram listadas mais de 800 publicações científicas, com cerca de 9.000 acessos na Internet desde setembro de 2015. Esses projetos também estiveram representados em mais de 2.000 encontros e reuniões oficiais para a formulação de políticas públicas e em, aproximadamente, 100 participações em fóruns internacionais em países das Américas, da Europa, da Ásia e da Oceania.

A Rede Biomar contribuiu, também, para o aumento da consciência e o fomento de comportamentos ligados à conservação por meio da produção de cartilhas, de presença nas redes sociais, de livros, de centros de visitação, de exposições fotográficas e documentários e de três *workshops* de Jornalismo Ambiental.

Rede de Parceiros Multiplicadores de Esporte Educacional

Realizado em parceria com o Instituto Esporte e Educação (IEE), o projeto tem o objetivo de disseminar o conceito e a prática do esporte educacional no Brasil. As ações, que incluem capacitação de educadores da rede pública, além de atividades esportivas para crianças e adolescentes, são realizadas em Centros de Referência Esportivos.

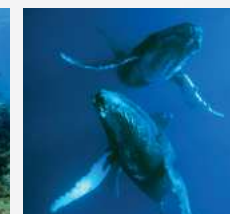
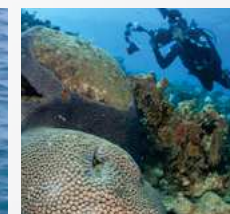
Implantado em regiões próximas a nossas unidades, em parceria com instituições locais, alcançou, até o fim de 2016, mais de 30 mil alunos nos estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro.

O projeto é baseado em parcerias com instituições sociais (ONGs e universidades) e governo (prefeituras, secretarias de educação e esporte) com o objetivo geral de expandir a prática do esporte educacional por meio da transferência da metodologia do IEE para organizações locais, gestores e professores de diferentes municípios e, assim, proporcionar o acesso ao esporte a crianças e adolescentes dos municípios e apoiar a construção de políticas públicas esportivas.

O projeto, que teve início em 2014, atendeu mais de 42 mil alunos na faixa etária de 3 a 17 anos. São 58 municípios

envolvidos, alcançando sete estados brasileiros. A meta, nos municípios, é garantir o acesso semanal à prática do esporte aos alunos da rede pública participante e ampliar seu contato com diferentes conteúdos da cultura corporal do movimento. Para isso, estão sendo continuamente capacitados e formados cerca de 700 professores e gestores públicos da rede. Já foram realizados 1.418 eventos que envolveram aproximadamente 100 mil participantes, entre pais, alunos, comunidade local, professores e gestores em atividades como festivais, torneios e circuitos esportivos, respeitando os princípios de inclusão de todos, respeito à diversidade, educação integral, construção coletiva e rumo à autonomia nos diferentes jogos e brincadeiras da cultura local.

Ainda neste período, patrocinamos os Centros de Referência em Esporte Educacional nos estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro. Nesses centros, os professores participam das capacitações e aplicam a metodologia do Instituto Esporte e Educação (IEE), com atendimento semanal, em modalidades como esgrima, judô, remo, voleibol, futebol, rugby, basquete e handebol, entre outras.





Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais

No relacionamento com povos indígenas, comunidades quilombolas e demais comunidades tradicionais, observamos o disposto na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto nº 6040/07), as Instruções Normativas e a Portaria Interministerial de cada órgão gestor responsável — no caso, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a Fundação Cultural Palmares (FCP) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). No exterior, observamos as legislações pertinentes.

Próximo a alguns de nossos ativos, identificamos comunidades indígenas, como é o caso específico do Gasoduto Lagoa Parda-Vitória, que atravessa três comunidades indígenas, todas localizadas no município de Aracruz, no Espírito Santo. Nesse caso, há um convênio firmado com a Associação Indígena Tupiniquim da Aldeia Pau-Brasil Aitupiapabra para a implementação de projetos de melhoria na qualidade da educação e do esporte, no fortalecimento cultural e no desenvolvimento Guarani nas terras indígenas Tupiniquim e Caieiras Velhas II. O convênio foi firmado em 2015. Tem previsão de término para 2017.

Em 2016, também apoiamos projetos ambientais que contribuíram para a recuperação de áreas degradadas e a conservação/o manejo de florestas e áreas naturais, com destaque para a atuação em terras indígenas ou Unidades de Conservação. Um exemplo é o projeto “Pacto das Águas”, desenvolvido pela instituição de mesmo nome, na região Noroeste de Mato Grosso e no Leste de Rondônia. Integram essa iniciativa em Rondônia os

povos Gavião e Arara da Terra Indígena Igarapé Lourdes e os Tupari, Aruá e Macurap, que habitam a Terra Indígena Rio Branco. Já em Mato Grosso, fazem parte os povos Cinta Larga das Terras Indígenas Serra Morena e do Parque Indígena Aripuanã, os Rikbaktsa da Terra Indígena Japuira, além dos seringueiros da reserva extrativista Guariba-Roosevelt, a única nesta categoria no estado.

O projeto contribuiu para a conservação de reservas extrativistas e territórios indígenas de floresta amazônica. Ao longo da realização do projeto, foram favorecidos 775.000 hectares de área de castanhais nativos, contribuindo para geração de renda para essas comunidades florestais.

Apoiamos, também, o projeto “Florestas de Valor”, conduzido pela Instituição Imaflora, que estruturou, com demais parceiros, um sistema de garantia de origem para produtos manejados por comunidades em Áreas Protegidas no estado do Pará, região que abriga uma grande diversidade de comunidades tradicionais quilombolas (na Calha Norte do Rio Amazonas) e indígenas (na região conhecida como Terra do Meio). Em 2016, foi lançado o Selo Origens Brasil e o primeiro produto comercializado com o selo foi a castanha-do-pará proveniente das comunidades quilombolas da Calha Norte do Pará abrangidas pelo projeto. Trata-se de um sistema de garantia que surgiu para dar mais transparência às cadeias de produtos da floresta e ajudar os consumidores a identificarem empresas e produtos que valorizam e respeitam, em suas práticas comerciais, as populações e seus territórios.

Projetos Culturais

Até 2016, trabalhamos com uma ampla linha de atuação na área de apoio cultural que abarcava uma grande quantidade de projetos nas áreas de música, audiovisual, artes cênicas, artes visuais, literatura, preservação de patrimônio e memória, a qual resultou no fortalecimento de uma extensa gama de manifestações culturais.

Em 2017, tendo em vista o novo cenário estabelecido em nossos Planos Estratégico e de Negócios e Gestão 2017-2021, em nossa nova Política de Comunicação e em nosso novo Posicionamento de Marca, adequamos nossas diretrizes e linhas de atuação referentes a patrocínios. Buscamos um modelo de gestão de patrocínios que proporcione uma atuação focada e assertiva e em que o portfólio de projetos, agora reduzido e alinhado ao momento atual, contribua para atingir os nossos objetivos de disciplina de capital eficientemente. A partir deste ano, adotaremos novas linhas de atuação e nossas ações de patrocínio cultural enfocarão os segmentos audiovisual, de música e de artes cênicas.

O nosso orçamento para projetos culturais em 2016 foi de R\$ 71 milhões, contemplando 196 projetos ao longo do ano.

Dentre os nossos projetos, destacamos o apoio à Orquestra Petrobras Sinfônica, uma das mais conceituadas orquestras profissionais do Brasil, a qual desenvolve diversos projetos inovadores que têm atraído novos públicos. Criada em 1972, destaca-se por sua qualidade artística e pelo refinamento crescente de sua identidade sonora. Sob a regência de Isaac Karabtchevsky e composta por 70 músicos, realiza cerca de 60 apresentações por temporada, contemplando desde o cânone do repertório clássico a releituras de músicas



populares. Ao aproximar a cultura clássica e a contemporânea, a Orquestra Petrobras Sinfônica se tornou importante instrumento de formação e difusão da música de concerto, uma referência para a cultura brasileira. Contribui, ainda, para a democratização do acesso à cultura pela realização de concertos gratuitos ou a preços populares e em espaços alternativos. Em 2017, comemoramos 30 anos de parceria.

Projetos Esportivos

Na área de patrocínio esportivo, continuaremos atuando de forma estruturada em esporte motor e esporte de rendimento, objetivando reconhecimento técnico e reforço da marca nos territórios desejados, além de promoção ou reforço da associação da marca Petrobras a atributos como superação de desafios, busca por resultados e trabalho em equipe. O orçamento realizado na área de esportes, em 2016, foi de R\$ 50 milhões, tendo sido contemplados 16 projetos ao longo do ano.

Como destaque, citamos o Time Petrobras, que foi um projeto de patrocínio a um grupo tanto de jovens promessas, quanto de atletas já consagrados que disputavam a classificação para participarem das Olimpíadas, contemplando, também, atletas das confederações já patrocinadas pela empresa: taekwondo, remo, boxe, levantamento de peso, esgrima e judô. O patrocínio consolidou o nosso apoio ao desenvolvimento do esporte olímpico e paralímpico brasileiro.

Muitos desses atletas participaram dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Das 19 medalhas conquistadas pela delegação olímpica brasileira, nove foram para

atletas do Time Petrobras. Nos Jogos Paralímpicos, os dois atletas patrocinados somaram 11 medalhas.

Relacionamento com a Imprensa

Prêmio Petrobras de Jornalismo

➤ Em 2016, foi realizada a terceira edição, com 1.255 reportagens inscritas. A premiação anual concede reconhecimento de valor monetário às melhores reportagens publicadas pela imprensa brasileira, em âmbitos nacional e regional.

Em 2016, promovemos 13 coletivas de imprensa e 58 entrevistas coletivas para divulgação de resultados financeiros e operacionais e demais assuntos de interesse público.

Exclusiva para jornalistas, a Agência Petrobras publica *press releases*, entrevistas, fotos, áudios e apresentações que servem como subsídios para matérias jornalísticas. Para acessar o conteúdo da agência, os jornalistas precisam preencher um cadastro, o que garante a alimentação de nosso *mailing* e banco de dados. Há 22.885 jornalistas cadastrados na Agência Petrobras.

Em reconhecimento ao nosso relacionamento com esse público, graças aos votos de milhares de jornalistas de todo o Brasil, ganhamos pelo sexto ano consecutivo, o “Prêmio Empresas que Melhor se Comunicam com Jornalistas”, na categoria “Petróleo e Gás”. A homenagem foi concedida pela Revista Negócios da Comunicação e se deveu, essencialmente, ao fato de que

atendemos veículos regionais, nacionais e internacionais 24h por dia, além de mantermos canais com conteúdos exclusivos.

Pesquisa, Monitoramento e Ações de Relacionamento

Contamos com uma série de metodologias de pesquisa e monitoramento para aferir as percepções de nossos públicos de interesse. Os resultados são utilizados para a elaboração de diagnósticos de *marketing* e comunicação, no auxílio a tomadas de decisão e também para prover indicadores relacionados à imagem, à marca e à reputação da companhia, além da percepção dos clientes.

Os resultados das pesquisas possibilitam a elaboração de diagnósticos, entre os quais os de reputação e imagem, em que são identificados os temas considerados mais críticos. Com base nesses temas, desenvolvemos programas e projetos de comunicação e relacionamento orientados para segmentos de nossos públicos de interesse.

Como uma ferramenta para consolidar o relacionamento com os nossos públicos de interesse, realizamos, em 2016, 30 campanhas de disparos de mensagens segmentadas por e-mail para nossos públicos de interesse, em um total de 663.770 mensagens enviadas sobre assuntos como novos planos de negócios, resultados financeiros e operacionais, governança, promoções e eventos.

Realizamos também, para públicos de interesse de alta prioridade, visitas corporativas a nossas instalações, tendo sido atendidos 112 visitantes da comunidade científica e acadêmica. Além desses, foram atendidos, em nível local, visitantes dos seguintes públicos:



Comunidade científica e acadêmica
656 visitantes



Comunidade
52 visitantes



Fornecedores
25 visitantes



Parceiros
9 visitantes



Poder público
10 visitantes



Outros
66 visitantes

No caso das pesquisas de imagem e opinião pública, os resultados são consolidados em um Diagnóstico de Imagem e Reputação. Os principais temas identificados na última revisão do diagnóstico foram:

- *lucratividade e endividamento*
- *segurança operacional e meio ambiente*
- *gestão e governança*
- *transparência*
- *parcerias e desinvestimentos*

produto, entrega, documentação, negociação, cobrança, Canal Cliente, relacionamento e assistência técnica.

A pesquisa de satisfação de 2016 já foi realizada e contemplou respondentes de diferentes perfis (executivo, de suprimento, financeiro e operacional). Dos 467 convidados a responder a pesquisa, 301 responderam, gerando a taxa de adesão de 64%.

Realizamos, também, pesquisas para conhecer a percepção do cliente após cada atendimento iniciado no SAC (Serviço de Atendimento ao Cliente).

Os resultados dessas pesquisas compõem o Índice de Qualidade Percebida na Resposta - Reclamações - Gestor e Solucionador (IQPR-R-GS), em que medimos nossa eficiência na percepção dos clientes diretos quanto às respostas dadas às suas manifestações, verificando áreas com necessidade de melhorias e estimulando as áreas com maior eficácia.

Em 2016, o resultado do IQPR-R-GS foi igual a 80,97%, em relação à meta de 77,80%.

Redefinimos o posicionamento da nossa marca como uma resposta ao complexo cenário atual, considerando o novo contexto de comunicação empresarial e nossos atuais desafios de imagem e reputação. No novo posicionamento, consideramos o que nossa empresa faz, como faz e por que faz. O centro do posicionamento da marca é o nosso propósito:

***prover a energia que move
a sociedade a realizar
o seu potencial***



Algumas das ações de comunicação que realizamos em 2016 referem-se a temas como a divulgação dos nossos Planos Estratégico e de Negócios e Gestão 2017-2021, ações de comunicação com foco em conformidade e a divulgação de projetos de desinvestimentos.

No que se refere ao público de interesse clientes especificamente, além das interações rotineiras realizadas pelos gestores comerciais e pela equipe de Assistência Técnica, realizamos, anualmente, a Pesquisa de Satisfação de Clientes, aplicada diretamente aos nossos clientes diretos, com o objetivo de avaliar o nível de satisfação em cada segmento de mercado.

Os assuntos pesquisados são estruturados por áreas de valor e atributos que o cliente valoriza. As áreas de valor são avaliadas anualmente durante a etapa de planejamento da pesquisa e podem ser ajustadas conforme necessidades a serem mapeadas, tais como: qualidade do

Prêmios e Reconhecimentos

- Somos líderes mundiais na exploração e na produção em águas profundas e ultraprofundas, reconhecidos pelo pioneirismo na introdução de novas tecnologias. Graças a essa liderança, temos recebido prêmios de renome nacional e internacional na indústria de petróleo e gás, como o OTC Distinguished Achievement Award, em 1992, 2001 e 2015, o mais importante do setor.
- Vencemos em três categorias do prêmio de Inovação Tecnológica da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).
- Recebemos, também, o Prêmio Valor Inovação Brasil 2016, do jornal Valor Econômico, como a empresa mais inovadora do país no segmento “Indústria de Base e Metalurgia”, o qual incluiu empresas de óleo e gás, minério e cimentos. O *ranking* é elaborado com base em uma pesquisa realizada pelo veículo em parceria com a consultoria Strategy& e na análise de dados como investimentos em inovação, melhores práticas, criação de novos produtos e soluções e estratégias, entre outros indicadores.
- Recebemos o prêmio “Corporate Liability Management of the Year” da revista LatinFinance, por termos sido considerados a

empresa que executou a melhor operação de gestão de dívidas no mercado internacional de capitais em 2016.

- Fomos premiados pelas duas operações de emissão e recompra de títulos no mercado internacional, realizadas em maio e em julho. Em ambas as transações, utilizamos os recursos para recomprar títulos com vencimento entre 2017 e 2019, com o intuito de estender o prazo médio de nossas dívidas.
- Recebemos prêmios e homenagens em 2016, como o título “Marca de Alto Renome”, concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Intelectual (INPI). O título atesta que a marca Petrobras tem prestígio, notoriedade e tradição incontestáveis. Atualmente, apenas dez marcas no país contam com esse título.
- Ainda no que diz respeito a marcas, ganhamos o prêmio “*Top of Mind* 2016”, concedido pelo Instituto Datafolha, em duas categorias. Na categoria estreante “Marca que Representa o Brasil”, fomos os grandes vencedores. Já na categoria/segmento “Combustível”, lideramos como marca mais lembrada, com 20% das menções.
- Pela quinta vez conquistamos o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça. Assinamos, em abril de 2016, o termo de compromisso para participar da sexta edição do programa, iniciativa liderada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e que conta com o apoio da ONU Mulheres, da Organização Internacional do Trabalho e da Secretaria Nacional

de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. O programa tem o objetivo de promover a igualdade entre mulheres e homens no mercado de trabalho, contribuindo para a eliminação de todas as formas de discriminação no acesso ao emprego, na remuneração profissional, na ascensão na carreira e na permanência no trabalho.

- A Petrobras Distribuidora recebeu, em abril, pela quarta vez consecutiva, o “Selo de Excelência em Franchising” – Categoria Master (empresas com mais de dez anos e acima de 60 franqueados), pela sua atuação como franqueadora da rede de lojas de conveniência BR Mania. O prêmio é concedido pela principal entidade do setor de franquias do Brasil – a Associação Brasileira de Franchising (ABF) – e visa a reconhecer a qualidade e a excelência da empresa como franqueadora, além de estimular a melhoria do desempenho da empresa por meio da valorização das melhores práticas e do profissionalismo das empresas que atuam no sistema de *franchising*.
- A nossa distribuidora conquistou, ainda, o primeiro lugar na categoria Marca de Lubrificantes – Lubrax no “Prêmio Preferência do Transporte e Logística 2016” e foi destaque na categoria Melhor Distribuidora, uma das mais importantes da economia nacional.

Relatório de asseguração limitada dos auditores independentes sobre as informações de sustentabilidade constantes no Relatório de Sustentabilidade 2016

Aos Administradores e Acionistas
Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Fomos contratados pela Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras (“Companhia” ou “Petrobras”) para apresentar nosso relatório de asseguração limitada sobre a compilação das informações relacionadas com sustentabilidade constantes no Relatório de Sustentabilidade 2016 da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Responsabilidades da administração da Companhia

A administração da Petrobras é responsável pela elaboração e adequada apresentação de informações de

sustentabilidade constantes no Relatório de Sustentabilidade 2016 da Petrobras, de acordo com as diretrizes do Global Reporting Initiative (GRI-G4) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas informações livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é expressar conclusão sobre as informações de sustentabilidade constantes do Relatório de Sustentabilidade 2016, com base no trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com o Comunicado Técnico CTO 01 – “Emissão de Relatório de Asseguração Relacionado com Sustentabilidade e Responsabilidade Social”, emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, com base na NBC TO 3000 – Trabalhos de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão, também emitida pelo CFC, que é equivalente à norma internacional ISAE 3000 – Assurance engagements other than audits or reviews of historical financial information, emitida pelo IAASB – International Auditing and Assurance Standards Board. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência, e que o trabalho seja executado com o objetivo de obter segurança limitada de que as informações de sustentabilidade constantes no Relatório de Sustentabilidade 2016 da Petrobras, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes.

Um trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com a NBC TO 3000 e a ISAE 3000 consiste, principalmente, em indagações à administração e a outros profissionais da Companhia que estão envolvidos na elaboração das

informações, assim como na aplicação de procedimentos analíticos para obter evidência que possibilite concluir na forma de asseguração limitada sobre as informações tomadas em conjunto. Um trabalho de asseguração limitada requer, também, a execução de procedimentos adicionais, quando o auditor independente toma conhecimento de assuntos que o leve a acreditar que as informações, tomadas em conjunto, podem apresentar distorções relevantes.

Os procedimentos selecionados basearam-se na nossa compreensão dos aspectos relativos à compilação e apresentação das informações constantes no Relatório de Sustentabilidade 2016 da Petrobras, de outras circunstâncias do trabalho e da nossa consideração sobre áreas em que distorções relevantes poderiam existir. Os procedimentos compreenderam:

- (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância, o volume de informações quantitativas e qualitativas e os sistemas operacionais e de controles internos que serviram de base para a elaboração das informações de sustentabilidade constantes no Relatório de Sustentabilidade 2016 da Petrobras;
- (b) o entendimento da metodologia de cálculos e dos procedimentos para a compilação dos indicadores mediante entrevistas com os gestores responsáveis pela elaboração das informações;
- (c) aplicação de procedimentos analíticos sobre as informações quantitativas e indagações sobre as informações qualitativas e sua correlação com os indicadores divulgados nas informações de sustentabilidade constantes no Relatório de Sustentabilidade 2016 da Petrobras;



(d) confronto dos indicadores de natureza financeira com as demonstrações financeiras e/ou os registros contábeis.

Os trabalhos de asseguração limitada compreenderam, também, testes para observar a aderência às diretrizes do Global Reporting Initiative (GRI-G4) e aos critérios da estrutura de elaboração aplicável na elaboração das informações de sustentabilidade constantes no Relatório de Sustentabilidade 2016.

Acreditamos que a evidência obtida em nosso trabalho é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão na forma limitada.

Alcance e limitações

Os procedimentos aplicados em um trabalho de asseguração limitada são substancialmente menos extensos do que aqueles aplicados em um trabalho de asseguração razoável, que tem por objetivo emitir uma opinião sobre as informações de sustentabilidade constantes no Relatório de Sustentabilidade 2016. Consequentemente, não nos possibilitam obter segurança razoável de que tomamos conhecimento de todos os assuntos que seriam identificados em um trabalho de asseguração que tem por objetivo emitir uma opinião. Caso

tivéssemos executado um trabalho com o objetivo de emitir uma opinião, poderíamos ter identificado outros assuntos e eventuais distorções que podem existir nas informações de sustentabilidade constantes no Relatório de Sustentabilidade 2016 da Petrobras. Dessa forma, não expressamos uma opinião sobre essas informações.

Os dados não financeiros estão sujeitos a mais limitações inerentes do que os dados financeiros, dada a natureza e a diversidade dos métodos utilizados para determinar, calcular ou estimar esses dados. Interpretações qualitativas de materialidade, relevância e precisão dos dados estão sujeitos a pressupostos individuais e a julgamentos. Além disso, não realizamos nenhum trabalho em dados informados para os períodos anteriores, nem em relação a projeções futuras e metas.

Conclusão

Com base nos procedimentos realizados, descritos neste relatório, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as informações constantes Relatório de Sustentabilidade 2016 da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras não foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as diretrizes do Global Reporting Initiative (GRI G4).

Rio de Janeiro, 2 de junho de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 “F” RJ

Marcos Donizete Panassol
Contador CRC 1SP155975/O-8 “S” RJ

Indicadores GRI

Indicadores Gerais

INDICADORES GRI G4	LOCALIZAÇÃO OU MOTIVO PARA OMISSÃO	CORRELAÇÃO COM ODS (*)	CORRELAÇÃO COM PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL
ESTRATÉGIA E ANÁLISE			
G4-1 > Declaração do Presidente sobre a relevância e a estratégia de sustentabilidade.	PÁG. 4	-	-
G4-2 > Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades.	PÁG. 7 A 12 Formulário de Referência (capítulo 4.1. “Descrição dos fatores de risco”) Relatório da Administração (capítulos “Estratégia Corporativa” e “Desempenho dos Negócios”).	-	-
PERFIL ORGANIZACIONAL			
G4-3 > Nome da organização.	Petróleo Brasileiro S.A. > Petrobras.	8	3, 6
G4-4 > Principais marcas, produtos e serviços.	PÁG. 10 A 12 Formulário de Referência (capítulo 7.3. “Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais”).	8	3, 6
G4-5 > Localização da sede.	Rio de Janeiro, Brasil.	8	3, 6
G4-6 > Países nos quais operamos ou que são especialmente relevantes para os tópicos no relatório.	PÁG. 10	8	3, 6
G4-7 > Natureza da propriedade e nossa forma jurídica.	Sociedade anônima de capital aberto.	8	3, 6

INDICADORES GRI G4	LOCALIZAÇÃO OU MOTIVO PARA OMISSÃO	CORRELAÇÃO COM ODS (*)	CORRELAÇÃO COM PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL
G4-8 > Mercados onde atuamos.	PÁG. 10 A 12;14 Formulário de Referência (capítulos 7.1. “Descrição das atividades do emissor e suas controladas”, 7.2. “Informações sobre segmentos operacionais” e 7.3. “Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais”).	8	3, 6
G4-9 > Porte da nossa organização.	PÁG. 10 A 12 Formulário de Referência (capítulos 3.1. “Informações financeiras” e 3.2. “Medições não contábeis”).	8	3, 6
G4-10 > Número total de empregados, discriminados por contrato de trabalho e gênero.	PÁG. 43 E 44	8	3, 6
G4-11 > Percentual do total de empregados cobertos por acordos de negociação coletiva.	PÁG. 49	8	3, 6
G4-12 > Cadeia de fornecedores da nossa organização.	PÁG. 74 E 75	8	3, 6
G4-13 > Mudanças significativas em relação ao porte, estrutura, participação acionária ou cadeia de fornecedores da organização.	PÁG. 31; 76 A 79 Formulário de Referência (capítulo 15.6 “Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor”).	8	3, 6
COMPROMISSOS COM INICIATIVAS EXTERNAS			
G4-14 > Adoção da abordagem ou princípio da precaução.	Em alinhamento aos princípios da precaução e prevenção, buscamos adotar medidas eficazes para impedir danos graves ou irreversíveis ao meio ambiente e à saúde humana, mesmo quando não há consenso científico sobre o assunto.	-	-
G4-15 > Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de caráter econômico, ambiental e social que subscrevemos ou endossamos.	PÁG. 3; 50; 81; 87	-	-

INDICADORES GRI G4	LOCALIZAÇÃO OU MOTIVO PARA OMISSÃO	CORRELAÇÃO COM ODS (*)	CORRELAÇÃO COM PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL
G4-16 > Participação em associações e organizações nacionais ou internacionais de defesa com assento no conselho de governança, participa de projetos ou comissões ou contribui financeiramente.	PÁG. 26	-	-
ASPECTOS MATERIAIS IDENTIFICADOS E LIMITES			
G4-17 > Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou documentos equivalentes.	O escopo de informações refere-se às nossas atividades no Brasil e fora dele, incluindo dados referentes à Petrobras (Petróleo Brasileiro S.A.), às subsidiárias (Petrobras Distribuidora, Transpetro, Petrobras Biocombustível, Gaspetro, Liquigás) e às nossas empresas em outros países. Demonstrações Contábeis (nota explicativa 4.1. "Base de consolidação").	-	-
G4-18 > Explicação do processo adotado para definir o conteúdo do relatório e os limites dos temas materiais e como a organização implementou os princípios para definição do conteúdo do relatório.	PÁG. 5 A metodologia que usamos na definição do limite do relatório, apesar de atualizada, foi a mesma adotada nos nossos relatórios anteriores, ou seja, consideramos como referência os critérios de grau de influência (controle acionário ou operacional) e potenciais impactos relevantes em sustentabilidade. Quando há alteração do limite em determinada informação no relatório, apresentamos a devida ressalva e justificativa.	-	-
G4-19 > Temas materiais identificados no processo de definição do conteúdo do relatório.	PÁG. 5	-	-
G4-20 > Relato do limite do aspecto material dentro da organização.	Todos os temas materiais são abordados no Relatório e possuem significativa relevância dentro da companhia, de acordo com o limite descrito no indicador G4-18.	-	-
G4-21 > Relato do limite do aspecto material fora da organização.	Apesar de todos os temas materiais terem potencial de impacto ou influência fora da organização (incluindo fornecedores, clientes, parceiros e consumidores), o relato prioriza o limite descrito no indicador G4-18. No entanto, o tema "Segurança e Compromisso com a Vida" considera empresas prestadoras de serviço.	-	-

INDICADORES GRI G4	LOCALIZAÇÃO OU MOTIVO PARA OMISSÃO	CORRELAÇÃO COM ODS (*)	CORRELAÇÃO COM PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL
G4-22 > Relato de quaisquer reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores e as razões.	Alguns dados podem diferir dos publicados em edições anteriores do relatório por conta de revisões ou mesmo mudanças metodológicas na forma de compilá-los. Apesar de pouco frequentes, esses casos são acompanhados das explicações necessárias.	-	-
G4-23 > Alterações significativas em relação a períodos cobertos por relatórios anteriores em escopo e limites do temas materiais.	Não houve alteração significativa.	-	-
ENGAJAMENTO DE STAKEHOLDERS			
G4-24 > Lista de grupos de stakeholders engajados pela organização.	PÁG. 80	-	-
G4-25 > Relato da base usada para a identificação e seleção de stakeholders para engajamento.	PÁG. 79	-	-
G4-26 > Relato da abordagem e frequência adotada para engajar os stakeholders, indicando que algum foi especificamente promovido como parte do processo de preparação do relatório.	PÁG. 3; 5; 79 A 86	-	-
G4-27 > Relato dos principais tópicos e preocupações levantadas por grupos de stakeholders durante o engajamento de stakeholders e as medidas adotadas para abordar esses tópicos, inclusive no processo de relato.	PÁG. 24 E 25; 81; 86	-	-
PERFIL DO RELATÓRIO			
G4-28 > Período coberto pelo relatório.	1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016.	-	-
G4-29 > Data do relatório anterior mais recente.	A versão anterior a esta edição referia-se ao exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015.	-	-
G4-30 > Periodicidade dos ciclos de relato.	Anual.	-	-
G4-31 > Ponto de contato para perguntas sobre o relatório ou seu conteúdo.	rs2016@petrobras.com.br	-	-

INDICADORES GRI G4	LOCALIZAÇÃO OU MOTIVO PARA OMISSÃO	CORRELAÇÃO COM ODS (*)	CORRELAÇÃO COM PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL
G4-32 > Relato da opção “de acordo” escolhida pela organização.	O Relatório de Sustentabilidade 2016 foi elaborado conforme a opção abrangente de definição de conteúdo pelas diretrizes GRI-G4.	-	-
G4-33 > Relato da política e prática corrente adotadas para submeter o relatório a uma verificação externa.	PÁG. 3; 88	-	-
GOVERNANÇA			
G4-34 > Relato da estrutura de governança, incluindo os comitês do mais alto órgão de governança. Relato de quaisquer comitês responsáveis pelo assessoramento do conselho na tomada de decisões que possuam impactos econômicos, ambientais e sociais.	PÁG. 17 E 18 Formulário de Referência (capítulo 12.1 “Descrição da estrutura administrativa”).	4, 5, 16	-
G4-35 > Relato do processo usado para a delegação de autoridade sobre tópicos econômicos, ambientais e sociais pelo mais alto órgão de governança para executivos seniores e outros empregados.	PÁG. 19	4, 5, 16	-
G4-36 > Relato sobre a designação de um ou mais cargos e funções de nível executivo como responsável pelos tópicos econômicos, ambientais e sociais e se esses responsáveis se reportam diretamente ao mais alto órgão de governança.	PÁG. 17 E 18	4, 5, 16	-
G4-37 > Relato sobre os processos de consulta usados entre os stakeholders e o mais alto órgão de governança em relação aos tópicos econômicos, ambientais e sociais.	PÁG. 17; 20 Formulário de Referência (capítulo 12.2 “Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais”).	4, 5, 16	-
G4-38 > Composição do mais alto órgão de governança e dos seus comitês.	PÁG. 17 E 18 Formulário de Referência (capítulo 12.5/6 “Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal”).	4, 5, 16	-
G4-39 > Relato sobre as funções exercidas pelo presidente do mais alto órgão de governança	PÁG. 18	4, 5, 16	-

INDICADORES GRI G4	LOCALIZAÇÃO OU MOTIVO PARA OMISSÃO	CORRELAÇÃO COM ODS (*)	CORRELAÇÃO COM PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL
G4-40 > Processos de seleção e nomeação para o mais alto órgão de governança e seus comitês, bem como os critérios adotados.	PÁG. 47 Os processos de seleção e nomeação para o nosso Conselho de Administração seguem os critérios de independência listados no Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, publicado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Formulário de Referência (capítulo 12.2 “Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais” e 12.5/6 “Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal”).	4, 5, 16	-
G4-41 > Processos usados pelo mais alto órgão de governança para garantir a prevenção e administração de conflitos de interesse e se os mesmos são divulgados aos stakeholders.	PÁG. 18 E 19 Formulário de Referência (capítulos 12.2 “Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais”, 12.3 “Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração” e 16.3 “Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado”).	4, 5, 16	-
G4-42 > Papéis desempenhados pelo mais alto órgão de governança e pelos executivos seniores no desenvolvimento, aprovação e atualização do propósito, declaração de missão, visão e valores, e definição de estratégias, políticas e metas relacionadas a impactos econômicos, ambientais e sociais.	PÁG. 21 Formulário de Referência (capítulo 12.1 “Descrição da estrutura administrativa”).	4, 5, 16	-
G4-43 > Medidas tomadas para desenvolver e aprimorar o conhecimento do mais alto órgão de governança sobre tópicos econômicos, ambientais e sociais.	PÁG. 17 E 18	4, 5, 16	-
G4-44 > Processos de avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança no que diz respeito à governança de tópicos econômicos, ambientais e sociais.	PÁG. 19; 46 Formulário de Referência (capítulo 12.1 “Descrição da estrutura administrativa”).	4, 5, 16	-
G4-45 > Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na identificação e gestão de impactos, riscos e oportunidades derivados de questões econômicas, ambientais e sociais.	PÁG. 17 A 21; 34 Formulário de Referência (capítulos 5.1. “Política de gerenciamento e riscos”, 5.2 “Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado” e 12.1 “Descrição da estrutura administrativa”).	4, 5, 16	-

INDICADORES GRI G4	LOCALIZAÇÃO OU MOTIVO PARA OMISSÃO	CORRELAÇÃO COM ODS (*)	CORRELAÇÃO COM PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL
G4-46 > Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na análise da eficácia dos processos de gestão de risco da organização para tópicos econômicos, ambientais e sociais.	PÁG. 18; 33 E 34 Formulário de Referência (capítulo 5.2 “Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado”).	4, 5, 16	-
G4-47 > Frequência em que o mais alto órgão de governança analisa impactos, riscos e oportunidades derivados de questões econômicas, ambientais e sociais.	PÁG. 20 Formulário de Referência (capítulo 12.3 “Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração”).	4, 5, 16	-
G4-48 > Órgão ou o cargo de mais alto nível que analisa e aprova formalmente o relatório de sustentabilidade e garante que todos os aspectos materiais sejam abordados.	O Relatório de Sustentabilidade 2016 foi submetido a análise e validação pelo Comitê Executivo de Comunicação e Responsabilidade Social e pela Diretoria Executiva e encaminhado para comentários pelos conselheiros de administração.	4, 5, 16	-
G4-49 > Processo adotado para comunicar preocupações críticas ao mais alto órgão de governança.	PÁG. 17 E 18; 20	4, 5, 16	-
G4-50 > Natureza e número total de preocupações críticas comunicadas ao mais alto órgão de governança e o(s) mecanismo(s) adotado(s) para abordá-las e resolvê-las.	PÁG. 20; 24 E 25	4, 5, 16	-
G4-51 > Políticas de remuneração aplicadas ao mais alto órgão de governança e a executivos seniores.	PÁG. 18 Formulário de Referência (capítulo 13.1 “Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária”).	4, 5, 16	-
G4-52 > Processo adotado para a determinação da remuneração.	PÁG. 18 Formulário de Referência (capítulo 13.1 “Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária”).	4, 5, 16	-
G4-53 > Relato de como opiniões dos stakeholders são solicitadas e levadas em conta em relação à questão da remuneração.	Formulário de Referência (capítulo 13.1 “Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária”).	4, 5, 16	-
G4-54 > Proporção entre a remuneração anual total do indivíduo mais bem pago da organização em cada país em que a organização possua operações significativas e a remuneração média anual total de todos os empregados no mesmo país.	PÁG. 49	4, 5, 16	-

INDICADORES GRI G4	LOCALIZAÇÃO OU MOTIVO PARA OMISSÃO	CORRELAÇÃO COM ODS (*)	CORRELAÇÃO COM PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL
G4-55 > Proporção entre o aumento percentual da remuneração total anual do indivíduo mais bem pago da organização em cada país em que possua operações significativas e o aumento percentual médio da remuneração anual total de todos os empregados.	PÁG. 49 Formulário de Referência (capítulo 13.11 “Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal”).	4, 5, 16	-
ÉTICA E INTEGRIDADE			
G4-56 > Descrição dos valores, princípios, padrões e normas de comportamento da organização, como códigos de conduta e de ética.	PÁG. 18; 23 Formulário de Referência (capítulo 12.2 “Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais”).	16	-
G4-57 > Relato dos mecanismos internos e externos adotados para solicitar orientações sobre comportamentos éticos e em conformidade com a legislação.	PÁG. 24	16	-
G4-58 > Relato dos mecanismos internos e externos adotados para comunicar preocupações em torno de comportamentos não éticos ou incompatíveis com a legislação e questões relacionadas à integridade organizacional.	PÁG. 24 E 25	16	-

(*) Referência: SDG Compass. Desenvolvido pela Global Reporting Initiative (GRI), pelo Pacto Global da ONU e pelo Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD), o SDG Compass fornece orientação para as empresas sobre como promoverem o alinhamento de suas estratégias e medirem/gerenciarem suas contribuições para a realização dos ODS.

Indicadores específicos relacionados aos 22 temas materiais

TEMAS MATERIAIS E INDICADORES GRI G4	LOCALIZAÇÃO OU MOTIVO PARA OMISSÃO	CORRELAÇÃO COM ODS (*)	CORRELAÇÃO COM PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL
SEGURANÇA E COMPROMISSO COM A VIDA			
Forma de Gestão.	PÁG. 38 A 42	3, 6, 8, 11	6
G4-LA5 > Percentual da força de trabalho representada em comitês formais de saúde e segurança, compostos por empregados de diferentes níveis hierárquicos, que ajudam a monitorar e orientar programas de saúde e segurança no trabalho.	PÁG. 49	3, 6, 8, 11	6
G4-LA6 > Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e número de óbitos relacionados ao trabalho, discriminados por região e gênero.	PÁG. 39; 41	3, 6, 8, 11	6
G4-LA7 > Empregados com alta incidência ou alto risco de doenças relacionadas à sua ocupação.	PÁG. 42	3, 6, 8, 11	6
G4-LA8 > Tópicos relativos à saúde e segurança cobertos por acordos formais com sindicatos.	PÁG. 50	3, 6, 8, 11	6
G4-OG13 > Processos relacionados a eventos de segurança, segundo a prática recomendada (RP) 754 da American Petroleum Institute (API).	PÁG. 41	3, 6, 8, 11	6
DESALAVANCAGEM FINANCEIRA			
Forma de Gestão.	PÁG. 29 A 31; 63 A 66	-	-
COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO COM PÚBLICOS DE INTERESSE			
Forma de Gestão.	PÁG. 79 A 86	1, 2, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 16	1, 2
G4-24 > Lista de grupos de stakeholders engajados pela organização.	PÁG. 80	1, 2, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 16	1, 2
G4-25 > Relato da base usada para a identificação e seleção de stakeholders para engajamento.	PÁG. 79	1, 2, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 16	1, 2
G4-26 > Relato da abordagem e frequência adotada para engajar os stakeholders, indicando que algum foi especificamente promovido como parte do processo de preparação do relatório.	PÁG. 3; 5; 79 A 86	1, 2, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 16	1, 2
G4-27 > Relato dos principais tópicos e preocupações levantadas por grupos de stakeholders durante o engajamento de stakeholders e as medidas adotadas para abordar esses tópicos, inclusive no processo de relato.	PÁG. 24 E 25; 81; 86	1, 2, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 16	1, 2

<i>TEMAS MATERIAIS E INDICADORES GRI G4</i>	<i>LOCALIZAÇÃO OU MOTIVO PARA OMISSÃO</i>	<i>CORRELAÇÃO COM ODS (*)</i>	<i>CORRELAÇÃO COM PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL</i>
G4-EC7 > Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos.	PÁG. 81	1, 2, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 16	1, 2
G4-EC8 > Impactos econômicos indiretos significativos, inclusive a extensão dos impactos.	PÁG. 81 E 82	1, 2, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 16	1, 2
G4-HR8 > Número total de casos de violação de direitos de povos indígenas e tradicionais e medidas tomadas a esse respeito.	PÁG. 84	1, 2, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 16	1, 2
G4-OG9 > Operações em que as comunidades indígenas estão presentes ou afetadas por suas atividades e em que estão implantadas estratégias específicas para engajamento.	PÁG. 84	1, 2, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 16	1, 2
G4-SO1 > Percentual de operações com programas implementados de engajamento da comunidade local, avaliação de impactos e desenvolvimento local.	PÁG. 81; 82	1, 2, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 16	1, 2
G4-SO2 > Operações com impactos negativos significativos reais e potenciais nas comunidades locais.	PÁG. 58	1, 2, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 16	1, 2
G4-PR2 > Total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados aos impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante seu ciclo de vida, discriminado por tipo de resultado.	PÁG. 56	1, 2, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 16	1, 2
G4-PR3 > Tipo de informações sobre rotulagem de produtos e serviços exigidas pelos procedimentos da organização e percentual de categorias significativas sujeitas a essas exigências.	PÁG. 80	1, 2, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 16	1, 2
G4-PR4 > Total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a informações e rotulagem de produtos e serviços, discriminado por tipo de resultados.	PÁG. 56	1, 2, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 16	1, 2
G4-PR5 > Resultados de pesquisas de satisfação do cliente.	PÁG. 85 E 86	1, 2, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 16	1, 2
G4-PR7 > Total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultados.	PÁG. 56	1, 2, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 16	1, 2
CONFORMIDADE, ÉTICA, PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO			
Forma de Gestão.	PÁG. 23 A 27; 33	16	7, 8, 9, 10
G4-56 > Descrição dos valores, princípios, padrões e normas de comportamento da organização, como códigos de conduta e de ética.	PÁG. 18; 23	16	7, 8, 9, 10

TEMAS MATERIAIS E INDICADORES GRI G4	LOCALIZAÇÃO OU MOTIVO PARA OMISSÃO	CORRELAÇÃO COM ODS (*)	CORRELAÇÃO COM PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL
G4-57 > Relato dos mecanismos internos e externos adotados para solicitar orientações sobre comportamentos éticos e em conformidade com a legislação.	PÁG. 24	16	-
G4-58 > Relato dos mecanismos internos e externos adotados para comunicar preocupações em torno de comportamentos não éticos ou incompatíveis com a legislação e questões relacionadas à integridade organizacional.	PÁG. 24 E 25	16	7, 8, 9, 10
G4-EN29 > Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias aplicadas em decorrência da não conformidade com leis e regulamentos ambientais.	PÁG. 26 Formulário de Referência (capítulo 4.3 a 4.7 “Processos Judiciais e Outras Contingências Relevantes”).	16	7, 8, 9, 10
G4-S03 > Número total e percentual de operações submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção e os riscos significativos identificados.	PÁG. 23; 76	16	7, 8, 9, 10
G4-S04 > Comunicação e treinamento em políticas e procedimentos de combate à corrupção.	PÁG. 23 E 24; 45	16	7, 8, 9, 10
G4-S05 > Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas.	PÁG. 27	16	7, 8, 9, 10
G4-S06 > Valor total de contribuições financeiras para partidos políticos e políticos, discriminado por país e destinatário/beneficiário.	PÁG. 23	16	7, 8, 9, 10
G4-S07 > Total de ações judiciais movidas por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio e seus resultados.	PÁG. 26 Formulário de Referência (capítulo 4.3 a 4.7 “Processos Judiciais e Outras Contingências Relevantes”).	16	7, 8, 9, 10
G4-S08 > Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias aplicadas em decorrência da não conformidade com leis e regulamentos.	PÁG. 26 Formulário de Referência (capítulo 4.3 a 4.7 “Processos Judiciais e Outras Contingências Relevantes”).	16	7, 8, 9, 10
G4-PR9 > Valor monetário de multas significativas por não conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços.	PÁG. 26 Formulário de Referência (capítulo 4.3 a 4.7 “Processos Judiciais e Outras Contingências Relevantes”).	16	7, 8, 9, 10
DESENVOLVIMENTO DO PRÉ-SAL			
Forma de Gestão.	PÁG. 8; 10 A 12; 66 A 68	-	-

TEMAS MATERIAIS E INDICADORES GRI G4	LOCALIZAÇÃO OU MOTIVO PARA OMISSÃO	CORRELAÇÃO COM ODS (*)	CORRELAÇÃO COM PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL
DESINVESTIMENTO E PARCERIAS			
Forma de Gestão.	PÁG. 31	1, 2	-
G4-OG11 > Operações descomissionadas ou em processo de descomissionamento.	PÁG. 70	1, 2	-
EFICIÊNCIA DE CAPEX			
Forma de Gestão.	PÁG. 30	-	-
EFICIÊNCIA OPERACIONAL E REDUÇÃO DE CUSTOS			
Forma de Gestão.	PÁG. 66 A 70; 73	7, 8, 12, 13	7, 8, 9
G4-EN3 > Consumo de energia dentro da organização.	PÁG. 55	7, 8, 12, 13	7, 8, 9
G4-EN6 > Redução do consumo de energia.	PÁG. 55	7, 8, 12, 13	7, 8, 9
G4-EN7 > Reduções nos requisitos de energia relacionados a produtos e serviços.	PÁG. 55	7, 8, 12, 13	7, 8, 9
EMISSIONES ATMOSFÉRICAS E ESTRATÉGIA CLIMÁTICA			
Forma de Gestão.	PÁG. 50 A 54	3, 7, 8, 12, 13, 14, 15	7, 8, 9
G4-EC2 > Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização em decorrência de mudanças climáticas.	PÁG. 34 E 35; 50	3, 7, 8, 12, 13, 14, 15	7, 8, 9
G4-EN15 > Emissões diretas de Gases de Efeito Estufa (GEE) (Escopo 1).	PÁG. 52	3, 7, 8, 12, 13, 14, 15	7, 8, 9
G4-EN16 > Emissões indiretas de Gases de Efeito Estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia (Escopo 2).	PÁG. 52	3, 7, 8, 12, 13, 14, 15	7, 8, 9
G4-EN17 > Outras emissões indiretas de Gases De Efeito Estufa (GEE) (Escopo 3).	PÁG. 53	3, 7, 8, 12, 13, 14, 15	7, 8, 9
G4-EN18 > Intensidade de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).	PÁG. 50 E 51	3, 7, 8, 12, 13, 14, 15	7, 8, 9
G4-EN19 > Redução de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).	PÁG. 50	3, 7, 8, 12, 13, 14, 15	7, 8, 9
G4-EN20 > Emissões de substâncias que destroem a camada de ozônio (SDO).	PÁG. 54	3, 7, 8, 12, 13, 14, 15	7, 8, 9

TEMAS MATERIAIS E INDICADORES GRI G4	LOCALIZAÇÃO OU MOTIVO PARA OMISSÃO	CORRELAÇÃO COM ODS (*)	CORRELAÇÃO COM PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL
G4-EN21 > Emissões de NOX, SOX e outras emissões atmosféricas significativas.	PÁG. 54	3, 7, 8, 12, 13, 14, 15	7, 8, 9
G4-OG6 > Hidrocarbonetos queimados em tocha e dissipados na atmosfera.	PÁG. 54	3, 7, 8, 12, 13, 14, 15	7, 8, 9
ESTRATÉGIA DE NEGÓCIOS			
Forma de Gestão.	PÁG. 29 A 31; 34 A 36	-	-
GESTÃO DE FORNECEDORES			
Forma de Gestão.	PÁG. 8; 74 A 79	5, 8, 12, 16	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9
G4-12 > Cadeia de fornecedores da nossa organização.	PÁG. 74 E 75	5, 8, 12, 16	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9
G4-EC9 > Proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes.	PÁG. 75; 79	5, 8, 12, 16	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9
G4-EN32 > Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais.	PÁG. 75	5, 8, 12, 16	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9
G4-EN33 > Impactos ambientais negativos significativos reais e potenciais na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito.	PÁG. 77 E 78	5, 8, 12, 16	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9
G4-HR4 > Operações e fornecedores identificados em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva possa estar sendo violado ou haja risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito.	PÁG. 76 A 78	5, 8, 12, 16	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9
G4-HR5 > Operações e fornecedores identificados como de risco para a ocorrência de casos de trabalho infantil e medidas tomadas para contribuir para a efetiva erradicação do trabalho infantil.	PÁG. 76 A 78	5, 8, 12, 16	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9
G4-HR6 > Operações e fornecedores identificados como de risco significativo para a ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e medidas tomadas para contribuir para a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou análogo ao escravo.	PÁG. 76; 78	5, 8, 12, 16	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9
G4-LA14 > Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios relativos a práticas trabalhistas.	PÁG. 76; 78	5, 8, 12, 16	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9
G4-LA15 > Impactos negativos significativos reais e potenciais para as práticas trabalhistas na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito.	PÁG. 76; 78	5, 8, 12, 16	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9
G4-HR10 > Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios relacionados a direitos humanos.	PÁG. 76; 78	5, 8, 12, 16	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9

TEMAS MATERIAIS E INDICADORES GRI G4	LOCALIZAÇÃO OU MOTIVO PARA OMISSÃO	CORRELAÇÃO COM ODS (*)	CORRELAÇÃO COM PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL
G4-HR11 > Impactos negativos significativos reais e potenciais em direitos humanos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito.	PÁG. 77 E 78	5, 8, 12, 16	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9
G4-S09 > Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios relativos a impactos na sociedade.	PÁG. 76	5, 8, 12, 16	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9
G4-S010 > Impactos negativos significativos reais e potenciais da cadeia de fornecedores na sociedade e medidas tomadas a esse respeito.	PÁG. 77	5, 8, 12, 16	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9
GESTÃO DE RECURSOS CRÍTICOS			
Forma de Gestão.	PÁG. 36	-	-
GESTÃO DE RISCOS			
Forma de Gestão.	PÁG. 34 A 36	-	1, 2
G4-HR9 > Número total e percentual de operações submetidas a análises ou avaliações de direitos humanos de impactos relacionados a direitos humanos.	PÁG. 76	-	1, 2
GOVERNANÇA			
Forma de Gestão	PÁG. 17 A 20	4, 5, 16	-
G4-34 > Relato da estrutura de governança, incluindo os comitês do mais alto órgão de governança. Relato de quaisquer comitês responsáveis pelo assessoramento do conselho na tomada de decisões que possuam impactos econômicos, ambientais e sociais.	PÁG. 17 E 18 Formulário de Referência (capítulo 12.1 "Descrição da estrutura administrativa").	4, 5, 16	-
G4-35 > Relato do processo usado para a delegação de autoridade sobre tópicos econômicos, ambientais e sociais pelo mais alto órgão de governança para executivos seniores e outros empregados.	PÁG. 19	4, 5, 16	-
G4-36 > Relato sobre a designação de um ou mais cargos e funções de nível executivo como responsável pelos tópicos econômicos, ambientais e sociais e se esses responsáveis se reportam diretamente ao mais alto órgão de governança.	PÁG. 17 E 18	4, 5, 16	-
G4-37 > Relato sobre os processos de consulta usados entre os stakeholders e o mais alto órgão de governança em relação aos tópicos econômicos, ambientais e sociais.	PÁG. 17; 20 Formulário de referência (capítulo 12.2 "Regras, Políticas e Práticas Relativas às assembleias gerais").	4, 5, 16	-

TEMAS MATERIAIS E INDICADORES GRI G4	LOCALIZAÇÃO OU MOTIVO PARA OMISSÃO	CORRELAÇÃO COM ODS (*)	CORRELAÇÃO COM PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL
G4-38 > Composição do mais alto órgão de governança e dos seus comitês.	PÁG. 17 E 18 Formulário de referência (capítulo 12.5/6 “Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal”).	4, 5, 16	-
G4-39 > Relato sobre as funções exercidas pelo presidente do mais alto órgão de governança.	PÁG. 18	4, 5, 16	-
G4-40 > Processos de seleção e nomeação para o mais alto órgão de governança e seus comitês, bem como os critérios adotados.	PÁG. 47 Os processos de seleção e nomeação para o nosso Conselho de Administração seguem os critérios de independência listados no Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, publicado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Formulário de Referência (capítulo 12.2 “Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais” e 12.5/6 “Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal”).	4, 5, 16	-
G4-41 > Processos usados pelo mais alto órgão de governança para garantir a prevenção e administração de conflitos de interesse e se os mesmos são divulgados aos stakeholders.	PÁG. 18 E 19 Formulário de Referência (capítulos 12.2 “Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais”, 12.3 “Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração” e 16.3 “Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado”).	4, 5, 16	-
G4-42 > Papéis desempenhados pelo mais alto órgão de governança e pelos executivos seniores no desenvolvimento, aprovação e atualização do propósito, declaração de missão, visão e valores, e definição de estratégias, políticas e metas relacionadas a impactos econômicos, ambientais e sociais.	PÁG. 21 Formulário de Referência (capítulo 12.1 “Descrição da estrutura administrativa”).	4, 5, 16	-
G4-43 > Medidas tomadas para desenvolver e aprimorar o conhecimento do mais alto órgão de governança sobre tópicos econômicos, ambientais e sociais.	PÁG. 17 E 18	4, 5, 16	-
G4-44 > Processos de avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança no que diz respeito à governança de tópicos econômicos, ambientais e sociais.	PÁG. 19; 46 Formulário de Referência (capítulo 12.1 “Descrição da estrutura administrativa”).	4, 5, 16	-

TEMAS MATERIAIS E INDICADORES GRI G4	LOCALIZAÇÃO OU MOTIVO PARA OMISSÃO	CORRELAÇÃO COM ODS (*)	CORRELAÇÃO COM PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL
G4-45 > Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na identificação e gestão de impactos, riscos e oportunidades derivados de questões econômicas, ambientais e sociais.	PÁG. 17 A 21; 34 Formulário de Referência (capítulos 5.1. “Política de gerenciamento e riscos”, 5.2 “Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado” e 12.1 “Descrição da estrutura administrativa”).	4, 5, 16	-
G4-46 > Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na análise da eficácia dos processos de gestão de risco da organização para tópicos econômicos, ambientais e sociais.	PÁG. 18; 33 E 34 Formulário de Referência (capítulo 5.2 “Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado”).	4, 5, 16	-
G4-47 > Frequência em que o mais alto órgão de governança analisa impactos, riscos e oportunidades derivados de questões econômicas, ambientais e sociais.	PÁG. 20 Formulário de Referência (capítulo 12.3 “Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração”).	4, 5, 16	-
G4-48 > Órgão ou o cargo de mais alto nível que analisa e aprova formalmente o relatório de sustentabilidade e garante que todos os aspectos materiais sejam abordados.	O Relatório de Sustentabilidade 2016 foi submetido a análise e validação pelo Comitê Executivo de Comunicação e Responsabilidade Social e pela Diretoria Executiva e encaminhado para comentários pelos conselheiros de administração.	4, 5, 16	-
G4-49 > Processo adotado para comunicar preocupações críticas ao mais alto órgão de governança.	PÁG. 17 E 18; 20	4, 5, 16	-
G4-50 > Natureza e número total de preocupações críticas comunicadas ao mais alto órgão de governança e o(s) mecanismo(s) adotado(s) para abordá-las e resolvê-las.	PÁG. 20; 24 E 25	4, 5, 16	-
G4-51 > Políticas de remuneração aplicadas ao mais alto órgão de governança e a executivos seniores.	PÁG. 18 Formulário de Referência (capítulo 13.1 “Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária”).	4, 5, 16	-
G4-52 > Processo adotado para a determinação da remuneração.	PÁG. 18 Formulário de Referência (capítulo 13.1 “Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária”).	4, 5, 16	-

TEMAS MATERIAIS E INDICADORES GRI G4	LOCALIZAÇÃO OU MOTIVO PARA OMISSÃO	CORRELAÇÃO COM ODS (*)	CORRELAÇÃO COM PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL
G4-53 > Relato de como opiniões dos stakeholders são solicitadas e levadas em conta em relação à questão da remuneração.	Formulário de Referência (capítulo 13.1 “Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária”).	4, 5, 16	-
G4-54 > Proporção entre a remuneração anual total do indivíduo mais bem pago da organização em cada país em que a organização possua operações significativas e a remuneração média anual total de todos os empregados no mesmo país.	PÁG. 49	4, 5, 16	-
G4-55 > Proporção entre o aumento percentual da remuneração total anual do indivíduo mais bem pago da organização em cada país em que possua operações significativas e o aumento percentual médio da remuneração anual total de todos os empregados.	PÁG. 49 Formulário de Referência (capítulo 13.11 “Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal”).	4, 5, 16	-
IMPACTO DO PREÇO DO PETRÓLEO E TAXA DE CÂMBIO			
Forma de Gestão.	PÁG. 7 A 9; 30	-	-
MARCOS REGULATÓRIOS E POLÍTICA DE CONTEÚDO LOCAL			
Forma de Gestão.	PÁG. 8 E 9	-	-
OPERAÇÃO LAVA JATO			
Forma de Gestão.	PÁG. 27	-	-
PERDA DO GRAU DE INVESTIMENTO			
Forma de Gestão.	PÁG. 7 E 8; 65 E 66	-	-
PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO			
Forma de Gestão.	PÁG. 72 A 74	7, 9, 17	-
G4-OG2 > Pesquisa e desenvolvimento em energias renováveis.	PÁG. 73	7, 9, 17	-
G4-PR1 > Percentual das categorias de produtos e serviços significativas para as quais são avaliados impactos na saúde e segurança buscando melhorias.	PÁG. 74	7, 9, 17	-
POLÍTICA DE PREÇOS			
Forma de Gestão.	PÁG. 30	-	-

TEMAS MATERIAIS E INDICADORES GRI G4	LOCALIZAÇÃO OU MOTIVO PARA OMISSÃO	CORRELAÇÃO COM ODS (*)	CORRELAÇÃO COM PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL
RENEGOCIAÇÃO DA CESSÃO ONEROSA			
Forma de Gestão.	PÁG. 35	-	-
REPOSIÇÃO DE RESERVAS			
Forma de Gestão.	PÁG. 66 E 67	-	-
G4-OG1 > Volumes das reservas e de produção da organização.	PÁG. 66 E 67	-	-

(*) Referência: SDG Compass. Desenvolvido pela Global Reporting Initiative (GRI), pelo Pacto Global da ONU e pelo Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD), o SDG Compass fornece orientação para as empresas sobre como promoverem o alinhamento de suas estratégias e medirem/gerenciarem suas contribuições para a realização dos ODS.



Os Dez Princípios do Pacto Global

- 1 RESPEITAR**
e apoiar os direitos humanos reconhecidos internacionalmente na sua área de influência
- 2 ASSEGURAR**
a não participação da empresa em violações dos direitos humanos
- 3 APOIAR**
a liberdade de associação e reconhecer o direito à negociação coletiva
- 4 ELIMINAR**
todas as formas de trabalho forçado ou compulsório
- 5 ERRADICAR**
todas as formas de trabalho infantil da sua cadeia produtiva
- 6 ESTIMULAR**
práticas que eliminem qualquer tipo de discriminação no emprego
- 7 ASSUMIR**
uma abordagem preventiva, responsável e proativa para os desafios ambientais
- 8 DESENVOLVER**
iniciativas e práticas para promover e disseminar a responsabilidade socioambiental
- 9 INCENTIVAR**
o desenvolvimento e a difusão de tecnologias ambientalmente responsáveis
- 10 COMBATER**
a corrupção em todas as suas formas, incluindo extorsão e suborno

Glossário

Agenda 21: processo de planejamento participativo que analisa a situação atual de um país, estado, município e/ou região. A partir da análise participativa é feito o planejamento futuro de forma sustentável.

Boed: barris de óleo equivalente por dia.

Brent: óleo usado como uma das principais referências do mercado internacional de petróleo. Os contratos de *Brent* datado ou seus derivativos no mercado financeiro referenciam vários contratos de compra e venda de petróleo no mundo.

Carbon Disclosure Project (CDP): organização internacional independente sem fins lucrativos. Anualmente, elabora um questionário coletivo (formulado por investidores institucionais) e o endereça às empresas listadas nas principais bolsas de valores do mundo. Seus objetivos principais são a divulgação de informações e a avaliação de desempenho referentes à gestão das emissões de gases de efeito estufa (GEE), ao uso de energia e a riscos e oportunidades decorrentes da mudança do clima.

Ciclo Combinado: turbinas a gás e a vapor associadas em uma única planta, ambas gerando energia elétrica oriunda da queima do mesmo combustível. Para isso, o calor existente nos gases de exaustão das turbinas a gás é recuperado, produzindo o vapor necessário para o acionamento da turbina.

Ciclo Simples: turbina operando isoladamente.

CO: monóxido de carbono.

Contrato de Cessão Onerosa: regime de exploração e produção de petróleo e gás natural específico para determinadas jazidas situadas no polígono do Pré-sal. A Petrobras foi contratada diretamente pela União para descobrir e produzir reservas com uma limitação máxima de produção de até cinco bilhões de barris de petróleo e gás natural.

Convenção do Clima (COP): é um tratado ambiental internacional que visa a estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera resultantes das ações humanas, com o objetivo de impedir que interfiram, de forma prejudicial e permanente, no sistema climático do planeta.

Diesel S-10: produto com um máximo de 10mg/kg de enxofre total destinado a veículos homologados segundo os critérios da fase P7 do Proconve, equivalente à norma Euro 5 (com qualidade elevada e baixíssimo teor de enxofre).

Due Diligence (Diligência prévia): processo de investigação e auditoria nas informações de uma empresa.

Ebitda ajustado: Somatório de Ebitda, participações em investimentos, *impairment* e ajustes acumulados de conversão – CTA e resultado com alienação e baixa de ativos.

Etanol de Segunda Geração (2G): etanol de resíduos agrícolas obtido por meio da fermentação dos açúcares contidos em sua estrutura celulósica (por exemplo, do bagaço e da palha de cana-de-açúcar). O produto final é quimicamente idêntico ao etanol convencional (de milho) ou avançado (de cana). O diferencial dessa tecnologia é aumentar a produção de etanol na mesma área plantada, contribuindo para maior eficiência do uso da terra e maior redução de emissão de CO₂ em comparação com os combustíveis fósseis.

Exames Ocupacionais: exames realizados, periodicamente, para acompanhamento, prevenção e promoção da saúde do trabalhador. Compreendem avaliação médica, odontológica e nutricional com abordagem da história clínica e ocupacional personalizadas.

FFR: Federal Funds Rate, a taxa básica de juros dos EUA.

Fluxo de Caixa Livre: Recursos gerados pelas atividades operacionais subtraídos dos investimentos em áreas de negócio.

Foreign Corrupt Practices Act (FCPA), de 1977: lei federal norte-americana de combate à corrupção e à qual estamos sujeitos, por termos ADRs (American Depositary Receipts) negociados na Bolsa de Valores de Nova York.

FPSO: navio com capacidade de produzir, armazenar e escoar petróleo e/ou gás natural para navios aliviadores.

Green Diesel: diesel produzido de matérias-primas renováveis que pode ser misturado em qualquer proporção com o derivado de petróleo, sem exigir mudança nos motores.

Impairment: perda no valor de recuperação de ativos.

Índice de Reposição de Reservas: mede a reposição da produção por adição de reservas, extensões, revisões de estimativas ou aprimoramentos de recuperação.

Índice de Reserva/Produção: mede a longevidade das reservas provadas atuais considerando constante o nível de produção.

Inspeções Vetting: são inspeções responsáveis por certificar se o navio está apto a operar em qualquer



porto, nacional ou estrangeiro, em condições de segurança, garantindo a preservação do meio ambiente e dos operadores envolvidos no processo.

Lei 12.846/2013: dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

Modelo de Concessão: regime de exploração e produção de petróleo e gás natural no qual uma empresa ou um consórcio de empresas exerce essas atividades em área concedida pelo poder público. No caso brasileiro, se houver descoberta de óleo ou gás, as empresas titularizam aos volumes produzidos e, em contrapartida, pagam as participações governamentais – *royalties* e participações especiais (estas últimas quando aplicáveis ao campo em produção). No Brasil, as concessões são outorgadas mediante licitações de áreas para exploração e produção de petróleo, promovidas pela Agência Nacional de Petróleo Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que também realiza a regulação técnica das atividades de exploração e produção. O modelo de concessão é aplicado em todas as bacias sedimentares brasileiras, à exceção das áreas definidas no polígono Pré-Sal. Ressalva-se que o modelo de concessão é adotado nos casos em que as áreas foram licitadas antes da vigência do regime de partilha que definiu o polígono do Pré-Sal.

Modelo de Partilha: regime de exploração e produção de petróleo e gás natural no qual uma empresa exerce essas atividades por meio de um contrato de partilha de produção firmado entre uma empresa estatal, que representa interesses governamentais, e uma empresa ou um consórcio de empresas contratadas, para exploração e produção de petróleo mediante compensação das partes por

partilha da produção de um campo de petróleo. As empresas ou os consórcios responsáveis pela produção devem pagar *royalties* governamentais. No Brasil, a Pré-Sal S.A. (PPSA) fiscaliza os custos e possui poderes específicos nos consórcios formados para exercício das atividades sob partilha. O atual modelo de partilha é adotado somente para áreas do polígono do Pré-Sal, sem o efeito de alterar os contratos de concessão celebrados para as áreas que já haviam sido contempladas anteriormente à Lei 12.351/2010. Com o advento da recente Lei 13.365, de 29 de novembro de 2016, a Petrobras deixa de ter a obrigação de ser operadora e deter participação de 30% nos blocos a serem concedidos nos termos desse regime, sendo facultado à companhia, no entanto, manifestar preferência em ser contratada pelo poder público.

NO_x: óxidos de nitrogênio.

Plano de Avaliação de Descoberta (PAD): documento contendo o conjunto de operações a ser realizado numa área onde ocorreu uma descoberta, para avaliar a sua viabilidade econômica. Um PAD deve ser submetido, pelo concessionário, a aprovação por parte da Agência Reguladora da Indústria de Petróleo e Gás.

PLD: preço de liquidação de diferenças utilizado para valorar a energia comercializada no curto prazo, ou seja, preço no mercado *spot*.

Ramp Up: etapa de crescimento gradual da produção de óleo e gás de uma plataforma até o sistema atingir o potencial produtivo. Essa etapa, geralmente, começa após a conexão do primeiro poço ao sistema.

Resolução Conama 436: estabelece os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos por

fontes fixas instaladas ou com pedido de licença de instalação anterior a 2 de janeiro de 2007.

Ring Fence: área de exploração contígua a um campo onde houve descobertas anteriores.

Selo Combustível Social: concedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário para o produtor de biodiesel que, dentre outros requisitos, adquire matéria-prima proveniente de agricultura familiar, sendo condição para participação nos leilões realizados exclusivamente para produtores com tal selo, cujas vendas concentram 80% do volume total de biodiesel adquirido pelas distribuidoras.

Somatório do Ebitda: participações em investimentos, *impairment* e ajustes acumulados de conversão – CTA e o resultado com alienação e baixa de ativos.

SO_x: óxidos de enxofre.

UK Bribery Act, de 2010: lei anticorrupção do Reino Unido que permite aos tribunais britânicos julgarem crimes relacionados a fraude e corrupção cometidos por empresas constituídas no Reino Unido ou que realizem operações em seu território.

Administração

Diretoria Executiva

Pedro Pullen Parente
Presidente

Ivan de Souza Monteiro
**Diretor Executivo Financeiro e de
Relacionamento com Investidores**

Hugo Repsold Júnior
Diretor Executivo de Assuntos Corporativos

João Adalberto Elek Junior
Diretor Executivo de Governança e Conformidade

Jorge Celestino Ramos
Diretor Executivo de Refino e Gás Natural

Nelson Luiz Costa Silva
**Diretor Executivo de Estratégia,
Organização e Sistema de Gestão**

Roberto Moro
**Diretor Executivo de Desenvolvimento
da Produção & Tecnologia**

Solange da Silva Guedes
Diretora Executiva de Exploração e Produção

Conselho de Administração

Luiz Nelson Guedes de Carvalho
(eleito pelo acionista controlador)
Presidente

Betania Rodrigues Coutinho
(eleita pelos empregados)

Durval José Soledade Santos
(eleito pelo acionista controlador)

Francisco Petros Oliveira Lima Papathanasiadis
(eleito pelo acionista controlador)

Guilherme Affonso Ferreira
(eleito pelos acionistas preferencialistas)

Jerônimo Antunes
(eleito pelo acionista controlador)

Marcelo Mesquita de Siqueira Filho
(eleito pelos acionistas minoritários)

Pedro Pullen Parente
(eleito pelo acionista controlador)

Segen Farid Estefen
(eleito pelo acionista controlador)

Conselho Fiscal

Marisete Fátima Dadald Pereira
(eleita pelo acionista controlador)
Presidente

Eduardo Cesar Pasa
(eleito pelo acionista controlador)

Adriano Pereira de Paula
(eleito pelo acionista controlador)

Reginaldo Ferreira Alexandre
(eleito pelos acionistas minoritários)

Walter Luís Bernardes Albertoni
(eleito pelos acionistas preferencialistas)



Expediente

Responsáveis pelas Informações

Beatriz Nassur Espinosa

Gerência Executiva de Responsabilidade Social

Paulo José Alves (CRC-RJ-060.073/O-0)

Gerência Executiva de Contabilidade e Tributário

Coordenação, Redação e Produção

Gerência Executiva de Responsabilidade Social

Projeto Gráfico, Revisão e Diagramação

Gerência Executiva de Comunicação e Marcas

Fotografias

Acervo Banco de Imagens Petrobras

Andre Luiz de Azevedo Martins > pág. 53

Andre Motta de Souza > pág. 12, 13, 37

Andre Valentim > pág. 49, 53

Bruno Veiga > pág. 42, 48

Flavio Emmanuel > pág. 6, 16, 53, 71, capa

Márcio Mercante > pág. 70

Tais Peyneau > pág. 20, 47, 63, 70

Steferson Faria > pág. 36

Acervo Orquestra Petrobras Sinfônica

Artur Medina > pág. 86

Istockphoto > pág. 22, 28

Acervo Projeto Caranguejo Uçá

Pedro Paulo Belga de Souza > pág. 57

Acervo Projeto Albatroz

Dimas de Anuca > pág. 83

Acervo do Projeto Tamar

Guy Marcovaldi > pág. 83

Acervo Projeto Golfinho Rotador

José Martins > pág. 83

Acervo Projeto Baleia Jubarte

Enrico Marcovaldi > pág. 83

Acervo do Projeto Coral Vivo

Áthila Bertoncini > pág. 83

Para obter mais informações, contacte:

Gerência Executiva de Responsabilidade Social

Gerência de Práticas e Avaliação de Responsabilidade Social

rs2016@petrobras.com.br

Av. República do Chile, 65 – sala 903 | Centro –
Rio de Janeiro – RJ | CEP 20031-912

www.petrobras.com.br/rs2016

